



DIRCE DE SÁ FREIRE ALVES SILVEIRA COSTA

**PARA ALÉM DO SILÊNCIO:
UM ESTUDO SOBRE ABUSO SEXUAL INFANTIL
E RESILIÊNCIA**

Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2002



Dirce de Sá Freire Alves Silveira Costa

**Para além do silêncio:
um estudo sobre abuso sexual infantil e
Resiliência**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor em Psicologia Clínica pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e de Ciências Humanas da PUC/RJ. Aprovada pela comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Junia de Vilhena
Orientadora
Departamento de Psicologia da PUC/RJ

Prof^a. Mary del Priore
Arquivo Nacional – Rio de Janeiro/RJ

Prof^a. Monique Augras
Departamento de Psicologia da PUC/RJ

Prof^a. Maria Helena Zamora
Departamento de Psicologia da PUC/RJ

Prof^a. Magda Dimenstein
Departamento de Psicologia da UFRN/RN

Prof. Jürgen Heye
Coordenador Setorial Centro de Teologia
e de Ciências Humanas da PUC/RJ

Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2002.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da Universidade, da autora e do orientador.

Graduou-se em Historia, na Université de Paris VI, Jussieu, em 1978, em Paris, França, fez Mestrado, na Université de Paris VII, em 1979, em Paris, França; Graduou-se em Psicologia, na Pontifícia Universidade Católica, PUC-RJ, em 1993. Participou de diversos Congressos, Seminários, Palestras e deu aula no Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica, PUC-RJ e na Coordenação Central de Extensão (CCE) da Pontifícia Universidade Católica, PUC-RJ. É Psicanalista, vinculada ao Fórum do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Costa, Dirce de Sá Freire Alves Silveira

Para além do silêncio : um estudo sobre abuso sexual infantil e resiliência / Dirce de Sá Freire Alves Silveira Costa; orientadora: Junia de Vilhena. – Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Psicologia, 2002.

[11], 165 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.

Inclui referências bibliográficas.

1. Psicologia – Teses. 2. Abuso sexual infantil. 3. Violência sexual. 4. Tabu. 5. Incesto. 6. Silêncio. 7. Resiliência. I. Vilhena, Junia de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

À MINHA MÃE, SYLVIA DE SÁ FREIRE ALVES,
PELAS MUITAS LIÇÕES DE AMOR,
COM SAUDADES.

AOS MEUS FILHOS, CAROLINA E PAULO,
PELAS CRIANÇAS QUE ELES FORAM E
PELAS CRIANÇAS QUE ELES POSSAM VIR A TER,
COM AMOR.

AGRADECIMENTOS

Ao Alberto, meu marido, pelo amor, pela carinhosa dedicação e por ele existir.

À Junia de Vilhena, minha orientadora, que soube me instigar a ir adiante, me acompanhando nesse longo processo, com firmeza e generosidade.

À Maria Helena Zamora, pelo encontro amigo em momento tão importante e pela preciosa ajuda.

À minha tia Dyrce, pelas cuidadosas e incansáveis revisões.

À Mary Del Priore, pelo constante incentivo, pelas incansáveis leituras e pelo carinho.

À Monique Augras, que adora ser professora, pelas palavras de incentivo e pela grande disponibilidade.

Ao Benilton Bezerra, pelos conselhos.

Ao meu grande amigo e atual companheiro de trabalho, José Arruda, pela presença constante e pelo carinho.

À Eliete e Cícero Rosas, pela oportunidade de conhecê-los melhor e por isso admirá-los e amá-los ainda mais.

Ao Francisco Mourão pela paciência e pela generosidade.

Aos meus pacientes, pelo muito que me ensinaram sobre a clínica e a escuta do sofrimento humano.

Aos meus queridos amigos, que não quero nomear para não cometer nenhuma injustiça, pela paciência e pelas mais diversas formas de colaboração.

À Marilda, pela constante dedicação com que cuidou de minha casa, de minha família e de mim.

Aos funcionários do Departamento de Psicologia da PUC- Rio, e em especial à presença protetora e sempre carinhosa de Marise.

À CAPES, que me proporcionou apoio financeiro nos primeiros seis meses deste trabalho.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro ao longo de todos os meses que se seguiram até a finalização desta tese.

RESUMO

O presente trabalho pretende focar algumas questões acerca do abuso sexual infantil. Informado pela teoria psicanalítica, estará buscando entendê-lo historicamente, dialogando, em alguns momentos, com a antropologia.

Optamos por uma perspectiva que busque ver o sujeito que sofreu abuso sexual como alguém que pode se reconstruir, saindo da condição de vítima da sexualidade.

Esse fenômeno está sempre envolto num muro de silêncio, que rouba a palavra das crianças e dos adolescentes, mantendo-os em “estado de sítio”. Foram feitas algumas ilustrações clínicas para que, entrando em contato com a crueza da questão, possamos melhor nos posicionarmos junto ao fenômeno do abuso sexual infantil.

Trata-se de um trabalho sobre o silêncio em suas múltiplas acepções e sobre a possibilidade de escapar do lugar de vítima. Para isto recorreremos ao conceito de resiliência e percorremos as relações existentes entre mito, tabu e lei, buscando sempre investigar e compreender os meandros onde se insere o abuso sexual infantil.

PALAVRAS CHAVES

Abuso sexual infantil

Violência sexual

Tabu

Incesto

Silêncio

Resiliência

ABSTRACT

This essay intends to show the issue of some questions about infant sexual abuse. Duly supported by the psychoanalytic theory shall seek to clarify it historically with close dialogue, in some parts of the essay, with the anthropology theory.

We focused studies taking into consideration that person who has suffered from sexual abuse can rebuilt himself out of being merely a victim of the sexuality.

Such phenomena is always wrapped in a wall of silence, that steals the word from children and teenagers, keeping them in a "state of siege". Some clinical reports have been inserted in order to make immediate reference to this hard issue, to allow all interested parties a better understanding in connection with the childhood sexual abuse phenomena.

Our work is about the silence in it's multiple meanings in order to scape the victim's role. To achieve that purpose we have recoured to the resilience concept and went through the relations in myth, taboo and common law, trying to investigate and understand all the details about the infant sexual abuse.

KEY WORDS

Infant sexual abuse

Sexual violence

Taboo

Incest

Silence

Resilience

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I:	
DEFINIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL	7
1.1 - O QUE É O ABUSO SEXUAL?	8
1.2 – ASPECTOS HISTÓRICOS	21
1.3 – ASPECTOS SOCIAIS E JURÍDICOS	33
CAPÍTULO II:	
CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA E DA PSICANÁLISE SOBRE O INCESTO E O ABUSO SEXUAL INFANTIL	44
2.1 - INCESTO E TABU PARA A ANTROPOLOGIA E PARA A PSICANÁLISE	45
2.2 - INCESTO, SEDUÇÃO E ABUSO	62
CAPÍTULO III:	
UM SILÊNCIO INOCENTE	75
3.1 – OS SEGREDOS DE FAMÍLIA	76
3.2 – O SILÊNCIO DA CRIANÇA	91
CAPÍTULO IV:	
RESILIÊNCIA, SOFRER, MAS SE RECONSTRUIR	106
4.1 - CONCEITOS E FATORES REFORÇADORES DE RESILIÊNCIA	107
4.2 – ASPECTOS CLÍNICOS	124
4.3 – PREVENÇÃO E CUIDADO	133
CONCLUSÃO	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149

“A Psicologia é capaz de iluminar nossa relação com os outros, de fortalecer nossa compaixão, de transformar o olhar com que contemplamos nossos semelhantes, confirmando a crença de que estamos juntos na tarefa de viver.” (Tatiana Berlinky).

Introdução

"(...) a tomada de consciência contemporânea (antropológica, psicanalítica, etc.) de que a tradição, que se tinha relegado para um passado totalmente acabado, julgando assim expulsá-la, permanece e volta nas presentes práticas e ideologias". (Michel de Certeau, em "A Nova História").

O cartaz branco traz o desenho infantil de uma menina, segurando um ursinho de brinquedo. Uma única lágrima corre de seu olho direito. Abaixo do nariz e tampando-lhe a boca, vemos um muro formado de tijolos cinza. Aí está, sem boca, sem voz, sem fala, o desenho da menina. Ele vem com uma legenda: "O abuso sexual ocorre em casa, e o muro do silêncio protege a família e impede a proteção da criança..."¹

As indignações e indagações a respeito do incesto como tabu nortearam nosso percurso profissional. Sempre estivemos bastante intrigados pelas proibições de casamento entre parentes consangüíneos ou simplesmente pelas brincadeiras entre primos que não podiam ter um relacionamento mais íntimo sob o risco de "terem filhos deformados", bem como outras explicações que apontam para uma descendência comprometida por problemas genéticos.

Na infância, as explicações sempre estão carregadas de insinuações misteriosas, nunca explicitadas, como se houvesse uma explicação muito clara e objetiva que somente não pudesse ser revelada, tal como as "não-explicações" relativas à maior parte da curiosidade sexual infantil. Talvez a mera constatação de que "é assim porque é", tenha servido de questionamento para nossas convicções, a ponto de fazer-nos chegar à academia com tantas questões relativas ao abuso sexual infantil, como corolário da questão maior, que lhe é subjacente, o tabu e mais precisamente, o tabu do incesto.

Tendo sido esta uma das principais questões que nos trouxeram para a área da Psicologia, gostaríamos de mostrar o texto de Freud que mais marcou nossa trajetória reflexiva acerca do tabu do incesto.

"A evidência do incesto entre deuses, reis e heróis ajuda-nos também a lidar com outra tentativa, que busca explicar biologicamente o horror ao incesto e

¹ Cartaz do programa S.O.S. Criança, da ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência) e FIA (Fundação para a Infância e Adolescência) e do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

fazê-lo remontar a um obscuro conhecimento dos danos causados pelo cruzamento consangüíneo. Sequer é certo, entretanto, que *exista* algum perigo de danos por causa desse cruzamento, quanto mais dizer que povos primitivos pudessem tê-lo identificado e contra ele reagido. Do mesmo modo, a incerteza na definição dos graus permitidos e proibidos de parentesco pouco argumenta em favor da hipótese de que um 'sentimento natural' constitui a base suprema do horror ao incesto". (Freud,1939:144).

Posteriormente, nossos estudos e atendimentos clínicos nos levaram a alguns dados que nos permitiram dimensionar o problema. Primeiro, que é bem mais provável que uma menina e não um menino seja agredido. O setor de Sexologia do Instituto Médico de São Paulo registrou 2403 queixas de abuso sexual, entre as quais quase 70% (1665 casos) foram contra meninas com menos de dezoito anos; 8% dos casos foram contra meninos e 23%, ou seja, 547 casos, contra mulheres adultas (Diêgoli et alii, 1996, apud Seixas, 1999). Segundo a ABRAPIA, 90% dos casos de gestação de meninas com até 14 anos de idade foram frutos de incesto, sendo o autor da agressão, em sua maioria, pai, tio ou padrasto.

Também podemos ver que esse tipo de abuso é um fenômeno bastante freqüente. Segundo a ABRAPIA, 9% das denúncias de maus tratos são de abuso sexual. Em 1998, Flores et alii (2002) estimaram que 18% das mulheres adultas de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, sofreram algum tipo de assédio sexual cometido por algum membro de sua família. Em 1999, Kristensen, Oliveira e Flores (2002), mostraram que de 1281 casos de violência contra crianças e adolescentes, mais de 26% tinham sido de natureza sexual (apud Seixas, 1999). Segundo artigo publicado no jornal "O Globo" de 14 de abril de 2002, uma pesquisa feita por entidades que trabalham em parceria com o Ministério da Justiça indica que a cada oito minutos uma criança brasileira é vítima de algum tipo de abuso. Sabemos que o número de casos de abuso sexual infantil aumentou muito nos últimos anos. Existe, contudo, um aspecto bastante positivo neste aumento de notificação, pois revela que o tema está saindo das brumas do segredo para poder ser denunciado e ouvido publicamente.

O interesse acadêmico pelo tema também tem aumentado, e estamos sugerindo uma reflexão que privilegia o aspecto qualitativo, enfocando a especificidade desse assunto no campo psíquico, com as respectivas implicações no âmbito do social.

Estes são dados sobre o abuso sexual infantil no Brasil, o que não significa que não encontremos paralelos similares em outras partes do mundo, mesmo no que costumamos chamar de "primeiro mundo". A recente descoberta de redes internacionais de prostituição e pornografia infantil via internet mostram que a grande maioria de seus "clientes" são de países desenvolvidos e de bom nível social e de educação.

"A violência contra crianças e jovens deixou de ser vista como uma característica inerente a pais pobres e famílias desestruturadas quando as estatísticas revelaram que são os pais, em todo os níveis sociais, os principais violentadores físicos e sexuais de seus filhos, tanto em países ricos como em países pobres". (Passetti, 1999: 374).

Como sabemos, vários casos de pedofilia estão sendo denunciados pela mídia e se tornam alvo de atenção do poder público; como atesta, por exemplo, a convocação dos bispos americanos pelo papa João Paulo II no mês de abril de 2002 para discutir as denúncias contra alguns membros do clero. Também como indício da visibilidade desse fenômeno foi instituído o dia 18 de maio, no Brasil, como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Para organizar nossa reflexão optamos por uma sistematização que nos permitisse fazer um percurso que retratasse, de alguma forma, uma coerência, também, com nossa trajetória profissional, de historiadora a psicóloga. Privilegamos a questão do silêncio, em suas múltiplas acepções, refletindo sobre as diversas dinâmicas que o suportam, como o muro do silêncio e sobre outras que ajudam a desvendá-lo, como, por exemplo, os

fatores de resiliência que permitem à criança romper com este pacto perverso, escapando do lugar de vítima.

O primeiro capítulo trata da conceituação de abuso sexual infantil, contextualizando-o na história da criança, para que possamos ter uma melhor compreensão do fenômeno e aprimorar a escuta e atuação dos profissionais que trabalham com esses casos. Aspectos históricos, jurídicos e sociais são examinados, contribuindo para explicar o surgimento da idéia de infância, da criança como sujeito de direitos e do abuso sexual como uma violação a esses direitos.

Examinamos, no segundo capítulo, as diferenças e aproximações da antropologia e da psicanálise, no que se refere ao tabu e, mais especificamente ao tabu do incesto. A interdição a algum objeto de desejo, diverso na especificidade de cada cultura, funda o pacto social, tanto para Lévi-Strauss quanto para Freud. Os mitos são analisados como fantasias fundamentais do ser humano e também como estruturadores das fantasias. A sedução é vista em sua ambigüidade, já que o sedutor traz em si o desejo destruturante de infringir o tabu ou pelo menos um pacto social, enquanto a criança é forçada a entrar num jogo em que sabe que vai perder, mas que acaba por ser capturada. Mostramos a teoria da sedução e frisamos que ela não pode ser pensada como um indício do descrédito da psicanálise sobre o sofrimento das vítimas.

No terceiro capítulo, vemos os mitos e segredos familiares e sua importância para explicar o pacto do silêncio, que se ancora numa falsa tentativa de proteção da família sobre acontecimentos destruidores, como o abuso sexual infantil. A questão do trauma, ilustrada por alguns fragmentos de atendimento clínico que realizamos, é também examinado. Vemos ainda uma revisão da teoria de Ferenczi sobre o trauma destruturante do abuso, que envolve o desmentido e a descrença da revelação dolorosa da criança. Fazemos várias recomendações e sugestões que apontam para a necessidade de restituir a palavra à criança e romper com o silêncio aniquilador no espaço terapêutico e na escuta à família.

Por fim, no quarto capítulo escrevemos sobre a possibilidade de uma reconstrução, apesar de toda a adversidade, forçando-nos a olhar para processos de enfrentamento e resiliência. (Cohler, 1987). Definimos resiliência e seus fatores reforçadores, recorrendo à literatura psicanalítica francesa, quando privilegiamos a abordagem de Boris Cyrulnik. Resiliência não representa a ausência de sofrimento, mas a possibilidade de sobreviver, encontrando caminhos construtivos e aceitos socialmente. Ilustramos esse ponto com aspectos clínicos de pacientes atendidos. Discutimos, baseados em literatura americana, francesa e brasileira recentes, a prevenção da repetição do abuso e apontamos para a escola como espaço de construção de resiliência para crianças e adolescentes.

Concluimos nosso trabalho, acreditando que ele serviu para abrir, ainda mais, nossos olhos para a trágica dimensão que o abuso sexual vem atingindo na atualidade. Atender nossos clientes vítimas de abuso sexual, nos aproximou ainda mais do grande desafio que representa para todos nós, - profissionais da área de saúde, educação, serviço social ou justiça -, o resgate da cidadania e da subjetividade de crianças e adolescentes abusados sexualmente. Ajudar a esquecer ou permitir que a criança ou o adolescente se lembre é a principal tarefa do processo analítico, que deve representar o espaço potencial onde as experiências podem ser vividas e reeditadas em segurança.

E, finalizando, tivemos a oportunidade de confirmar, mais uma vez, o nosso pressuposto básico, de que nunca a criança é culpada pelos abusos sexuais de que é vítima e que existem horizontes que se abrem para a vida, dando a possibilidade de alegria e prazer para além da terrível experiência.

Capítulo I

Definição e Contextualização do Abuso Sexual Infantil

«O mundo é perigoso não por causa daqueles que fazem o mal, mas por causa daqueles que vêm e deixam o mal ser feito.» (AlbertEinstein).

1.1 - O que é o Abuso Sexual?

«Como fazer para que uma gota d'água nunca seque? Apenas jogue-a no mar.» (Provérbio himalaio)

Definir abuso sexual é uma tarefa polêmica que exige uma compreensão ampla de um problema com grandes dimensões na atualidade. Bem aponta Faleiros (2000) em sua recente revisão analítica do vocabulário sobre o tema, quando chama a atenção para a imprecisão terminológica sobre o assunto. A autora mostra que o fenômeno do abuso sexual é designado por diferentes termos como: violência sexual, agressão sexual, vitimização sexual, maus tratos, crime sexual, entre outros, e muitos deles utilizados indevidamente como sinônimos.

Abuso sexual infantil é uma forma de violência sexual contra a criança ou o adolescente. A etiologia e os fatores determinantes do abuso sexual têm implicações diversas. Envolvem questões culturais (como é o caso do incesto) e de relacionamento (dependência social e afetiva entre os membros da família), o que dificulta a notificação e perpetua o silêncio no qual as crianças se vêem enredadas. Dizem respeito também às questões da sexualidade, seja da criança, do adolescente ou dos pais e de toda a dinâmica familiar. Este não é um fenômeno que esteja restrito a uma determinada classe social, como já se quis acreditar, mas bem ao contrário, está presente em todas as esferas do social.

"há o abuso sexual dos pais, aquele fenômeno que, como sabemos, em suas várias manifestações, afeta um grande número de crianças tanto do sexo feminino quanto do masculino. Em muitas famílias, o incesto veio a ser compreendido, não apenas como um desejo secreto, mas como uma realidade, estendendo-se por todas as classes sociais." (Giddens, 1993: 120)

Refletir sobre o tema é também uma forma de prevenir o problema. O abuso sexual infantil foi durante muito tempo ignorado e abandonado no silêncio, mas recentemente passou a ocupar lugar de destaque junto aos profissionais de saúde e de justiça, antes mesmo de se tornar uma questão pública. O choque inicial que provocou a descoberta dessas situações, da amplitude do problema e da gravidade de suas conseqüências, foi seguido de reações de negação ou de banalização da questão. A indignação e a raiva trouxeram a exigência de castigos severos para os agressores. Sendo assim, Bouvier (1999) nos diz que "diante da complexidade do problema e dos limites das ações médicas, sociais e penais, rapidamente as atenções se voltaram para a prevenção" (p.126).

Nesta prática abusiva há um aspecto intra-familiar e outro extra-familiar. Os fatores mais importantes que estão presentes nesta questão referem-se ao abuso do poder do adulto contra a criança. Algumas vezes, esses adultos agressores e inadequados estão reproduzindo a violência experimentada enquanto crianças vítimas de maus-tratos; e por esta via, se tornaram adultos abusadores. Contudo, este argumento não pode conduzir à compreensão errônea de que o abusado inevitavelmente repete o ato de violência que sofreu, o que certamente tiraria o sentido das ações de prevenção. Voltaremos a este ponto adiante.

No abuso, o agressor pode atuar de três formas diferentes: através da violência física, da coação ou ainda abusando da confiança da criança. Normalmente faz parte da família ou é responsável pela criança e, com certeza, pessoa conhecida, que tem condições de estabelecer uma relação afetiva com a criança sem despertar a desconfiança dos demais membros da família.

A definição de abuso sexual de Azevedo e Guerra (1989) será utilizada ao longo deste trabalho, permitindo aprofundar melhor a reflexão sobre o tema:

"todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por

finalidade estimular sexualmente a criança menor ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa." (p.42)²

De acordo com essas autoras, os abusos podem ser de três tipos: o primeiro deles é aquele caracterizado pelo não contato físico (voyeurismo, exibicionismo, abuso verbal), o segundo envolve contato físico (carícias, coito ou tentativa de coito, manipulação de genitais, contato oral-genital, uso sexual do ânus e utilização para fins econômicos, tais como prostituição ou pornografia) e o terceiro tipo envolve o uso da força física (atividades brutais, tais como, estupro ou mesmo assassinato).

As definições de Furniss (1993) sobre abuso sexual infantil complementam aquelas vistas acima e serão de grande utilidade para estendermos o problema para o âmbito do tabu do incesto, e sua transgressão transformada em abuso sexual infantil:

1ª: "A exploração sexual das crianças refere-se ao envolvimento sexual de crianças e adolescentes dependentes, imaturos (...) em atividades sexuais que eles não compreendem totalmente, às quais são incapazes de dar um consentimento informado e que violam os tabus sociais dos papéis familiares.

2ª: "Nem mesmo o mais sexualizado ou sedutor comportamento jamais poderia tornar a criança responsável pela resposta adulta de abuso sexual, em que a pessoa que comete o abuso satisfaz o seu próprio desejo sexual em resposta à necessidade da criança de cuidado emocional." (1993:180)

As autoras fazem ainda uma extensa reflexão sobre o duplo processo de vitimação e de vitimização das crianças que vivenciam o abuso sexual. A

² Diferentemente das autoras, tomaremos como referência de criança aquela adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, que estabelece que criança são as pessoas que possuem até 12 anos de idade incompletos e adolescentes aquelas que tenham idade entre 12 e 18 anos.

vitimização estaria mais ligada à violência que caracteriza as crianças menos favorecidas na escala social, numa referência clara a uma relação de macropoder; enquanto a vitimização diz mais respeito aos aspectos interpessoais entre o adulto e a criança, onde a relação de poder envolvida está no nível do micropoder. Para nosso estudo estaremos sobretudo remetidos à questão da vitimização, uma vez que nosso interesse está mais centrado nas relações de violência interpessoais. Mais adiante retomaremos este aspecto da discussão quando tratarmos da questão da resiliência.

Azevedo e Guerra (1989) utilizam uma expressão bastante pertinente para nosso estudo, relativa ao silêncio dessas crianças. Trata-se da expressão "criança em estado de sítio", significando que a criança vítima de abuso sexual está desprovida de liberdade e do uso da palavra, tal como acontece em situações de exceção política, onde cidadãos perdem o direito de se manifestarem, inclusive sendo submetidos às mais diversas formas de censura e, em especial, à censura verbal. Como é sua liberdade que está em jogo, o sujeito se percebe totalmente sem controle da situação externa, podendo ver estremecer suas referências internas, dependendo do nível de pressão ao qual estiver sendo submetido. Da mesma forma, a criança ou o adolescente em "estado de sítio" também pode ver ameaçada sua estrutura psíquica.

Como o incesto é a forma de abuso sexual mais polêmica e socialmente repugnante, acreditamos ser importante introduzir o conceito para melhor compreensão do universo que estamos trabalhando. O incesto é qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, entre um adolescente e uma criança ou ainda entre adolescentes, quando existe um laço familiar, direto ou não, ou mesmo uma mera relação de responsabilidade (Monteiro Filho, 1992: 22). Não podemos deixar de considerar que o abuso incestuoso também rompe com um contrato social.

Ligada à noção cultural de que a autoridade do adulto sobre a criança é soberana, verificamos que, em algumas situações, essa atitude de obediência pode explicar a dificuldade das crianças em se afastarem de seus agressores. Elas deixam que seus corpos sejam utilizados como objeto de prazer por um

adulto incestuoso, legal e psicologicamente, como mostram Forward e Buck , quando diferenciam as duas visões:

“a) Legal: relação sexual entre indivíduos com um grau próximo de parentesco e que está proibida por algum código religioso ou civil.

b) Psicológica: qualquer contato abertamente sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco, por consangüinidade ou por afinidade, ou que acreditam tê-lo. Esta definição incluiria padrasto, madrasta, sogro, sogra, meios-irmãos, avós por afinidade e até amantes que morem junto com o pai ou a mãe, caso eles assumam o papel de pais.” (Forward e Buck apud. Cohen,1993:17-18).

Trabalhamos com o pressuposto básico de que no abuso sexual infantil a criança nunca é culpada, uma vez que na transgressão da lei que proíbe o incesto, o que acontece é uma submissão ao mais forte, onde a criança abusada sexualmente deixa de ser sujeito e passa a ser submetida. Ilustrando nossa posição, gostaríamos de citar Giddens (1993), quando afirma que aqueles que desejam reelaborar os seus envolvimento com pais abusadores devem seguir alguns conselhos de Forward:

"Ainda que isso demande um longo período de terapia, a pessoa tem que tomar conhecimento de dois princípios fundamentais: "Você *não* é responsável por aquilo que lhe foi feito enquanto era uma criança indefesa!" e "Você é responsável por um posicionamento positivo em relação a isso!" (Giddens,1993:121).

O abuso sexual pode trazer para a criança ou o adolescente conseqüências orgânicas e psicológicas. Dentre as primeiras, as mais encontradas são as lesões diversas de genitália ou ânus, gestação e doenças sexualmente transmissíveis e ainda outras seqüelas. Contudo, nem sempre o abuso pode ser detectado pelo exame físico. Com exceção de ataques sexuais com violência, praticados por desconhecidos, a maioria dos casos de abuso

sexual ocorre de forma repetida, dentro de casa, sem violência e sem evidências físicas.

Precisamos ficar atentos para alguns indicadores de abuso sexual na criança, com queixas comportamentais e somáticas que podem vir sozinhas ou associadas, tais como: distúrbios do sono, dor abdominal, enurese noturna, fraco desempenho escolar, depressão, comportamento sexualizado e inadequado para sua idade, choro fácil, medo das pessoas em geral, comportamento suicida, ou falta de confiança no sexo oposto no caso de meninas abusadas por homens. As meninas são as vítimas mais freqüentes, sendo que raramente seus algozes utilizam a violência física, onde só 15% dos casos deixam sinais de abuso físico (Pires, 1998).

“As doenças sexualmente transmissíveis são, muitas vezes, o primeiro indício de que a criança está sendo abusada. É um achado específico de abuso sexual até que se prove o contrário. As mais freqüentemente encontradas são: gonorréia, sífilis, condiloma, clamídia, hepatite B e AIDS. A presença de doenças sexualmente transmissíveis ou de gravidez na adolescência tem sido aceita como parte de uma mudança na sociedade, mas, também pode ser um indicador de abuso sexual.” (Pires, 1998:67).

Contudo, apesar de todos os sinais que a criança pode estar manifestando, seu sofrimento pode ser ignorado. A tentativa de preservar o núcleo familiar, as relações de interdependência, o medo e a omissão levam à constituição na família do "pacto de silêncio", que impede a notificação ou a interrupção da escalada de violência física, psicológica e sexual contra a criança ou o adolescente.

Este "pacto de silêncio" (ou "muro de silêncio") se forma a partir do sentimento de vergonha e medo de desestruturar a família, apontando para a contradição existente entre o papel de proteção esperado da família e a violência que se estabelece quando é violado o mais sagrado dos tabus, que é a interdição do incesto. As alianças familiares podem ser muito abaladas

quando uma situação de abuso sexual é revelada, pois a criança rompe com tais barreiras traumáticas, o "muro do silêncio", revelando o que se passou e podendo ser desacreditada ou castigada. Sendo assim, ela pode oscilar entre a negação do abuso e a mentira. Negar o abuso tem uma função de preservação da sobrevivência psíquica, enquanto a mentira envolve culpa pelo possível prazer sexual experimentado e o temor de ser descoberta e castigada.

A violência sexual da criança é uma das situações em que precisamos dar mais crédito às histórias contadas por elas do que aos exames físicos, que eventualmente, elas possam ter sido submetidas. A maior parte das crianças não abusadas não tem conhecimento dos detalhes de encontros sexuais. Sendo assim, quando a criança declara que está sendo abusada, devemos acreditar nela. Esse foi o caso de uma nossa cliente que nos procurou movida pela desconfiança que surgiu sobre a possibilidade de seu marido estar abusando da filha do casal.

Estando o pai (e marido da cliente) desempregado, era ele que se ocupava dos cuidados com a filha, tais como dar banho, trocar as roupas ou alimentá-la. A antiga empregada da casa começou a perceber algumas mudanças na maneira de agir do patrão. Ele passou a fechar as cortinas e as janelas do quarto quando se ocupava da filha, além de trancar a porta, desenvolvendo um comportamento superprotetor em relação à filha. Não deixava que ninguém desempenhasse "as tarefas que lhe cabiam", impedindo mesmo que a mãe, quando estava em casa, o fizesse.

A menina, de três anos de idade, começou a pedir para a empregada que lambesse suas partes genitais; e diante do espanto da moça, a criança afirmou que o pai o fazia com frequência. A empregada contou a história para a mãe que nos procurou intrigada, perguntando-se onde a menina poderia ter aprendido a fazer tais pedidos. Percebemos que a mãe não aceita, conscientemente, a hipótese de que seu marido e pai de sua filha possa estar abusando sexualmente da menina, achando que a menina inventou tais termos. Com certeza, inconscientemente, há desconfiança que a faz, inclusive, buscar uma ajuda profissional. Sabemos que uma criança de três anos, não

teria condições de fazer este tipo de pedido se não tivesse experimentado estas vivências com algum adulto transgressor.

Os detalhes de cada história variam de acordo com a idade e com estágio do desenvolvimento da linguagem da criança, mas podemos afirmar que, mesmo as crianças muito pequenas, como as do exemplo acima, podem dar depoimentos importantes acerca de abusos cometidos por pessoas de sua confiança. Um comportamento excessivamente sexualizado, como o apresentado pela filha de nossa cliente, é indício de que a criança está tendo experiências sexuais não compatíveis com sua faixa etária.

A violência é, algumas vezes, mas não necessariamente, elemento agravante. Os abusos com violência e violação provocam graves traumatismos e sérios sintomas psicopatológicos. Mas por outro lado, o uso da força física e da violência podem atenuar o sentimento de culpa da vítima. Com efeito, os abusos são algumas vezes mais graves se a criança tem o sentimento de ter desempenhado um papel “ativo”.

A agressão sexual pode ser encarada como uma questão de gênero? Há uma constatação estatística de que, no abuso sexual, a grande maioria de agressores é formada por homens, ao mesmo tempo que as vítimas são também, em sua maior parte, mulheres e crianças do sexo feminino. Contudo, sabemos que a violência não é um atributo natural da masculinidade. Mas é uma exigência da cultura machista que o homem demonstre sua virilidade de forma violenta e ele é educado para isso desde a mais tenra infância, em um padrão que inclui a ocultação de seus sentimentos (afinal, "homem não chora") e a percepção de que as mulheres são seres frágeis e, até certo ponto, inferiores. Em todas as culturas e em todas as épocas, existiram homens pacíficos e em todas as culturas também existiram mulheres violentíssimas.

Voltando ao tema e discutindo gênero, vemos que a violência das mães não é necessariamente sexual, mas os maus-tratos reservados às crianças são, na maioria das vezes, cometidos por mulheres. Segundo Saffiotti (1989):

“Quanto à violência sexual, raramente se tem notícia deste tipo de violência sendo praticada por mulher. Não apenas a condição subordinada da mulher explica este fato. Certamente muitos outros fatores pesam nesta determinação, como a maior repressão sexual de que é alvo a mulher (...). Ainda que a mulher possa ser verbalmente muito violenta, é bem menos preparada do que o homem para ser física e sexualmente violenta (...). Desta sorte, há, na socialização feminina, vários componentes que podem responder amplamente pela raridade de violências sexuais cometidas por mulheres.” (in Azevedo e Guerra, 1989:56).

Gostaríamos de ressaltar que estudos recentes, feitos na França e levados ao conhecimento público a partir das contribuições do psicanalista Cyrulnik, estão revelando que é necessário redimensionar a relação do mundo feminino com os abusos sexuais cometidos contra crianças³. Mesclam-se aos cuidados de higiene, normalmente executados pelas mulheres, alguns excessos que indicam abusos sexuais, ou seja, aquela que se ocupa é a mesma que abusa. As conseqüências dos abusos sexuais cometidos pelas mulheres são freqüentemente minimizados. Os efeitos tendem a serem considerados menos importantes do que os cometidos pelos homens. A prova está nos cuidados muito mais de ordem médica do que judicial dispensados às abusadoras, que diferem bastante do tratamento dado aos homens que cometem o mesmo delito. A lógica que rege este raciocínio ancora-se numa cultura fálica que atribui "poderes mágicos" ao membro sexual masculino. Desta forma podemos entender a reflexão sugerida por Saradjian e Mignot (1999):

" 'Que mal poderiam elas provocar sem um pênis?' E esta idéia é muito divulgada como se, no final das contas, os mesmos comportamentos fossem menos perigosos se viessem da parte de uma mulher do que de um homem! Evidentemente não se trata

³ Não nos propomos a esgotar ou desenvolver o tema do ponto de vista do gênero, mas elucida e ilustra nossas hipóteses o texto de Jacqui Saradjian e Caroline Mignot, intitulado "Abus Sexuels commis par les femmes. Traumatisme dénié et caché dans la vie des enfants", in MANCIAUX e GIRODET, M./ D. - (org) (1999) - Allégations d'abus sexuels: parole d'enfant, parole d'adultes, Paris: Éditions Fleurus.

disso e os estudos mostram os efeitos devastadores e altamente prejudiciais desse tipo de abuso. Eles corrompem as experiências cognitivas e emocionais da infância e comprometem por muito tempo a autoestima das vítimas. O traumatismo teria quatro componentes: traumatismo da sexualização; estigmatização; impotência; traição; e seria ainda pior quando se trata da própria mãe da criança." (p.79, nossa tradução).

Giddens (1993) faz uma reflexão que ratifica esta visão a respeito do comportamento feminino, pois ele afirma que, ao contrário do estupro, o abuso sexual dos filhos não é um crime exclusivamente masculino. "Os meninos parecem ser tão freqüentemente vítimas de incesto quanto as meninas; o incesto pai-filho é o tipo mais facilmente encontrado, mas o abuso sexual dos meninos pelas mães não é raro." (p.120).

Como trabalhamos o conceito de infância como uma construção sócio-histórica, parece-nos possível considerar que também o conceito de abuso sexual tenha sido fruto de uma outra construção cultural, que se fez a partir da primeira. Poderíamos afirmar que "se não havia 'criança', não poderia haver abuso sexual infantil". Nem sempre a criança foi cidadã, nem sempre foi sujeito de direitos, nem sempre foi respeitada. Boarini e Borges (1998) nos dizem que:

"(...) recuperarmos a existência de um significado para a infância na modernidade é, ao mesmo tempo, entendermos que o seu anonimato na consciência da pré-modernidade não se devia somente, ou primordialmente, às condições de morte prematura ou de poucas chances de sobrevivência da criança na época, mas à ausência da idéia geral de criança e de infância, predominante em sociedades anteriores ao modo de produção capitalista." (p.91).

A necessidade de contextualização implica necessariamente entender que o conceito de abuso não é um conceito natural e que é preciso desnaturalizá-lo para podermos pensá-lo como construção cultural. Há também uma dificuldade de definição universal de abuso porque a violência ocorre no

interior da cultura e portanto só pode ser definida com base em seus parâmetros específicos.

É importante mostrar a necessidade de contextualização do conceito de abuso sexual para que, melhor entendendo a questão, possamos sair do âmbito do horror ao qual somos remetidos quando lidamos com ele:

“Contextualizar o abuso sexual infantil não significa descaracterizar a violência do ato, mas sim mostrar que ele é violento na nossa cultura que, a partir de sua definição do que seja um ato de violência, o decodifica desta forma. (...) Nessa perspectiva, torna-se fundamental àquele que vai atender uma criança sexualmente abusada poder olhar a gravidade do fenômeno sim, mas não como algo irreparável, da ordem de uma anulação irreversível. Perceber que ele se encontra imbricado numa trama maior, a da sexualidade, significa a possibilidade de estabelecer uma relação com a criança abusada e com sua família, em que haja maiores condições de intervenções objetivas e integradas à própria dinâmica familiar.” (Junqueira, 1998b:435).

A contextualização serve para instrumentar, para atualizar os nossos conhecimentos e fazer-nos considerar todos os fatores envolvidos na questão. O profissional que atende crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual não deve diminuir a gravidade do fenômeno nem relativizar uma violência inaceitável, mas deve ampliar a compreensão da questão para poder ajudar a criança a encontrar uma saída. Um ato só é abusivo e só traz prejuízos para a criança se a cultura específica lhe confere significação negativa. Pois bem, nossa cultura considera o abuso sexual infantil condenável em toda e qualquer circunstância e apenas romper com este pacto da cultura, com este acordo coletivo, seria suficiente para causar um grave dano à pessoa abusada.

Se o profissional entende o fenômeno de forma contextualizada ele terá menos tendência a fazer julgamentos de valor, e assim, julgando menos, terá mais chance de agir melhor, de forma mais eficaz.

O abuso pode levar o profissional que trata a criança ou o adolescente abusado a assumir duas posições extremas. A primeira delas é compor com o "pacto de silêncio", seja negando a situação, buscando explicações para o acontecido fora do âmbito do abuso sexual, por não suportar o peso da questão ou por pura aversão. Em segundo lugar, pode, de certa maneira, estigmatizar o sujeito, contribuindo para que ele se perceba somente como uma vítima de abuso sexual.

Para os profissionais que atendem as vítimas, o abuso sexual é um pesadelo, até pela crueza dos episódios com que têm que lidar. O abuso é um campo minado, pessoal e profissionalmente, uma ameaça aos papéis tradicionais, um desafio às estruturas estabelecidas de cooperação e uma zona de perigo de fracasso profissional. Lidar com o abuso sexual exige destes profissionais um forte comprometimento, a disposição de estar sempre reavaliando sua postura a cada caso, sempre trabalhando em equipe e junto a ela, procurar estar livre de preconceitos. Eles estão sendo chamados a tomar decisões sem ferir os desejos de seus pacientes, mantendo o sigilo, mas sem omitir-se em situações de risco e podem ter que interferir em situações que são vistas como pertencentes ao âmbito privado. (Schoor et alii, 1999).

Estas questões são apontadas sem a pretensão de respondê-las, mas somente para alertar sobre sua importância. É fundamental recomendar e assegurar que os profissionais que se dedicam ao atendimento de casos de abuso sexual infantil tenham um espaço terapêutico de escuta.

As nossas reflexões colocam em questão a ética do profissional que atende a criança ou o adolescente. A criança não precisa ser só uma vítima de abuso sexual, ela precisa de uma ajuda que a veja como um ser inteiro e não só como aquele que foi abusado.

O abuso sexual envolve também a falta de limites, substituindo as vantagens dos nossos critérios culturais pela busca do gozo imediato, que não pode esperar, porque, como mostra Da Poian. (1998),

“encontramos no mundo de hoje, a presença de ideais narcísicos ilusórios e tirânicos que funcionam de modo a inibir e a bloquear invenções de novos projetos porque fecham o caminho da libido, fixando-a numa relação de fascínio a um só objeto psíquico: o próprio eu e seus prolongamentos” (p.8).

A autoridade do adulto sobre a criança é um dos frutos de nossa cultura, que desta forma outorga à criança o direito de ser vista e ouvida como um ser em desenvolvimento, que necessita do suporte de um adulto para sua formação. É preservando nossa autoridade e acolhendo o mal-estar decorrente dos abusos sexuais de nossas crianças e de nossos adolescentes que poderemos ajudar a romper com o silêncio inibidor da expressão subjetiva. Finalmente, concordamos com Faleiros (2000) em sua síntese sobre a questão do abuso sexual como uma situação de ultrapassagem de limites: "de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe e compreende, do que o abusado pode consentir, de regras sociais e familiares e de tabus. E que as situações de abuso infringem maus tratos às vítimas." (p.15).

No presente trabalho enfatizaremos exatamente a questão da transgressão, do que isso representa para a vítima e o que pode fazê-la resistir a este trauma e, em outro sentido, ultrapassá-lo, superando essa marca, construindo(-se) para além dela.

1.2 - Aspectos históricos

*«Resgatar a história da criança brasileira é dar de cara com um passado que se intui, mas que se prefere ignorar, cheio de anônimas tragédias que atravessam a vida de milhares de meninos e meninas.»
(Mary Del Priore)*

Nem sempre a história oficial consegue dar conta da totalidade dos objetos que formam a história maior. A história das lutas cotidianas, em sua resistência silenciosa, com frequência tem sido excluída de nossa memória. Estando atentos à questão central de nosso trabalho - o silêncio e o segredo no abuso sexual infantil e seu nexos com a resiliência -, gostaríamos de nos debruçar sobre o fato de a história "produzir esquecimentos", quando elas não conseguem dar conta dos abusos aos quais as nossas crianças ficam silenciosamente submetidas.

Em nível de registro, a história das crianças está diretamente ligada à história das mulheres - já que ambas estão associadas ao domínio do privado - e beneficia-se também da antropologia (Perrot, 1984). A história da criança brasileira nos remete a um resgate de tragédias anônimas, onde se incluem as crianças abandonadas, as crianças vendidas como escravas, as crianças que sobrevivem em instituições e também aquelas que são vítimas de violências sexuais.

A história é a representação do passado, é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que não é mais, enquanto a memória é um fenômeno sempre atual. Tudo aquilo que chamamos hoje de memória já é história, uma vez que para a 'história-memória' de antigamente, a verdadeira percepção do passado consistia em não considerá-lo passado. (Nora, 1984). Esta diferenciação entre memória e história é pertinente para refletirmos sobre a importância de se fazer da memória infantil uma história da criança brasileira, onde a reflexão acerca do desrespeito sobre as crianças possa se transformar em esforço de reorganização do social. É nessa perspectiva que acreditamos

que o trabalho terapêutico com crianças vítimas do abuso sexual pode estar a serviço dessa História, se pudermos entender a terapia, também como um trabalho de memória sobre a história do sujeito.

Do ponto de vista histórico, verificamos que a percepção da criança como um ser diferente do adulto acontece entre os séculos XVI e XVIII, refletindo-se nos cuidados pedagógicos e psicológicos que passam a lhe ser conferidos. No Brasil, "do período colonial à República dos anos 30 assistimos ao desenrolar e ao desdobramento desses assuntos complementares, anotando que, se a criança é o grande ausente da História, ela é, por um paradoxo, o seu motor". (Del Priore, 1996: 9).

Através da diversidade de exemplos nos mais variados segmentos da sociedade, poderemos encontrar os elementos necessários para montarmos, qual um quebra-cabeça, a história do respeito e desrespeito às crianças brasileiras, onde se inclui a reflexão sobre o silêncio que envolve o abuso sexual infantil. Buscando nos escaninhos da memória subsídios para esta história, encontramos a fala de Mott [1991(1996)] denunciando parte deste desrespeito. No texto em questão o autor enfoca um caso de denúncia pelo poder público de um professor pedófilo e as mudanças de atitudes por parte dos donos do poder em face da corrupção de menores:

"(...) da cruel indiferença dos inquisidores aos estupros infantis do século XVI ao XVIII, à vigilância em todo território nacional por parte dos chefes de polícia contra um pedagogo pedófilo na segunda metade do século XIX (...) tal mudança de postura pode ser interpretada sob dois ângulos: de um lado a instauração de uma moralidade ultrarepressora – a vitoriana – que sob o pretexto de proteger a inocência infanto-juvenil, reprime e dessexualiza completamente os meninos e adolescentes; de outro, o início dos direitos humanos dos jovens e crianças, não mais tratados como tábula rasa - (...) – nem como reles objetos sexuais dos mais velhos, mas criaturas merecedoras de respeito, capazes da livre orientação sexual e dos prazeres eróticos, e donas de sua privacidade individual."(58-59).

Para trabalharmos com a especificidade da violência brasileira é importante determinarmos as características da sociedade que estaremos tratando. Trabalhamos com o modelo de família burguesa, nuclear, regida por normas culturais, em sua maioria herdada do século XVIII, como nos apresenta Ariès (1978): "a partir do século XVIII, e até nossos dias, o sentimento da família modificou-se muito pouco" (p.271). As mudanças que vamos percebendo se mostram sobretudo no âmbito da privacidade, da intimidade propriamente dita, ajudando muito a compreender o aumento da importância da questão do incesto, já que este se situa no âmago da intimidade familiar. E Costa (1989) nos mostra com requinte de detalhes normativos como aconteceu esta passagem:

"A família dominada pelo sentimento de privacidade distingue-se da família antiga, em vários sentidos. Em primeiro lugar, pais e filhos começam a valorizar o convívio íntimo e exclusivo entre eles, abandonando a companhia contínua de elementos estranhos, porventura residentes na casa. Em segundo lugar, os pais passam a ter maior interesse pelo desenvolvimento físico-sentimental dos filhos, educando-os de maneira mais individualizada e levando-os, em consequência, a ganhar maior consciência de suas próprias individualidades. Em terceiro lugar, o amor entre pais e filhos torna-se a energia moral responsável pela coesão familiar, substituindo progressivamente a ética religiosa e os imperativos de sobrevivência material. (...) O sentimento de intimidade familiar, tal como começou a ser concebido e estimulado pelos médicos do século XIX era, até então, inexistente ou despercebido." (pp. 86-87).

Este processo de psicologização do universo social infantil é abordado por Del Priore quando nos remete à origem desse processo comparando-o com os acontecimentos na Europa:

"No entanto, a psicologia infantil de que fala Ariès estava apenas engatinhando na terra de Santa Cruz, e nutria-se de duas ambições distintas, mas complementares. Por um lado, o desejo jesuítico de

realizar a tarefa messiânica de doutrinação de uma humanidade simultaneamente edênica e diabolizada (...). Por outro lado, crescia a valorização européia da criança, a noção de que Jesus fora criança e que finalmente, realizar a missão através das crianças, seria uma garantia de constituição de prole mais angélicas do que diabólicas. A síntese dessa psicologia significava valorizar a criança para que ela valorizasse o objetivo jesuítico na nova terra." (Del Priore, 1996: 14-15).

Essa família privada é aquela que terá mais dificuldades para suportar as transgressões advindas do "excesso" de intimidade, onde as normas precisarão deixar mais claros os limites do novo convívio, como mostra Giddens (1993):

"Intimidade não significa ser absorvido pelo outro, mas conhecer as suas características e tornar disponíveis as suas próprias. Paradoxalmente, a abertura para o outro exige limites pessoais, pois é um fenômeno comunicativo; exige também sensibilidade e tato, pois não é o mesmo que viver absolutamente sem pensamentos particulares." (p.106).

Quando Ariès (1978) nos mostra como a Idade Média pensava o lugar da criança, quando "a transmissão do conhecimento de uma geração a outra era garantida pela participação das crianças na vida dos adultos" (p.230), antevemos a mudança ocorrida no espaço a elas reservado, pois não eram estes seres com os quais nos habituamos a conviver e a proteger. Não se previa em absoluto um lugar destinado ao convívio dos pequenos, e onde, por exemplo, pudesse prevalecer o ensino, que tanto colaborou para este processo de "intimização" dos membros da família:

"Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo". (Ariès, 1978: 50).

A importância e a força que a educação infantil tem para a estruturação do social foi percebida desde muito cedo pela Igreja, e em especial pelos jesuítas. A ênfase dada por eles ao aspecto evangelizador junto às crianças é muito grande em todos os países que contaram com a presença da Companhia de Jesus no processo de colonização. Era através da "catequização" das crianças que acreditavam poder atingir o âmago da sociedade, transformando o mundo num universo evangelizado. A educação ampliava seu alcance na formação das crianças.

Para melhor entendermos as origens históricas dos abusos cometidos contra a infância e a adolescência precisamos nos remeter aos excessos de desmandos sofridos por estes durante a escravidão. A formação econômica e social brasileira - por longo período baseada na escravidão - e seu *ethos* machista não podem deixar de ser considerados como determinantes de certa naturalização da violência contra os mais jovens. Não poderíamos esquecer mais esta forma de sofrimento sem palavras sob o qual nossas crianças erigiram sua história.

"O adestramento da criança também se fazia pelo suplício. Não o espetaculoso, das punições exemplares (reservados aos pais), mas suplício do dia-a-dia, feito de pequenas humilhações e grandes agravos. Houve crianças escravas que, sob as ordens de meninos livres, puseram-se de quatro e se fizeram de bestas." (Goés, 1999: 186).

Lobo (1997) reafirma nossas hipóteses ao mostrar o quanto nossa história de maus-tratos às crianças está ancorada em hábitos opressivos escravistas. Aponta também para a constituição de um outro desenho de família:

"Os encontros furtivos e variáveis ou eram pouco fecundos, ou geravam frutos condenados ao aborto para evitar o nascimento de uma criança na condição escrava. Ademais, os que escapavam teriam que vencer as barreiras dos maus tratos durante a

gravidez da mãe, das privações após o nascimento e das doenças da infância na situação de desnutrição e completa falta de higiene das senzalas. Stuart Schwartz cita o depoimento do Consul Britânico em Salvador, no ano de 1827: 'A mortalidade anual é tão grande em muitos engenhos que, a menos que seus números sejam aumentados com importações, toda a população escrava se tornará extinta no decorrer de aproximadamente vinte anos; os proprietários procedem segundo o cálculo de que é mais barato comprar escravos homens do que criar crianças negras' ". (p.26).

Foi numa época em que o Brasil já tinha dificuldades em manter o tráfico escravo por força das pressões internacionais e, mais especificamente das pressões inglesas, que finalmente o comércio escravista acabou. Nesse momento as preocupações da sociedade européia estavam voltadas para a reorganização do espaço social e econômico, onde não havia mais lugar para ideologias de ordem escravocrata. Sabia-se que a estrutura econômica sob a qual estavam fundamentadas as trocas continuavam a ser escravistas, mas as aparências precisavam ser resguardadas. Havia na Europa um aparato social, político médico e jurídico que exigia uma reordenação também da vida nas colônias para fazer frente à nova ideologia vigente:

"No final do século XIX, acompanha-se o estabelecimento de uma política jurídica, e também médica, preocupada com a formação de trabalhadores e cidadãos sadios, moral e sexualmente. A vida sexual e amorosa de toda a população, e não só dos mais bem situados, passava a ser preocupação dos governantes e um assunto de interesse público, em função da necessidade, sob o ponto de vista jurídico e médico, de se cuidar da educação das gerações futuras e dos caminhos de construção da 'ordem e progresso'. Afinal, pensavam: que nação se estava formando?" (Abreu, 1999:290).

Depois da proclamação da República, ou seja, do final do século XIX ao início do século XX, o Brasil passou por um processo de europeização conhecido como Belle Époque. Esse início da República foi marcado por

graves crises econômicas, onde estavam presentes a inflação, o desemprego e a superprodução do café. Sendo assim, a nomenclatura de *Belle* e sua atrelada europeização não dizia respeito à totalidade da população, mas restringia-se às camadas dominantes. Aqueles que haviam sido libertos encontraram-se numa situação de completo abandono e sem direito à voz social na sociedade brasileira. O racismo torna-se uma realidade presente na vida social brasileira, definindo papéis sociais, sem excluir as crianças do preconceito:

"Assim em fins do século XIX, quando as instituições de caridade brasileiras registravam um crescimento vertiginoso do abandono de meninos e meninas negras, foi também o período que deu início à mudança do *status* jurídico da infância carente. Se até então os meninos e meninas *sem família* eram vistos como anjinhos a serem socorridos por instituições misericordiosas, eles passam agora a ser encarados como "menores abandonados", membros mirins das "classes perigosas", que deveriam ser isolados do convívio social, em asilos destinados a esse fim". (Del Priore: 2001: 271).

O interesse geral pelo tema do abuso sexual infantil surgiu a partir da segunda metade do século XX, atrelado às reviravoltas pelas quais passava o mundo depois da Segunda Guerra Mundial, e às conseqüentes mudanças ocorridas nas relações humanas e nas forças produtivas. Como só podia ter acontecido, o conceito de força de trabalho precisou acompanhar as mudanças que marcavam essa nova ordem sócio-econômica, quando também o lugar ocupado pela mulher passou por redefinições. A mão-de-obra masculina sofreu baixas durante a guerra e a mulher ocupou relevante papel na produção e na direção do lar, enquanto o homem se encontrava nos campos de batalha ou apenas se refazendo dos traumas gerados pela guerra. Essa dinâmica explica o redimensionamento da contribuição feminina na reestruturação do social (Azevedo e Guerra, 1993).

É em meio a este clima que as mulheres brasileiras conquistam garantias jurídicas e legais, como atesta, por exemplo, o Estatuto da mulher casada, de

autoria do jurista Orozimbo Nonato, em 1962⁴, redefinindo o lugar da família nessa sociedade em formação. Às conquistas femininas e à revolução sexual, protagonizada pelas mulheres, vão se atrelando as conquistas das crianças, que passam a ocupar um lugar de destaque nessa nova ordem familiar basculada.

As crianças, como os principais reprodutores dessa ordem vigente, precisam ser protegidas mais do que antes, já que a força masculina não representa mais a mesma garantia na ordem da reprodução. Esta preocupação vai se traduzir por exemplo nas diversas convenções que buscam regular as condições de vida das crianças ao redor do mundo. Seria preciso olhar o abuso através de um feminismo crítico, como preconizam Azevedo e Guerra (1988), em que predomina a dominação do homem sobre a mulher, presente em todas as classes sociais. Deve-se buscar os cruzamentos entre as ideologias legitimadoras do patriarcalismo e do capitalismo, não esquecendo que estes últimos são as formas preponderantes de dominação.

Numa visão foucaultiana, podemos ampliar nosso entendimento trazendo o foco desse estudo para a necessidade de controle de nossas crianças para que se tornem cidadãos mais produtivos no futuro. Houve ao longo da era clássica toda uma descoberta do corpo como objeto e alvo do poder. Não poderia deixar de estar presente entre nós esta ideologia que pretende exercer o poder através de um processo de "docilização" dos corpos. Sentimos também sua presença, na forma como procura enquadrar as normas de conduta para as crianças e para os adolescentes. Um corpo é dócil quando pode ser domesticado, usado, ou transformado e aperfeiçoado.

⁴ Lei 4 121/ 62, de 27 de agosto de 1962, dispõe sobre a situação jurídica de mulher casada (Estatuto da Mulher Casada) art. 1:(...)art. 2: A mulher, tendo bens ou rendimentos próprios, será obrigada, como no regime da separação de bens, a contribuir para as despesas comuns, se os bens comuns forem insuficientes para atendê-las.; art.3: Pelos títulos de dívida de qualquer natureza, firmados por um só dos cônjuges, ainda que casados pelo regime de comunhão universal, somente responderão os bens particulares do signatário e os comuns até o limite de sua meação; art.4: Esta lei entrará em vigor, 45 dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário", assinada pelo então Presidente da República, à época, João Goulart.

Ampliando o foco desta reflexão sobre o aspecto das especificidades históricas de nossa violência doméstica, gostaríamos de trazer mais uma vez as reflexões de Azevedo e Guerra quanto a uma possível periodização da violência doméstica contra a criança. Do final do século XIX até à primeira década do século XX é o período que as autoras chamam de "salvação de crianças", quando começam as denúncias de maus-tratos e a tendência à institucionalização das vítimas. Os vinte anos seguintes, ou seja, até 1930, são chamados de "era progressista" quando se privilegiou a problemática relativa à negligência materna. Já a década de 30, com sua crise econômica e o período do pós-guerra, não deu importância especial às questões relativas à violência contra a criança.

Tomando o exemplo da França⁵ e partindo das posições de Cyrulnik (1999a), psicanalista francês, estudioso do processo de reconstrução da subjetividade infantil e da resiliência em geral, constatamos que, a partir dos anos 50 na França, a classe médica começou a denunciar diversas práticas de maus-tratos às crianças, contribuindo para dar legitimidade à causa do combate à violência infantil.

O ano de 1962 é tomado como marco por causa da publicação do livro *Síndrome da criança espancada*, por R. Kempe, que levou a sociedade francesa à promulgação da lei de 10 de julho de 1989, que reconheceu legalmente a noção de maus-tratos e sua conseqüente reconstrução. Como era de se esperar, os primeiros testemunhos provocaram uma reação de indignação contra o agressor e a tendência era colocá-lo como alguém distante, monstruoso, mas facilmente identificável. Entretanto, hoje sabemos que, pelo menos na maior parte do mundo ocidental, grande parte da violência, dos crimes sexuais e dos maus-tratos cometidos contra a criança se passa dentro da família e não fora dela. Conforme as estatísticas publicadas na França em 1998⁶, 97,5% dos casos de abuso sexual acontecem dentro de

⁵ Os dados estatísticos relativos ao abuso sexual no Brasil são de difícil acesso e ainda mais difícil confiabilidade, mas na medida do possível estaremos buscando trabalhar com os que nos chegam.

⁶ LIEUTENANT-COLONEL MASSON, Journée *UNICEF*, La garde (Var), 5 Novembre 1998, in CIRULNIK, Boris (1999a) - Un Merveilleux malheur, Paris, Editions Odile Jacob, p.85.

casa. Os maiores criminosos do gênero podem ter uma excelente aparência e muitas vezes, mesmo os pais incestuosos, podem ser muito afetivos ou simpáticos. Toda violência característica dos crimes sexuais fica envolvida num clima secreto, onde impera o silêncio, que dá origem ao pacto invisível, como preferimos chamar o pacto que se forma entre a criança, o abusador e as pessoas que eventualmente tomam conhecimento do abuso e não impedem a sua reincidência.

A crescente mobilização dos anos 60 em favor das minorias historicamente oprimidas chama atenção para as crianças, vítimas das guerras e indefesas contra toda crueldade adulta. A década de 70 acaba com a hegemonia médica no trato do problema e aparecem novas possibilidades de atendimento às crianças vítimas de violência doméstica. (Soares, 1999).

No nosso país, o processo de reconhecimento da criança como portadora de direitos culmina com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, onde encontramos determinações sobre a necessidade de prover com atendimento psicológico as vítimas de abuso sexual, como fica claro em seu Art. 87: "São linhas de ação da política de atendimento: III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão."

Este atendimento começa a se dar num âmbito mais amplo, quando o aspecto psicológico passa a ser considerado, procurando oferecer possibilidades de reverter a tendência à repetição deste tipo de agressão: "Nesta perspectiva, as crianças são duplamente importantes. É preciso velar pela felicidade delas para lhes proporcionar um capital de lembranças felizes". (Martin-Fugier, 1987: 194, nossa tradução).

Sabemos que em geral, o fato de ser agressor está remetido a uma experiência anterior de agredido, mas que pode ser revertida. Se pudermos atuar no âmbito de prevenção e também no atendimento às crianças e aos adolescentes, vítimas de agressão sexual, estaremos trabalhando para que estes não venham a se tornar futuros agressores.

A História nos ensina a importância da criança na transmissão de valores. É importante oferecer desde cedo o máximo de possibilidade de exercício da cidadania. Pesquisando, vimos que as cartilhas destinadas aos pais, educadores e público em geral, com sugestões para prevenir o abuso estão sendo oferecidas por algumas instituições, como a Academia Americana de Pediatria ou a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA). Este é um dos procedimentos dos quais podemos lançar mão para fazer frente ao problema.

Em nosso país temos muita dificuldade no cumprimento das leis, onde as transgressões geralmente são aceitas sem grandes hesitações. Às transgressões corresponde um silêncio que se faz acompanhar da impunidade característica do descumprimento das leis.

Cada país tem sua forma específica de transgredir. Não se pode esquecer que a quebra do tabu do incesto está inserida num contexto maior, em que a dificuldade brasileira de respeitar leis, em absoluto, não daria conta de explicar. Entretanto, cabe uma reflexão sobre este aspecto cultural que, sem dúvida, ajuda a explicar as condições que fazem as transgressões assumirem a atual conotação. Ou seja, mais uma vez constatamos a importância de contextualizar a questão do abuso sexual infantil.

Devemos estar alerta para fatores como a erotização da sociedade, o que é claramente visto na mídia e nos apelos do consumo, inclusive sexual, o que "vêm estimulando nossa população infanto-juvenil a uma erotização precoce e ao consumismo, como atestam as Tiazinhas, Xuxas e Carlas Peres, seus programas na TV, suas danças e suas grifes." (Faleiros, 2000:47).

Assim não é de se estranhar que encontremos seu reflexo na falta de limites que tantos pais se permitem ao transgredirem as leis que levam ao incesto e na banalização da violência, desde nossa origem colonial. Como afirma Chauí (1992): "A 'lei de Gerson' funciona porque, malgrado os pruridos morais de seus praticantes, ela exprime a solidão e o medo diante de uma sociedade sentida como perigosa e hostil" (p.388). Trata-se do que poderíamos chamar de um processo de perda da voz social, numa sociedade

que silencia diante da violência, quando poderia reivindicar seus direitos de cidadãos violados.

1.3 - Aspectos sociais e jurídicos

«Entre leurs enfants et eux-mêmes, les parents ne peuvent ni ne veulent faire intervenir la machine judiciaire: elle est lourde et lente; elle est coûteuse toujours, et souvent infamante; et de toute façon, pourrait-elle avoir prise sur les minces discordes qu'il s'agit de réprimer?» (Arlette Farge)⁷

Refletindo sobre a ambigüidade dos caminhos que levam os homens a transgredirem as leis e as normas do social, acreditamos ser pertinente mencionar Certeau quando afirma que: "é preciso dizer, então, que o limite se torna, 'ao mesmo tempo instrumento e objeto de pesquisa'." (1982:51).

Gostaríamos de sugerir um mergulho nos aspectos sociais e jurídicos da história da criança no Brasil. É uma forma específica de refletir sobre a singularidade da violência doméstica brasileira, buscando desde os tempos coloniais, escutar as vozes dessas crianças, que não tiveram sua presença devidamente registrada e assegurada pela história oficial. Revisaremos, ainda que brevemente, alguns elementos de uma trajetória histórica que nos permita dimensionar a progressiva construção da criança como sujeito de direito.

Não podemos deixar de nos remeter à época da escravidão que, através dos mecanismos de preservação dos interesses dos proprietários, não permitiu que os registros dos maus-tratos das crianças escravas fossem exaradas. A trajetória das mulheres e das crianças escravas é trágica, como constatamos através das palavras de Lobo (1997):

“Se mulher, com certeza passaria, já mocinha quase menina, por estupro de seu senhor, tentaria vários abortos, seja porque não desejava a mesma

⁷ “Entre suas crianças e eles mesmos, os pais não podem e não querem deixar interferir a máquina judiciária: ele é pesada e lenta; e ainda é dispendiosa, e com frequência difamante; mas de qualquer forma, ela poderia interferir nas pequenas discordâncias que trata-se de reprimir?”.

condição miserável para seus filhos, seja porque a cor mais clara de seu bebê denunciaria o seu adultério e a condenaria à morte por seu companheiro negro. Poderia ter também seu filho arrancado dos braços para nunca mais vê-lo, a fim de que lhe sobrasse mais leite para o filho da senhora, ou para servir de ama de leite de aluguel a outras crianças. Poderia também sentir-se forçada a colocar seu bebê na roda dos expostos, na esperança de que, quando crescesse, ganhasse a liberdade.” (p.15).

Nem a proibição do tráfico nos anos 50 do século XIX libertava os recém-nascidos de mãe escrava. A Lei do Ventre-Livre de 1871 pode ser considerada ainda como “o triunfo das mentalidades antiquadas e perversas”, como afirma Queirós Mattoso (1996: 93), pois os senhores tinham a prerrogativa de escolher a forma de “libertação” que lhes conviesse até que as crianças escravas completassem oito anos. Durante esse tempo, a criança já teria tido oportunidade de demonstrar suas habilidades e, sendo assim, os senhores acabavam prendendo pelo trabalho os filhos de suas escravas quando isto lhes convinha:

“(…) o filho da escrava deve cedo aprender as duras leis da escravidão: deve trabalhar para existir e para ser reconhecido como bom escravo, obediente e eficaz. Com a autonomia dos gestos e do pensamento, com a ‘idade da razão’ não há mais criança escrava, somente escravos que são ainda muito novos. Para os seus senhores, somente sua força de trabalho os distingue do resto da escravaria adulta. Sob suas aparências enganadoras, a Lei do Ventre Livre é disto a clara confissão, e a mensagem simbólica do olhar que um corpo social inteiro levanta sobre a criança escrava.” (Mattoso, 1996: 93).

A Lei do Ventre Livre parecia dar liberdade às crianças escravas nascidas no Brasil, contrariando os costumes jurídicos da época, consoantes com o direito romano que afirmava que toda criança nascida de mãe escrava seria

escrava⁸. A rigor, a situação da criança escrava não sofreu grandes modificações com a Lei do Ventre Livre. Como nos mostra Abreu (1999), no Rio de Janeiro predominavam os escravos adultos, mas poucos chegavam aos cinquenta anos; e as crianças representavam apenas dois terços em cada dez cativos.

"Poucas crianças chegavam a ser adultos, sobretudo quando do incremento dos desembarques de africanos no porto carioca. Com efeito, os inventários das áreas rurais fluminenses mostram que, no intervalo entre o falecimento dos proprietários e a conclusão da partilha entre os herdeiros, os escravos com menos de dez anos de idade correspondiam a um terço dos cativos falecidos; dentre estes, dois terços morriam antes de completar um ano de idade, 80 % até os cinco anos." (Goés, 1999: 177).

Informados pela História, constatamos o endurecimento das leis para o controle da infância, quando encontramos, por exemplo, uma progressiva redução da idade penal entre o início do século XVII e o final do século XIX. Desde os tempos do Brasil-Colônia, - de 1603 -, que as Ordenações Filipinas consideravam que o sujeito a partir dos 17 anos era passível das mesmas penas do adulto. Em 1830, o Código Criminal do Império estabeleceu a penalização a partir dos 14 anos de idade e o Código Penal de 1890, que pela sua rigidez nem chegou a ser cumprido, determinou que a criança era passível

⁸ Segundo Albuquerque Mello (2000), em Roma, o indivíduo só era considerado romano se o pai fosse romano. E esse direito denominado "jus sanguinis" ter-se-ia espalhado pelo resto da Europa através das conquistas de Roma e assim chegou até nós. O "jus sanguinis" é o sistema que dá ao indivíduo a nacionalidade dos seus pais, independente do local em que tenha nascido. Numa visão atual, esta denominação seria questionável já que não seria o sangue que daria a nacionalidade, mas a filiação. "Na Antiguidade Oriental e Clássica o critério atributivo de nacionalidade era o "jus sanguinis", isto é, a nacionalidade era dada em virtude da filiação. Nestes períodos da História, a família era a verdadeira base de toda organização social. O Estado, em Roma e na Grécia, era o prolongamento da família. Deste modo, o indivíduo pertencia à família e depois ao Estado". (p.922).

de pena a partir dos 9 anos; medida esta que só foi modificada em 1921, quando foi elevada para 14 anos a idade mínima para punir uma criança⁹.

Em 1927, foi criado o primeiro código de menores, tendo sido a primeira consolidação de leis sobre assistência e proteção a menores. Pela primeira vez a legislação brasileira expressou com toda clareza os alvos do controle jurídico e reconheceu duas variantes possíveis no universo da pobreza: o abandono e a criminalidade.

O Código Penal de 1940 resolveu a situação relativa ao limite de idade para responsabilização penal, excluindo os menores até 18 anos desta esfera. Neste mesmo ano, criou-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), subordinado ao Ministério da Justiça, quando se verificou uma mudança na política oficial, que se constituiu num aparato de natureza essencialmente jurídica, para tratar a temática da pobreza e da delinquência infantil.

Dois anos depois de sua criação a UNICEF se instala no Brasil, em 1948. Em seguida, acompanhamos, em 1959, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, proclamada pelas Nações Unidas, na qual à família é atribuída a prioridade sobre a assistência à criança. Nessa época, abre-se espaço para pensarmos na possibilidade de encaminhamento de uma criança para uma família substituta, mas ainda não se abre mão de que seja uma família e não uma instituição, quem deva se ocupar da criança.

Durante a década de 50, os casos de maus-tratos começam a ser denunciados. Nas décadas que se seguem a criança vai conquistando espaço no campo social.

"a questão do menor no Brasil republicano somente passou a ser enfrentada em meados dos anos 70, através de denúncias regulares na imprensa contra a situação em que se encontravam as crianças, principalmente após o golpe de 64 e o fracasso do milagre econômico. Foi com a indicação de 1978

⁹ O paradigma repressivo para tratar a infância e adolescência nunca foi abandonado no Brasil. Atualmente tramitam no Senado e na Câmara vários projetos de lei visando a redução da maioria penal de dezoito anos para dezesseis e até menos.

como Ano Internacional da Criança que a história da criança no Brasil e de sua repressão começou a ser pesquisada. Isso levou à formação de diversas associações que se articularam a outras na defesa dos direitos da criança e que acabaram influenciando o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990." (Passeti,1996: 146).

Nos anos 80 foram divulgados milhões de casos de abuso sexual infantil nos Estados Unidos e muitas crianças foram afastadas de seus pais biológicos, por determinação judicial, abrindo um precedente importantíssimo para os próximos passos da ONU neste campo (Gonçalves, 2000).¹⁰

Como vemos em Machado (1980), ainda nessa época observamos a desconstrução do modelo punitivo-repressivo no tratamento da infância. Os novos princípios relativos à humanização do tratamento destinado à infância precisavam de respaldo legal. As correntes progressivas conseguem a aprovação em 1988, dentro da Constituição Federal, – artigos 204¹¹ e 227¹² - dos princípios que fundamentam a legislação específica, e que resultaram mais tarde, em 1990, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em 1989, trinta anos depois da primeira convenção e sob o impacto dos últimos acontecimentos, tem lugar uma nova Convenção da ONU sobre o Direito da Criança. Nesta época se amplia a ótica sobre a atuação da família

¹⁰ Mesmo não sendo o foco de nosso trabalho temos ciência dos exageros que a legislação americana tem permitido pelos mais variados viés, que tem sido amplamente divulgado pela mídia e que interfere de forma deturpadora nas relações entre as crianças e os adolescentes

¹¹ Artigo 204 da Constituição Federal: "As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no artigo 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como as entidades beneficentes e de assistência social; participação da população, por meio de organizações representativas, na formação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

¹² Artigo 227 da Constituição Federal: "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

junto à criança, incluindo o seu direito à sobrevivência, à educação e à proteção contra o abuso sexual e sua conseqüente exploração (Gonçalves, 2000).

É nesse contexto que procuramos localizar a importância da aprovação do ECA, que em seu Art 4º reproduz, quase na íntegra, o Art. 227 da Constituição Federal, já citado anteriormente na nota¹¹, reafirmando os mesmos dispositivos:

"É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar (a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária."

Dentre outras conseqüências jurídicas importantes, pertinentes a nosso tema, podemos aqui destacar o Artigo 130 do ECA: "verificada a hipótese de maus tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum".

O Estatuto também obriga a comunicação ou denúncia por parte dos profissionais, em casos de violência contra a criança ou o adolescente, como verificamos no capítulo II, ao tratar das Infrações Administrativas. O Art. 245 estabelece:

"Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência".

Observamos uma mudança no olhar sobre a criança que, se pobre, anteriormente recebia a denominação de 'menor'; e agora se torna alvo da tutela pública, passando mesmo a ser vista como candidata potencial à proteção do Estado. Os filhos da classe média e média alta nunca foram chamados de "menor", termo que era restrito aos filhos dos excluídos. Diferentemente destes, as crianças das classes privilegiadas são chamadas de "menores de idade", onde inclusive o uso correto do português lhes confere um tratamento mais digno (Rizzini, 1997).

Londoño (1996) nos oferece uma retrospectiva desse olhar do Estado para a criança através de sua investigação sobre a utilização jurídica do termo "menor", que nos parece elucidativa para melhor compreensão desse universo ambíguo dos cuidados às nossas crianças. Ao fazer um levantamento bibliográfico no acervo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo sobre o termo "criança", uma das questões que mais chamou atenção do autor foi o fato de que a partir do fim do século XIX e começo do XX a palavra "menor" aparecia freqüentemente no vocabulário jurídico brasileiro. Até o século XIX, a palavra *menor* como sinônimo de criança, adolescente ou jovem, era usada para assinalar os limites etários, que impediam as pessoas de ter certos direitos como emancipação paterna ou assumir responsabilidades civis e canônicas, mas o autor registra que:

"Na passagem do século, *menor* deixou de ser uma palavra associada à idade, quando se queria definir a responsabilidade de um indivíduo perante a lei, para designar principalmente as crianças pobres abandonadas ou que incorriam em delitos (...).

A condição de desamparo material e moral definia, diferenciava e fazia das crianças que viviam em ditas circunstâncias, pessoas que deviam ser protegidas pelo Estado." (pp.142-143).

Constatamos dessa forma, tratar-se de duas infâncias diferentes. Boarini e Borges (1998) mostram que o “sentimento de infância” foi se constituindo junto com o “sentimento de classe”, adquirindo diferentes formas de subjetividade e uma valoração muito diversa da intimidade (Zamora, 1999). Ariès mostra também que algumas atividades e jogos eram abandonados por adultos simplesmente por pertencerem, à nobreza e à burguesia.

“Essas práticas encontravam-se no cerne de outras práticas (de sobrevivência) que começavam a erigir-se distintamente entre adultos de uma e de outra condição social. Portanto, a distinção entre crianças e adultos vinha acompanhada da distinção de classes.” (p.90).

Parece-nos claro como, aos poucos, vamos penetrando nesse universo imbricado de dificuldades que circundam o aspecto jurídico do nosso tema, como vemos no caso do incesto. Segundo nosso Código Penal vigente, (por sinal o mesmo desde 1940), o incesto não é considerado *crime autônomo*, que se caracteriza por ser um crime que não precisa de nenhum outro para que possa ser tipificado, ou seja, identificado como tal. Damásio (1999) afirma acerca das definições de crime que a mais aceita delas é a classificação formal. Esta determina que o crime deve ser composto por três elementos: 1º: fato típico (o fato em si), 2º: antijuridicidade (ser contrário ao direito) e 3º: tipicidade (estar definido em lei). Na ausência de algum destes elementos, o fato não é considerado crime. Sendo assim, podemos afirmar que incesto não é crime tipificado; e de acordo com o art. 1º do Código Penal, “não existe crime sem lei que o defina e não há pena sem cominação legal”. Portanto, o magistrado somente poderia valer-se disto, como um agravante de pena que porventura o agressor sofresse.

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA -, a criança passa a ser objeto de uma lei que se funda no estabelecimento de seus direitos, sendo essa a reversão central que ocorre no plano jurídico com sua divulgação. Este representa um avanço inegável sobre o Código de Menores, pois aponta para os direitos sociais, reforma a imagem do Estado e subordina os mecanismos punitivos aos direitos processuais. O discurso dos direitos da

cidadania que sustenta o Estatuto já estavam presentes no imaginário social: a criança quer a escola, anseia pelo trabalho e deseja a família, pois a disciplina já instalou no imaginário infanto-juvenil a aspiração pela inserção nas instituições sociais, responsáveis pelo controle informal. Esse discurso também veio responder a problemas de ordem econômica e moral, pois era preciso reformular o modelo assistencial-repressivo, para torná-lo economicamente viável.

Passetti (1999) nos aponta ressalvas quanto às origens políticas do ECA lembrando que estariam de qualquer forma vinculadas ao modelo tutelar implantado depois de 64, mostrando que os problemas sociais continuam e o problema dos "menores" também:

"A criança e o jovem se transformam em prioridades de Estado. A legislação pretende protegê-los da família desestruturada e dos maus-tratos que venham a sofrer; quer garantir educação, políticas sociais, alimentação e bases para o exercício da cidadania. Recomenda que a internação seja evitada, utilizada apenas como um recurso derradeiro, e pretende superar a associação pobreza-delinquência que estigmatizou grande parte de crianças e jovens como "menores". Sem dúvida a Constituição e o ECA exigem um Estado presente no dia-a-dia zelando pelo futuro das crianças e adolescentes, vigiando e penalizando quem ferir os menores de idade, por meio de política de proteção à 'criança e ao adolescente' garantida pelo ECA, e vigiando e penalizando infratores por meio de políticas de prevenção ao crime com base na aplicação do Código Penal" (p.366).

Parece-nos que boas leis não nos faltam, mas gostaríamos de refletir sobre as dificuldades de fazer valê-las. Nossa legislação é de excelente qualidade e amplitude, mas sofre muitas restrições na sua aplicabilidade; por exemplo, pela força de algumas instituições conservadoras, como é o caso da Igreja que ajuda, por exemplo, a legislar contra o aborto. Se tomássemos o exemplo fictício de que uma bomba atômica fosse lançada no Brasil e que todas as nossas leis ficassem resguardadas numa "caixa preta", talvez nos

surpreendêsemos com a reação daqueles que a encontrassem. Provavelmente eles teriam motivo para acreditar que vivemos em um paraíso.

Assim, é muito importante, por exemplo, que nosso Código Civil esteja sendo efetivamente revisto e que realmente possa entrar em vigor no ano de 2003, como está sendo anunciado. É ele que trata e regula os costumes, legislando sobre as obrigações e os contratos entre as pessoas, as famílias e as sucessões.

Se nossa legislação dispõe de aspectos tão positivos na sua elaboração, porque será que não são aplicadas? Quais são os reais entraves para a plena implantação do Estatuto?

Um código penal e civil adequados seriam iniciativas sociais que nos ajudariam a prevenir, tratar ou superar as questões relativas ao abuso sexual infantil. Gostaríamos de contribuir para que esta legislação realmente protegesse nossas crianças e não podemos deixar de fazer nossas as palavras de Faleiros (2000):

"A legislação penal brasileira, com sua caracterização limitada e desatualizada dos crimes sexuais, bem como a corrupção da polícia (quando não seu envolvimento direto nos crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes), a inoperância da justiça, a tolerância da sociedade e a impunidade generalizada vêm impedindo a responsabilização dos culpados e o acesso das crianças e adolescentes vitimizados a seus direitos." (p.49).

As crianças são as mensageiras de nossa cultura, que levam de uma época para outra as heranças construídas pela sabedoria e experiência dos mais velhos. Seria bom podermos refletir sobre os procedimentos necessários para que nossas crianças não precisassem mais se calar diante do avanço inadequado dos adultos abusadores. Acreditamos que também seria importante que o silêncio dessas crianças, que passam por situações de abuso sexual, pudesse servir de alerta para pensarmos sobre a disparidade entre as

grandes denúncias e a continuidade dessas práticas. Por que será que não ouvimos os gritos desse silêncio?

Capítulo II

Contribuições da Antropologia e da Psicanálise

sobre o Incesto e o Abuso Sexual Infantil

*“Gostamos de sentir que somos
membros de uma espécie.”*
(Bardley Trevor Greive)

2.1 - Incesto e Tabu para a Antropologia e para a Psicanálise

“Sem dúvida a história é o nosso mito. Ela combina o 'pensável' e a origem, de acordo com o modo através do qual uma sociedade se compreende”. (Michel de Certeau).

Neste capítulo, queremos refletir sobre os caminhos que levam os homens a transgredirem as leis e as normas do social, colocando-os sempre diante do limite. Desta forma, sentimo-nos atraídos pela contribuição que o conhecimento antropológico pode trazer para a busca de um melhor entendimento do sofrimento humano. Do ponto de vista metodológico, acreditamos ser importante indicar o caminho que fazemos ao longo desta reflexão sobre o tabu do incesto, localizando os autores que norteiam nossa reflexão. Partiremos de Freud e de outros autores da psicanálise e também de Lévi-Strauss, no campo da antropologia. O próprio Lévi-Strauss partiu de observações feitas por Freud sobre as mais diversas formas de parentesco, ampliando suas investigações para além dos objetivos psicanalíticos. Também lançaremos mão de outros autores, como Lienhardt e Mullahy, visando ampliar o foco sobre o conceito de incesto, seguindo o que aponta a pergunta abaixo: "O tabu do incesto não expressa apenas a força da lei, mas, sobretudo, o império do desejo. Por que proibir o que não se quer?" (Augrās, 1989:27).

Sabemos que psicanálise e antropologia não concordam completamente em relação ao tema do tabu do incesto, mas que convergem em múltiplos pontos, como veremos ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

O psicanalista francês Nathan (1997), resume a questão relativa à proibição do incesto, afirmando que na psicanálise, para o funcionamento psíquico, "tudo começa por um *proibido*", enquanto na antropologia acredita-se que para o funcionamento cultural "tudo começa por uma *doação*."

Já Levy e Nissenbaum (1998) mostram que a concepção estruturante de Édipo proposta por Freud vai ao encontro da de Lévi-Strauss, pois faz da interdição do incesto a lei universal e única para que a cultura se diferencie da natureza.

"Como Freud em *Totem e Tabu*, Levi-Strauss está preocupado em explicar a passagem natureza-cultura, o momento em que o homem se torna *homo sapiens* e assim mantém no mundo da cultura sua marca. Em Levi-Strauss, a passagem se dá quando o grupo instaura a primeira lei que é universal e particular ao mesmo tempo: o tabu do incesto. Este é o momento da ordem, da lei, da cultura. Em Freud, a passagem se dá quando o homem se torna um animal monogâmico, o que é constantemente reafirmado pelo mito (...)." (p.115).

Aqui estaremos tratando de dois campos teóricos que abordam a antiquíssima questão que acompanha a humanidade desde que o mundo é mundo, ou seja, o tabu do incesto e sua transgressão. Precisamos lembrar que o tabu é estruturante para toda e qualquer sociedade; como nos mostra Freud em "O Mal-Estar na Civilização" (1930): "Os preceitos do tabu constituíram o primeiro 'direito' ou 'lei' " (p.121). Os dois campos teóricos concordam em relação a este ponto e dão ao tema uma grande relevância.

Sendo assim, gostaríamos de utilizar a interdisciplinaridade que o tema permite, buscando focar esta função (estruturante) que o tabu desempenha em todos os tecidos sociais, como verificamos nas palavras de Augras:

"(...) a transgressão tem papel tão importante quanto o tabu, para a manutenção da organização social. Enquanto o tabu delimita, a transgressão ultrapassa. Mas ambos são imperativos.

Se não pode haver transgressão sem tabu, a recíproca parece verdadeira. Não há tabu sem transgressão." (p.56).

Nosso intuito é o de examinar as diferenças entre essas abordagens, refletindo sobre a contribuição de cada uma dessas visões na construção do

conceito de incesto. Indagações a respeito do incesto como tabu norteiam nosso percurso como psicanalista, tendo sido importante situá-lo historicamente ao longo da obra de Freud.

Quando estudamos o incesto na vertente psicanalítica o eixo situa-se em torno da questão do tabu do incesto e de sua importância para a estruturação psíquica do ser humano. Mas o que faz com que alguma coisa seja considerada tabu? Freud (1913) nos diz que tabu é uma palavra de origem polinésia e que possui duas significações opostas: a primeira delas refere-se à sua conotação de sagrado ou consagrado e a segunda diz respeito ao seu aspecto inquietante, perigoso, proibido ou impuro. Grant (2000) vem contribuir para nossa reflexão sobre tabu quando resume o conceito, afirmando que:

"O conceito, pois, de tabu envolve uma noção de proibição de relacionamento com pessoas, objetos ou lugares determinados em decorrência do caráter supostamente sagrado dessas pessoas, objetos ou lugares. (...)

Retomando a questão do tabu do incesto, podemos dizer, (...), que ele se caracteriza por ser uma prática sexual instituída desde há muito tempo como proibida, proibição essa não atrelada a um código escrito." (p.66).

Freud, no clássico "Totem e Tabu" (1913), nos possibilita ampliar o conceito de incesto para além da consangüinidade, ao mencionar por exemplo, as restrições que alguns povos da região do Nilo tinham no contato entre sogras e genros ou até mesmo na forma como tratavam a questão entre os animais. Puniam o incesto até quando ocorria entre os animais domésticos, provando que a proibição pode estar localizada em outro lugar, sem deixar de estar presente.

Continuando suas reflexões, o autor indaga sobre qual seria a fonte do horror ao incesto, rejeitando uma explicação simples, baseada no instinto. E argumenta:

"Explicá-lo pela existência de uma antipatia instintiva pelas relações sexuais com os parentes consangüíneos - ou seja, apelando para o fato de que *existe* um horror ao incesto - é claramente insatisfatório, porque a experiência social mostra que, a despeito desse suposto instinto, o incesto não é um fato fora do comum mesmo em nossa sociedade atual e a história nos fala de casos em que o casamento incestuoso entre pessoas privilegiadas era na realidade a regra." (p.149).

Freud, ainda em "Totem e Tabu", propõe a hipótese de que numa pequena comunidade em tempos passados (tribo primordial) teria acontecido uma experiência muito elucidativa da dinâmica parental. Esta comunidade era chefiada por um pai violento e ciumento, que mantinha todas as mulheres guardadas para ele e expulsava da horda os filhos adolescentes. Sendo assim, os filhos expulsos, que não estavam de acordo com esta determinação, reuniram-se em bando, mataram e comeram o pai. Ao devorarem o pai, cada um dos irmãos realizou seu desejo de identificação com ele. Mesmo que tenham comido o pai, que se colocava no meio de suas necessidades e desejos sexuais, os filhos também o amavam e admiravam. Depois que o pai morreu eles entraram em contato com o remorso e a culpa. Aquilo que o pai os impedia, eles impuseram a si próprios, erigindo uma interdição psíquica que equivalia à obediência aos desejos do pai morto. Com a morte do pai, cada irmão tornou-se rival dos demais pela posse de todas as mulheres. Uma luta entre os irmãos teria destruído sua nova organização. Para se preservarem, instituíram a proibição do incesto, abrindo mão das mulheres que desejavam¹².

Reafirmando que não existe uma relação de evidência entre incesto e transgressão a um tabu, Freud procura localizar a proibição (e o horror à transgressão) em uma "poderosa base prática".

¹² Para a antropologia, as colocações de Freud neste texto não podem ser confirmadas por estudos de campo e pertencem à chamada antropologia pré-clássica. Contudo, os psicanalistas sustentam que essa seria uma visão rasa de Freud. A narrativa de "Totem e Tabu" não deveria ser examinada em sua concretude, mas como um mito.

"Os desejos sexuais não unem os homens, mas os dividem. Embora os irmãos se tivessem reunido em grupo para derrotar o pai, todos eram rivais uns dos outros em relação às mulheres. Cada um queria, como o pai, ter todas as mulheres para si. (...) Assim, os irmãos não tiveram, outra alternativa, se queriam viver juntos, - talvez somente depois de terem passado por crises perigosas - do que instituir a lei contra o incesto, pela qual todos, de igual modo, renunciavam às mulheres que desejavam e que tinham sido o motivo principal para se livrarem do pai." (Freud, 1913:172).

Estudar os mitos permite-nos melhor compreensão sobre as relações interpessoais, por isso lançamos mão de observações que Fromm fez na introdução do livro de Mullahy (1978) sobre a questão, possibilitando ampliar a reflexão sobre a relação dos mitos com os tabus.

"O mito, como o sonho, é a "estrada real" para a compreensão de processos inconscientes, como Freud afirmou; a Psicanálise é "o" método de compreensão dessas criações do inconsciente do homem. O teste de compreensão dos processos inconscientes, por parte de qualquer psicólogo, reside em sua capacidade para entender a linguagem simbólica. E o teste da validade de qualquer sistema psicanalítico está em sua capacidade para dar nexos às produções simbólicas." (p. 19).

Mullahy em seu livro "Édipo: Mito e Complexo – Uma Crítica da Teoria Psicanalítica", escrito em 1948, pretende combinar uma exposição do mito e do complexo de Édipo com uma apresentação abrangente da teoria psicanalítica. Aproveitaremos de seu trabalho algumas contribuições no que se refere às funções do mito e suas relações com os impulsos, com o interdito e com o incesto.

No mito, os impulsos primitivos se manifestam de forma disfarçada, não sendo em geral referidos diretamente à raça humana, mas imputando tais impulsos a seres sobre-humanos, a misteriosos corpos celestes, a deuses ou a heróis e semi-deuses. Talvez seja esta a razão por que o mito representa uma forma crua de conhecimento sobre a natureza e, ao mesmo

tempo, envolve certas qualidades humanas que completam sua forma. Contudo, como acentua Mullahy, "é a contenção dos afetos humanos que fornece a força para formação do mito." (p.116).

Podemos prosseguir nossa reflexão, instrumentados pela leitura de Mullahy, e afirmar que os mecanismos da formação inconsciente de fantasia e também os de criação de mito servem não só para reter e obter prazer das ações, desejos e pensamentos que seriam originariamente destinados à inibição e ao recalque, mas também podem recusar as experiências desagradáveis e dolorosas que uma dura realidade impõe ao homem. O significado do mito pode ser compreendido da seguinte maneira: os conflitos psicológicos da criança, seus sentimentos ambivalentes em relação aos pais e a outros membros da família, suas relações complexas na família fornecem o motivo principal do mito e formam a essência da tradição mítica. O desenvolvimento de mitos, para o autor, retrata as relações sociais do indivíduo na família e a relação da família no social.

Queremos estar atentos para a visão de Almeida Prado (1992) sobre a relação esclarecedora que ela estabelece entre psicanálise e o mito:

"O mito é a procura do tempo perdido e a psicanálise, esta forma moderna da técnica xamanística, tira, segundo Lévi-Strauss, seus caracteres particulares do fato de não haver, na civilização mecânica, lugar para o tempo mítico a não ser no próprio homem." (p.19).

Como sabemos, Freud utilizou um mito grego, Édipo, para dar conta dos principais fundamentos da teoria psicanalítica. Nos "Sonhos sobre a morte de pessoas queridas", o autor, em 1900, resume a versão de Sófocles:

"Édipo, filho de Laio, Rei de Tebas, e de Jocasta, foi enjeitado quando criança porque um oráculo advertira Laio de que a criança ainda por nascer seria o assassino de seu pai. A criança foi salva e cresceu como príncipe numa corte estrangeira, até que, em dúvida quanto à sua origem, também ele interrogou o oráculo e foi alertado para evitar sua cidade, já que estava predestinado a assassinar seu pai e receber sua mãe em casamento. Na estrada que o levava

para longe do local que ele acreditara ser seu lar, encontrou-se com o Rei Laio e o matou numa súbita rixa. Em seguida dirigiu-se a Tebas e decifrou o enigma apresentado pela Esfinge que lhe barrava o caminho. Por gratidão, os tebanos fizeram-no rei e lhe deram a mão de Jocasta em casamento. Ele reinou por muito tempo com paz e honra, e aquela que, sem que ele o soubesse, era sua mãe, deu-lhe dois filhos e duas filhas. Por fim, então, irrompeu uma peste e os tebanos mais uma vez consultaram o oráculo. É nesse ponto que se inicia a tragédia de Sófocles. Os mensageiros trazem de volta a resposta de que a peste cessará quando o assassino de Laio tiver sido expulso do país.

Mas ele, onde está ele? Onde se há de ler agora? O desbotado registro dessa culpa de outrora?

A ação da peça não consiste em nada além do processo de revelação, com engenhosos adiamentos e sensação sempre crescente — um processo que pode ser comparado ao trabalho de uma psicanálise — de que o próprio Édipo é o assassino de Laio, mas também de que é o filho do homem assassinado e de Jocasta. Estarrecido ante o ato abominável que inadvertidamente perpetrara, Édipo cega a si próprio e abandona o lar. A predição do oráculo fora cumprida." (edição eletrônica, sem paginação)

Vemos o tema reaparecer, num conhecido conto de fadas, "Pele de Asno", do século XVII. Trazemos a versão de Nissenbaum e Levy do conto de Perrault (1628-1703), que fala de um rei poderoso, feliz com sua amada esposa e filha e que possuía um asno, que ao invés de sujar sua palha, deixava no forro um punhado de moedas de ouro. Contudo, um dia a rainha adoeceu subitamente. Sentindo que ia morrer, disse ao esposo: "Só se case novamente quando encontrar uma princesa mais bela e mais virtuosa do que eu. Prometa-me". A rainha tinha exigido tal juramento por não acreditar que houvesse, no mundo, alguém capaz de se igualar a ela e assim estaria segura de que o rei jamais voltaria a se casar. Passados uns meses, já estava o rei à procura de uma esposa que estivesse de acordo com o juramento. Um dia, o monarca começou a perceber que sua filha não apenas era extraordinariamente bela, como sua inteligência e encanto ultrapassavam os da rainha, sua mãe. Isso despertou no rei um amor tão violento, que ele não pode escondê-lo da menina e declarou-lhe que havia decidido desposá-la.

Ao ouvir tal pedido, a princesa ficou muito triste. Foi procurar sua madrinha, uma fada para ajudá-la. Foram necessárias várias tentativas de pedidos diferentes para afastar a possibilidade da união, mas em vão: a madrinha sugeriu à princesa que pedisse ao pai três vestidos: o primeiro da cor do tempo, o segundo da cor do luar e o outro da cor do sol. Os três pedidos foram satisfeitos e, então, a madrinha lhe disse para exigir do pai o que havia de mais valioso no reino: a pele do asno das moedas de ouro. O pai apaixonado mandou sacrificar o animal e deu a pele a sua filha, que ficou desesperada. A fada sugeriu-lhe que fugisse e se escondesse na pele do asno para não ser reconhecida.

Assim seguem os autores:

"A princesa seguiu caminhando até que conseguiu empregar-se num curral de uma quinta, porque sua aparência era horrorosa. Aos domingos, quando podia descansar um pouco, trancava-se no quarto, libertava-se da pele, abria sua mala e se vestia com seus belos vestidos.

A quinta onde Pele de Asno trabalhava pertencia a um rei poderoso, que tinha um filho. A moça, um dia, o viu e se apaixonou por ele. Numa tarde de domingo, o príncipe passava perto do quarto de Pele de Asno e, ao olhar pela fechadura, viu uma jovem belíssima, usando um vestido muito rico. Ficou totalmente apaixonado pela moça. O príncipe voltou ao palácio e procurou saber quem morava naquele quarto e foi informado de que tratava-se de Pele de Asno, um "bicho nojento". Ele implorou apenas uma coisa: que Pele de Asno lhe fizesse um bolo, sem demora. Ao saber do pedido, a moça foi para o quarto, tirou a pele, lavou as mãos e fez o tão desejado bolo. Juntou à massa um anel de esmeralda, para que o príncipe o encontrasse.

O jovem apaixonado comeu todo o bolo e ficou satisfeito ao encontrar o anel. Porém, continuou triste e fraco. Os médicos disseram que o rapaz sofria de mal de amor. Resolveram, então, que o príncipe devia se casar. Este, ao saber da decisão dos médicos, afirmou que somente se casaria com a moça em cujo dedo aquele anel coubesse.

Todas as jovens do reino foram chamadas para experimentar o anel. Somente Pele de Asno ainda não havia aparecido. O príncipe, desanimado, pediu que a chamassem. Antes de ir ao palácio real

experimentar o anel, a princesa vestiu, por debaixo da pele de asno, um de seus lindos vestidos. No palácio, o príncipe pediu-lhe que estendesse a mão, para colocar-lhe a jóia, em cujos dedos o anel de esmeralda se ajustou com perfeição. Neste instante, a pele de asno caiu no chão, e a linda princesa apareceu.

O rei e a rainha ficaram muito felizes e convidaram os reis de todos os lugares para o casamento do filho. O mais rico e poderoso de todos era o pai da noiva, que, ao encontrar a filha, e, já curado de sua paixão, abraçou-a e disse estar muito contente em reencontrá-la.

Neste momento apareceu a madrinha da princesa e contou a todos a história de Pele de Asno." (Nissenbaum e Levy:103).

Tal como Édipo precisou expiar suas culpas, furando os olhos e morrendo numa vida errante, também a menina ameaçada de incesto pelo pai foge e se esconde para não sucumbir a esse assédio. Como este exemplo ilustra muito bem, o conflito edípico pode encontrar solução através do conto de fada. Como afirmam Nissenbaum e Levy (1998), a criança está sujeita a sentimentos fortes que ela expressa através de medos.

Os contos de fadas se organizam em torno das interdições e das permissões que estruturam a família e a sociedade, buscando dar conta de temas estruturantes como a nossa origem, o incesto e a morte. Eles permitem que a criança circule seus valores tendo acesso ao mundo polarizado regido pela dicotomia entre feio e bonito; boa e má; tola e esperta. Os contos de fadas tornam as situações acessíveis à mente da criança, ajudando a aliviar as tensões por conseguir encontrar soluções para os problemas humanos. Como o maior problema da criança é o conflito edípico, verificamos em Pele de Asno a solução deste desejo:

"Pele de Asno traz isso tudo à tona, desde o desejo edípico, colocado de forma inteligível, mostrando a possibilidade de resolução, até à forma como ela (menina) foi capaz de resistir, transferindo de forma exitosa todo o amor para um outro parceiro. Passou por humilhações, sofrimento, dores, vergonha, mas o

conto assegura que, apesar de todas as provas, Pele de Asno encontra o seu reinado, isto é, **sua vida**. Isto tudo é feito através daquilo que a criança pode entender e, portanto, é significativo." (Nissenbaum e Levy: 116, grifo nosso).

Retomando à questão do incesto pelo viés do mito, verificamos que a história mitológica grega de Hipólito e Fedra ilustra o mesmo tipo de sedução e dominação, que também pode ser exercida pela figura feminina, no caso, uma madrasta. Ela teria tentado seduzir seu enteado, Hipólito, que era filho de seu marido Teseu. Por vingança dos deuses, esta teria se apaixonado por Hipólito. Como ele a rejeitou, Fedra ficou temerosa de ser denunciada e então decidiu acusar seu enteado de tentar seduzi-la. Sua versão convenceu seu marido, que pediu a Posidon para punir seu filho, matando-o. Hipólito foi arrastado por seus cavalos e foi arremessado contra os rochedos.

Eurípedes nos deixou duas versões a respeito do destino culpado de Fedra. Na primeira, ao saber da desgraça que havia provocado, ela teria se enforcado; e na segunda ela teria se matado antes de revelar o seu amor por Hipólito. Embora trágica, esta história revela desfecho semelhante àquele de Pele de Asno, pois mesmo desacreditado pelo pai, Hipólito não cede à sedução de sua madrasta, portanto, daquela que ocupava o lugar da interdição, o lugar da mãe. (Grimal, 1992).

Freud busca no mito de Édipo a explicação para a estruturação da subjetividade humana, ou melhor, para aquilo que vai nos diferenciar dos demais seres vivos. O complexo de Édipo para Freud é o resultado dos desejos, tanto amorosos quanto hostis, que a criança sente em relação aos genitores. Ele pode se apresentar de forma positiva, revelando-se pelo desejo da criança de que o genitor do mesmo sexo morra e o desejo sexual concentre-se naquele do sexo oposto; ou de forma negativa, quando o amor direciona-se para o genitor do mesmo sexo e o ódio e o ciúme para o genitor do sexo oposto. As palavras de Laplanche e Pontalis (1991), condensam o pensamento de Freud a este respeito: "A antropologia psicanalítica procura encontrar a estrutura triangular do Complexo de Édipo,

afirmando a sua universalidade nas culturas mais diversas, e não apenas naquela em que predomina a família conjugal." (p.77).

Freud acredita que as explicações para as relações sociais, a religião, a ética, a sociedade ou as artes estão no complexo de Édipo, que ele articulou a partir do mito, que vimos acima, na versão de Sófocles. Na Conferência XXI (1916 -17), o autor afirma que:

"Não pode haver dúvida de que o complexo de Édipo pode ser considerado uma das mais importantes fontes do sentimento de culpa com que tão freqüentemente se atormentam os neuróticos. E mais do que isso: em um estudo sobre o início da religião e da moralidade humanas, que publiquei em 1913 sob o título de *Totem e Tabu* [Freud, 1912-13], apresentei a hipótese de que a humanidade como um todo pode ter adquirido seu sentimento de culpa, a origem primeira da religião e da moralidade, no começo de sua história, em conexão com o complexo de Édipo." (edição eletrônica, sem paginação).

Em "Esboço de Psicanálise", Freud (1940) mostra a importância que atribuiu às investigações nesta área chegando a afirmar que se a Psicanálise não pudesse se gabar de nenhuma outra realização além do complexo de Édipo, isto já lhe daria o direito de ser incluída entre as melhores aquisições da humanidade.

Constatamos a necessidade de melhor focar os conceitos quando encontramos mais uma vez Freud (1939) escrevendo sobre o incesto como uma forma de relação aceita entre outras culturas mais antigas.

"Somos compelidos, antes, a uma compreensão de que o incesto — nesse caso, entre irmão e irmã — constituía um privilégio retirado dos mortais comuns e reservado aos reis como representantes dos deuses, tal como, semelhantemente, nenhuma objeção se fazia a relações incestuosas dessa espécie no mundo das lendas grega e germânica." (pp. 143-144).

Dissemos que nem todas as culturas e nem todos os países do mundo consideram como incesto os mesmos comportamentos. Cohen (1993) nos diz que várias sociedades permitiam que algumas figuras proeminentes transgredissem o tabu do incesto entre pais e filhos, por exemplo, apesar de deixar claro que este tabu era condenado desde o período neolítico. Sabemos que para determinados povos algumas relações são proibidas enquanto para outros a mesma relação não é considerada incesto, podendo este estar localizado em outra relação de parentesco. O que entendemos é que em todas as sociedades há algum tipo de interdição, considerado, para muitos autores como Cohen, um conceito fundante da cultura.

Cohen ainda nos traz exemplos de como, no Egito Antigo, os faraós deveriam casar-se com suas irmãs para homenagear o mito de alguns deuses. E também nos fala de outros casos de incesto no Oriente, onde no Império Persa foi constatado o costume, entre os fenícios, de casamento entre mãe e filho ou ainda entre pai e filha. Para esses povos, a interdição estava situada em outro aspecto do sistema de parentesco, mas com certeza, não deixaria de estar presente, dado seu caráter estruturante:

"Precisamos lembrar, portanto, que o incesto, apesar de ser considerado, desde épocas remotíssimas, um crime hediondo e horroroso, a história apresenta exemplos de sua aceitação e glorificação, baseando-se sempre na origem divina e na pureza do sangue de alguns poucos indivíduos." (p.16).

Quando Lévi-Strauss (1985) aprofunda o conceito de parentesco, isso nos permite ampliar e melhor compreender a questão do incesto e da relatividade, por exemplo, do conceito de família, já que tendemos a pensá-la em termos da família nuclear burguesa:

"Um sistema de parentesco não consiste nos elos objetivos de filiação ou consangüinidade dados entre os indivíduos; só existe na consciência dos homens, é um sistema arbitrário de representações, não o

desenvolvimento espontâneo de uma situação de fato. (...) Então, o que é verdadeiramente "elementar" não são as famílias, termos isolados, mas a relação entre estes termos. Nenhuma outra interpretação pode explicar a universalidade da proibição do incesto, da qual a relação avuncular, em seu aspecto mais geral, é somente um corolário, ora manifesto e ora disfarçado." (p.69).

Segundo Lienhardt (1973), em todas as sociedades, as implicações religiosas ao se ignorar a proibição do incesto, são graves, colocando em perigo não só o casal, mas todo o grupo social, pois seria o equivalente a subverter a ordem social, podendo, por exemplo, envolver toda a comunidade num castigo divino. O episódio do castigo divino, na forma da peste, aparece na versão do mito de Édipo contada por Sófocles. A cidade de Tebas, assolada pela epidemia, só conseguiria alívio quando o assassino do Rei Laio fosse vingado; e as trágicas circunstâncias posteriores revelam que o próprio Édipo era o culpado involuntário do assassinato do pai.

Para o autor, as proibições do incesto e as regras que determinam os critérios de proibição dos casamentos necessitam de uma constante ampliação das relações sociais. A transgressão pode ser pensada como a ultrapassagem dos limites históricos de uma experiência. E da mesma forma como as sociedades precisam estar sempre ampliando suas relações sociais, também as leis precisam estar sempre sendo revistas, pois como nos informa Coutinho (1994) "a lei está sempre se fazendo, ela não é absoluta, não é dada, não é imóvel." (p.167).

Lévi-Strauss trouxe a interpretação da proibição do incesto para o âmbito mais abrangente, ou seja, aquele que considera este tabu como uma conseqüência da passagem da vida animal para a vida humana:

"(...) a proibição do incesto é, na verdade, uma forma de remodelar as condições biológicas da união e procriação, que não conhecem leis, como se pode ver observando a vida animal, obrigando o homem a se perpetuar somente dentro de uma estrutura artificial de tabus e obrigações. É aí, e somente aí, que

encontramos uma passagem da natureza para a cultura, da vida animal para a humana, e que estamos numa posição de compreender a essência mesma de sua articulação." (Lévi-Strauss, apud Lienhardt, 1973:123).

Nem todas as sociedades proíbem as relações entre pais e filhas, ou entre mães e filhos, mas, entretanto, não existe sociedade sem interdição. "(...) nas sociedades de tipo 'Tcherkesse' ou do tipo 'Trobriand' (...) a relação entre tio materno e sobrinho está para a relação entre irmão e irmã, como a relação entre pai e filho está para a relação entre marido e mulher" (1985:59). Toda interdição pressupõe sua transgressão, que por sua vez já está contida no próprio conceito de tabu. Em última análise, todas as transgressões estão referidas ao incesto, ou pelo menos às relações triangulares que são atravessadas pela angústia de castração, onde a questão da falta está presente. A partir desta constatação de perda é que o sujeito passa a desejar outros objetos amorosos, podendo então contribuir para a construção da cultura.

Retomando a questão da transgressão e sua relação com o tabu do incesto, que sempre esteve presente na cultura, retomamos as palavras de Augras:

"O que diz o tabu - Diz o tabu que o mundo é sagrado, percorrido por forças incríveis, que essas forças são muito perigosas porque são a essência da vida. Diz o tabu que nós, pobres humanos, devemos delimitar essas forças, lidar com elas pelo intermédio dos bruxos ou dos políticos. Mas vem a transgressão que nos mostra que o universo flui sem limites, que a vida é um constante brincar entre forças opostas e que essas forças incríveis, sagradas e perigosas, estão em nós." (1989:70).

Lienhardt (1973), em sua análise sobre parentesco, nos permite articular as hipóteses de Lévi-Strauss e este aspecto sagrado mencionado acima ao afirmar que:

"Na base mesma de qualquer família e portanto de todas as variadas formas de relações organizadas entre pessoas como membros de famílias - a base de qualquer sistema de parentesco, em outras palavras - está uma proibição religiosa, a proibição do incesto." (p.122).

Mais importante do que definir o incesto seria estarmos atentos para o fato de que sempre estamos ancorados numa interdição, que é o que vai estar na origem da formação dos tabus sociais. Numa visão psicanalítica, vale lembrar a necessidade da instituição de uma barreira ao gozo sem limite como condição de existência da cultura. Mesmo que não seja a proibição da relação entre mãe e filho ou pai e filha, precisa haver um interdito, uma vez que este é imprescindível por ser da ordem da cultura ou do humano, como nos afirma Lévi-Strauss (1995):

"Malinowski mostrou que nas ilhas Trobriand, marido e mulher vivem numa atmosfera de intimidade terna e que suas relações apresentam caráter de reciprocidade. Em compensação as relações entre irmão e irmã são dominadas por um tabu de extremo rigor. Qual é a situação do Cáucaso? A relação entre irmão e irmã é que é a relação terna, a tal ponto que, entre os Pschav, uma filha única "adota" um irmão que desempenhará junto dela o papel, habitual ao irmão, de casto companheiro de leito." (p.59).

O horror que desperta o incesto e a atração que exerce sobre os homens o que é proibido, nos leva às leis de interdição, que são as mesmas que instituem o tabu, pela necessidade de barrar um desejo proibido. Este desejo precisa de uma lei para ser barrado, mesmo sendo o tabu da ordem do não escrito. E este, (o não-escrito) nos remete ao não-verbalizado e às dificuldades silenciosas que também permeiam as relações entre a criança abusada e o agressor, entre a família conhecedora do abuso e a criança, entre a família e o agressor e entre a família e a comunidade. Seriam essas relações mantidas em função de segredos "sagrados", guardados em nome da preservação de valores familiares? Buscando refletir sobre estas

questões, acreditamos que a contribuição de Almeida Pardo (1992) sobre a função do mito nos ajudará a ampliar nossa investigação:

“É a partir do mito que as fantasias se estruturam, havendo aí uma ação reflexiva, pois os mitos brotam da vida fantasiosa do indivíduo, de sua vida secreta, sua pregnância se devendo sobretudo às fantasias primitivas, onde se assentam a representação que a família faz de suas origens e também a sua noção de integridade.” (p.30).

Vilhena (1991) em seu artigo intitulado "Mito e Fantasia" nos dá importante subsídio para aprofundarmos nossa reflexão sobre a relação entre mito e fantasia:

"(...) o mito é uma transcrição de um ritual mais antigo. Como as lendas e os sonhos, ele provém de fantasias fundamentais do ser humano. Assim, o mito contém, expressa e simboliza a vida fantasmática de um povo. Mas é também a partir dele que se estruturam as fantasias. Tomando como exemplo as três fantasias classicamente reconhecidas – sedução, castração e cena primária -, podemos observar que, além do nome, nada nos indica acerca de suas estruturas. O mito serve então de eco às fantasias, e as fantasias de eco ao mito." (p.93-94).

Então, se o mito provém de fantasias básicas do homem, assim como as lendas e os sonhos, vale voltarmos àquilo que Augras (1982) define como mito, ou seja, "um modelo para se pensar o real." (p.27) E vale lembrar aquilo que Almeida Prado (1992) mostra na relação entre sonho e mito quando afirma que "O sonho é uma produção psíquica que não leva em consideração a contradição e nem ao enquadre realista da relação espaço e tempo, e os mitos, sonhos coletivos da humanidade, tem muito de sonhos." (p.30). E assim podemos dar continuidade a uma reflexão sobre a importância dos mitos e dos segredos familiares, sem perdermos de vista o foco de nossa reflexão.

"Um mito, como conjunto organizado de representações explícitas ou implícitas, pode estar próximo do mundo real ou não. O que nos importa é que estes são independentes de verificação histórica. O que é funcional e pregnante no mito é a parte ligada às fantasias, sobretudo às fantasias primitivas. É lá que se depositam a integridade narcísica e a representação que a família faz de suas origens." (Vilhena, 1991:p.94-95).

A psicanálise, segundo Almeida Prado (1992), tem como objetivo trabalhar a fantasia presente nas produções inconscientes, tais como o sonho, o sintoma, os atos falhos e ou os comportamentos repetitivos. A vida imaginativa organiza e modela toda vida do sujeito, sendo assim, os aspectos do comportamento determinado pela realidade podem ser compreendidos como fruto da vida imaginativa, ou como originários de fantasias inconscientes.

Ainda sob a ótica desta mesma autora constatamos que o mito familiar é o fruto de convicções aceitas *a priori*, mesmo que sem base na realidade, como se fosse algo sagrado ou um tabu, que ninguém colocará em questão. Da mesma forma que o tabu é fundante da cultura, o mito familiar tem a função de manter a concordância grupal e os papéis de cada um; por isso o mito familiar pode ser considerado um dos conceitos mais importantes no estudo da família. Almeida Prado (1992) estabelece importantes articulações entre sexualidade, castração e sedução que nos ajudam a melhor compreender a questão que continuaremos a tratar no próximo ítem:

"O mito familiar traz para o presente as projeções conjugadas dos mais antigos e intensos desejos infantis, relativos à cena primária, sedução e castração." (p.48).

2.2 - Incesto, sedução e abuso

“A angústia nasce na incerteza de um perigo temido; ao passo que a dor é a certeza de um mal já realizado”. (Juan-David Nasio).

Nem todo abuso sexual infantil é incesto, mas todo incesto é abuso sexual infantil? As diferenças entre abuso sexual infantil e incesto seriam importantes para serem pensadas? Onde estariam localizadas as maiores diferenças? Na realidade, em toda situação de abuso sexual infantil está presente a estrutura triangular que caracteriza a relação edípica, havendo aí uma vivência de transgressão do tabu do incesto ou a própria tentativa de negação da triangulação. Assim, seríamos tentados a dizer, talvez, que não haja grandes diferenças psíquicas entre as noções de abuso sexual infantil e incesto. O conceito de abuso sexual infantil é muito mais utilizado do que o de incesto, o que nos remete a pensar sobre a necessidade social de desfocar o incesto, tornando-o mais difuso. Quando Pinheiro (1995) define o abuso sexual ela também o situa em relação ao incesto:

"O abuso praticado contra uma criança não é uma proibição qualquer, é quase equivalente ao tabu do incesto. É um acontecimento para a primeira página dos jornais e que sempre causa escândalo. (...).

Agora a noção de realidade ganhou novo relevo. Não se trata de um acontecimento qualquer, mas de um tabu que não foi "realmente" respeitado." (pp.79-80).

A característica mais marcante do incesto é seu caráter intra-familiar. Entretanto, pode acontecer um abuso sexual sem as especificidades do incesto, mesmo que não seja a prática mais comum, pelo fato do agressor ser, na maioria das vezes, pessoa próxima e da confiança da criança. Talvez fosse interessante pensarmos nas noções de incesto e/ou abuso sexual

infantil a partir de considerações feitas por Lévi-Strauss (1985) a respeito da proibição do incesto:

"Toda sociedade humana, com efeito, modifica as condições de sua perpetuação física por um conjunto complexo de regras, como a proibição do incesto, a endogamia, a exogamia, o casamento preferencial entre certos tipos de parentes, a poligamia ou a monogamia, ou simplesmente pela aplicação mais ou menos sistemática de normas morais, sociais, econômicas e estéticas." (p.393).

Mercier (1974) aponta para a importância da contextualização no universo de cada cultura quando afirma que "para Malinowski, uma cultura deve ser encarada como uma totalidade coerente e, todos os aspectos que apresenta, - parentesco, economia, política, religião -, não podem, de jeito nenhum, ser interpretada separadamente." (p.99).

Encontramos grandes dificuldades quando tratamos a questão do incesto e uma delas é a definição deste conceito. De acordo com o Novo Dicionário Aurélio, incesto é a "união sexual ilícita entre parentes consangüíneos, afins ou adotivos" (p.752) e o Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos, em sua 5ª edição, vai mais adiante, definindo como incesto "a união sexual entre parentes (consangüíneos ou afins), condenada pela lei, pela moral e pela religião" (p.385). Aos poucos, vamos penetrando nesse universo imbricado de dificuldades que envolvem o tema. Como já vimos, nosso Código Penal, não considera o incesto como crime autônomo. Percebendo as dificuldades que envolvem o tema, verificamos também que o segundo dicionário citado define de forma tautológica o conceito de incesto.

O Código Penal em vigor não consegue clareza ao tratar a questão, pois enquadra o incesto somente como agravante genérico de outro crime sexual¹³, como já vimos anteriormente. De acordo com nossa tradição

¹³ Código Penal, (art.224,a c/c art. 61, inc.II, f)

jurídica, se nenhuma lei prevê que uma determinada conduta seja criminosa, por mais amoral ou aética que seja, o autor não terá cometido crime. E o incesto no Brasil não é previsto como crime, embora em muitos países o seja.¹⁴

Nosso Código Civil, em caso de incesto, pode determinar a perda do pátrio poder do pai autor, por exemplo, (Mirabete, 1999). No momento da elaboração do presente trabalho está havendo um grande movimento para que o Poder Legislativo aprecie o projeto de lei que classifica o abuso sexual como crime hediondo. Parece-nos que, da parte da sociedade, este seria um ato a ser punido com mais rigor. Será que este seria um dos motivos que explicaria a forma fatal com que os detentos punem os agressores sexuais acusados de estupro quando chegam às cadeias ou às delegacias? Talvez haja uma defasagem entre os costumes e a legislação que busca estabelecer as regras do convívio social.

O incesto, legalmente, seria a relação sexual entre indivíduos com algum grau próximo de parentesco, proibida por algum código civil ou religioso, estabelecido ou instituído em determinada cultura, em determinado contexto social e histórico. Do ponto de vista psicológico, poderíamos entendê-lo como qualquer contato sexual entre parentes; quer seja por consangüinidade, quer seja por afinidade, pode ser considerado incesto.

Estamos nos aproximando do “muro” familiar de silêncio e sofrimento que se forma em torno da questão relativa ao abuso sexual infantil. Refletir amplamente sobre a questão do incesto e do abuso, em todas as suas determinações, aponta para a necessidade de repensar o lugar que ocupamos enquanto psicólogos, profissionais de saúde, responsáveis pela escuta do sofrimento de pessoas. Esse muro se forma em torno das questões centrais de nosso trabalho, a saber, o silêncio e o segredo que marcam tão duramente o tema do abuso sexual infantil.

¹⁴ Se o incesto acontecer com adolescente entre 14 e 18 anos é considerado pelo Código Penal crime de sedução ou corrupção de menores, mas não é crime autônomo.

No incesto, a lei que interdita o gozo sem limite é transgredida e tem conseqüências psíquicas importantes para o sujeito que transgredir, não sendo diferente para aquele que sofre o abuso sexual. Como verificamos pelas palavras de Grant (2000), neste aspecto, tornam-se questões da mesma ordem:

"Uma lei que limita o gozo, que interdita e, por isso mesmo, permite uma identidade sexual e oferece um lugar simbólico na cadeia da filiação, um nome. Em outras palavras, é diante de uma perda, de um "não" inicial, que poderia ser formulado como: 'com essa mulher, tu não podes dormir', que todo um leque de possibilidades se abrem para um filho." (p.68).

A função do pai é estruturante a partir da entrada da criança no mundo simbólico representado pela linguagem. Preferencialmente o corte na relação da criança com a mãe deve ser feito pelo genitor,- exercício da função paterna-, introduzindo a lei ou as regras da cultura na relação mãe e filho, que são transgredidas em caso de incesto. Em princípio, é o pai que deve exercer esta função pois é ao pai que se atribui a função de lei. A função paterna se sustenta pelo gozo que interdita e nunca pelo gozo que permite, pois é ela que garante a lei que proíbe o incesto. Lacas (1982), em "A Propos de la loi et de la perversion", fala desse aspecto estruturante da lei edípica:

"Eu chamo de lei social cultural fundamental a *lei que proíbe o incesto*. Trata-se de uma lei não-escrita (da palavra) que determina a diferença entre as gerações, ao mesmo tempo que ela se funda sobre o reconhecimento da diferença dos sexos." (p.25, tradução nossa).

Acreditamos que essa dinâmica em torno da transgressão da lei sustenta-se num jogo de sedução que busca atrair a criança para algo que ela não tem estrutura para escolher. E para ilustrar melhor nossa reflexão recorreremos à definição de Laplanche e Pontalis (1991) sobre a questão:

"Cena de sedução é uma cena real ou fantasística em que o sujeito (geralmente uma criança) sofre passivamente da parte de outro (a maioria das vezes um adulto) proposta ou manobra sexuais.

Teoria da sedução é a teoria elaborada por Freud entre 1895 e 1897, e ulteriormente abandonada, que atribui à lembrança de cenas reais de sedução o papel determinante na etiologia das psiconeuroses." (p.469).

A sedução é ambígua porque não se manifesta necessariamente de forma autoritária nem violenta. Ela pode ser exercida sem que aquele que está sendo seduzido se dê conta deste jogo, onde ele já está, "a priori", determinado a perder. O sedutor, neste caso, traz em si o desejo desestruturante de infringir o tabu do incesto, e mesmo sem se utilizar da força ou da violência física, ele também já sabe que atingirá seu intuito, pois a criança não tem estrutura suficiente para fazer frente ao desejo deste outro, tão arraigado na voracidade da falta de limite.

Partindo das posições de Freud (1913) sobre incesto, gostaríamos de lembrar que não existe uma relação de evidência entre incesto e transgressão a um tabu, mas estamos atentos para o fato de que em nossa sociedade ele se estabeleceu como tal. Freud (1930) ainda nos mostra que o homem fez renúncias em prol da civilização e que a lei existe para que o domínio não seja pela força física, ficando com o Direito a possibilidade de guardar suas peculiaridades¹⁵.

No texto intitulado "A Sombra de Don Juan: A sedução como mentira e como iniciação", Mezan (1993) afirma que "a teoria da sedução naufraga em 1897, mas o tema da sedução permanece vivo". Sem dúvida, pois Freud já afirmava em 1917, na "Conferência XXIII", que abusos sexuais contra crianças eram levados, em conta em sua teoria, por mais que as fantasias

¹⁵ "Os tabus, as leis e os costumes impõem novas restrições, que influenciam tanto homens quanto mulheres. Nem todas as civilizações vão igualmente longe nisso, e a estrutura econômica da sociedade também influencia a quantidade de liberdade sexual remanescente." (Freud, 1930:124)

infantis tivessem um lugar inédito e de destaque nas suas novas considerações:

"Uma fantasia de ser seduzido, quando não ocorreu sedução nenhuma, geralmente é utilizada por uma criança para encobrir o período auto-erótico de sua atividade sexual. Fantasiando retrospectivamente dentro dessas épocas mais primitivas um objeto desejado, a criança se poupa da vergonha de se haver masturbado. No entanto, os senhores não podem supor que o abuso sexual de uma criança por algum dos parentes masculinos mais próximos pertença inteiramente ao reino da fantasia." (Freud, 1917:432).

Mais tarde, em 1925, durante seu "Estudo autobiográfico", Freud veio a redefinir de forma mais precisa suas descobertas a esse respeito:

"Sob a influência do método técnico que empreguei naquela época, a maioria de meus pacientes reproduzia de sua infância cenas nas quais eram sexualmente seduzidos por algum adulto. (...) Eu acreditava nessas histórias e, em consequência, supunha que havia descoberto as raízes da neurose subsequente nessas experiências de sedução sexual na infância. (...) Quando, contudo, fui finalmente obrigado a reconhecer que essas cenas de sedução jamais tinham ocorrido e que eram apenas fantasias que minhas pacientes haviam inventado ou que eu próprio talvez houvesse forçado nelas, fiquei algum tempo perplexo. (...) Quando me havia refeito, fui capaz de tirar as conclusões certas da minha descoberta: a saber, que os sintomas neuróticos não estavam diretamente relacionados com fatos reais, mas com fantasias impregnadas de desejos, e que, no tocante à neurose, a realidade psíquica era de maior importância que a realidade material." (Freud, 1925:47-48).

Críticos da psicanálise afirmam que Freud teria autorizado o abuso quando abandonou a teoria da sedução, que se baseia no pressuposto de um convite ao outro para entrar num jogo, que não é feito nem no abuso e nem no estupro. Como afirma Vilhena (2001), no estupro a função da sedução de introduzir o desejo no outro não acontece. E a autora também

nos fala do equívoco de uma visão reducionista onde o abandono da teoria da sedução significa o aval para o abuso sexual infantil. Nesta perspectiva reducionista, a psicanálise estaria autorizando o abuso ao reduzi-lo a uma fantasia e ignorando o que se passa na 'realidade concreta'.

"Para Freud o domínio do inconsciente é inteiramente separado do domínio da vontade e do consentimento, e é neste sentido que não podem ser creditadas à psicanálise as questões *jurídicas* levantadas pelas investigações de estupro. Para Freud, invocar fantasias inconscientes, para remover a responsabilidade do atacante, não é sancionado por esse conceito de inconsciente." (Vilhena, 2001:10).

Concordamos com a posição desta autora de que o maior mérito da psicanálise estaria exatamente na responsabilidade pelo que fazemos. Por isso mesmo, no caso do estupro, a violência do ato não ficaria atenuada por um possível desejo inconsciente da mulher, pois o que estaria em pauta seria o ato cometido sem o seu consentimento.

"Se é verdade que a psicanálise, como qualquer outro conhecimento, é datada e situada em um determinado contexto social, não é menos verdade que nossas leituras e práticas também são historicizadas. Neste sentido, muitas vezes nossas análises tomam como referência apenas os discursos e as práticas sociais que nos norteiam na atualidade.

As mulheres foram para Freud um 'continente negro', sua incapacidade de entendê-las foi alardeada por ele mesmo. A sexualidade, eixo de sua teoria, certamente foi concebida em um cenário muito distinto do nosso. Contudo, atribuir à psicanálise, ou ao discurso freudiano, a responsabilidade social pela degradação e humilhação intencional do outro é, no mínimo retirar dela o que seria seu maior mérito: a responsabilidade e o peso de nossas escolhas." (Vilhena:2001:9).

Pinheiro (1995) corrobora esta hipótese quando nos diz que na visão de Ferenczi - contemporâneo de Freud -, pouco importa se o fato é real ou não,

pois a relação entre verdade e mentira nos levaria a perguntar de que lugar estaria falando aquele adulto que, por exemplo, desmente a criança que sofreu um abuso sexual:

"Nenhuma verdade pode ser eterna e não se torna mentira num determinado momento ou dentro de um dado contexto. Por mais que se pretenda uma verdade absoluta e unívoca, esse intento estará sempre fadado ao fracasso, pois as palavras compõem o enunciado tornaram-no necessariamente ambíguo e de múltiplos sentidos. A sinceridade, portanto, nada mais é do que a aceitação da polissemia e a impossibilidade do unívoco, e a hipocrisia implicaria a negação disto." (p.75).

Birman (1999) traz sua contribuição para a questão da teoria da sedução fazendo uma síntese a respeito do assunto e acrescentando à sua explanação considerações importantes acerca de algumas relações incestuosas:

"Seja pela ênfase atribuída à diferença de idade seja pela de autoridade, a idéia da existência de uma diferença de força entre os parceiros evidenciava a lógica reguladora da experiência traumática e da sedução sexual. Por isso mesmo, estas poderiam ser provocadas na relação de um adulto com uma criança, ou mesmo na relação de duas crianças de diferentes faixas de idade. Contudo, a modalidade de desdobramento dado pelo sujeito a esse impacto originário do sexual definirá a forma psicopatológica futura que acometerá o indivíduo, isto é, o seu destino e o estilo específico de sua perturbação anímica." (1999:25).

Entretanto, o psicanalista Moussaieff Masson (1984), busca retomar a teoria da sedução, que Laplanche (1988) nomeia como *Teoria da sedução reduzida* e que fora abandonada por Freud em 1897, como forma, sobretudo, de afirmar a importância das lembranças daqueles pacientes que se reportam às experiências traumáticas de abuso sexual na infância.

Masson utiliza esta tese para justificar um suposto afastamento da psicanálise do que ele chamou de mundo real¹⁶.

Discordamos desta afirmação, uma vez que não nos parece que Freud tenha efetivamente desconsiderado a tristeza ou a evidência do abuso sexual infantil, como ele já havia deixado claro desde 1917, na Conferência XXIII. Também os psicanalistas que se seguiram a Freud levam em conta e dão importância ao sofrimento dos que viveram esse evento traumático.

Renato Mezan vai reafirmar a importância da lembrança das histéricas para Freud, deixando claro inclusive alguns pontos sobre os quais Freud se encontra com Ferenczi no que diz respeito à formação do trauma:

"Desde o início de suas pesquisas, o elemento traumático não é nunca em si (o ataque sexual do adulto), mas sim a recordação dela por ocasião de uma segunda vivência, que apresenta certos pontos de analogia com a primeira. Esta idéia é absolutamente central em Freud: as histéricas, diz ele, sofrem de "reminiscências", não de choques diretos." (Mezan, 1993:30-31).

Ferenczi em seu texto "Confusão de língua entre os adultos e a criança" (1933) define o abuso sexual como a resposta do adulto com paixão a um pedido de ternura feito pela criança:

(...) as crianças, quase todas sem exceção, brincam com a idéia de ocupar o lugar do progenitor do mesmo sexo, para tornar-se o cônjuge do sexo oposto, isto, sublinhe-se, apenas em imaginação. Na

¹⁶ "Estudos sobre a histeria e Interpretação de sonhos são livros revolucionários como nenhum livro posterior escrito por Freud haveria de ser. É verdade que possibilitou às pessoas falarem sobre a própria vida sexual, o que era impossível antes de seus escritos. Mas, ao desviar a atenção do mundo real de tristeza, infelicidade e crueldade para o palco interno no qual atores representavam dramas inventados para um público invisível que eles mesmos haviam criado, Freud começou a seguir um rumo que levava para longe do mundo real e que, assim parece, está na raiz da esterilidade atual da psicanálise e da psiquiatria no mundo inteiro." (Masson, 1984:135)

realidade, elas não queriam, nem poderiam, dispensar a ternura, sobretudo a ternura materna. Se, no momento dessa fase de ternura, se impões às crianças mais amor, ou um amor diferente do que elas desejam, isso pode acarretar as mesmas conseqüências patogênicas que a privação de amor até aqui invocada. (...) A conseqüência só pode ser essa confusão de línguas a que fiz alusão no título desta conferência.

Os pais e os adultos deveriam aprender a reconhecer, como nós, analistas, por trás do amor de transferência, submissão ou adoração de nossos filhos, pacientes, alunos, o desejo nostálgico de libertação desse amor opressivo. Se ajudarmos a criança, o paciente ou o aluno a abandonar essa identificação e a defender-se dessa transferência tirânica, pode-se dizer que fomos bem sucedidos em promover o acesso da personalidade a um nível elevado." (1933:103-104).

Este autor não acredita que o trauma esteja na violência sexual em si, mas muito mais no *a posteriori* que em geral desacredita a criança, inscrevendo pela negação e pelo silêncio que lhe é imposto e que está presente no ato de negar, a vivência do que ele chama de trauma desestruturante. Em texto anterior de 1931, "Análises de Crianças com Adultos", Ferenczi já afirmava que:

"O pior é realmente a negação, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado e repreendido quando se manifesta a paralisia traumática do pensamento ou dos movimentos; é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico." (p.79).

Pinheiro (1995) nos fornece subsídios importantes para melhor compreensão da obra de Ferenczi e, em especial, nesse aspecto relativo à descrença do adulto na revelação feita pela criança. O trauma se instaura no momento do desmentido, já que nesta visão o trauma é resultado do desmentido, que torna-se portanto, o responsável pela desestruturação psíquica:

"a confiança se vê ameaçada quando o adulto não corresponde à expectativa da criança: alguém que irá escutá-la, acreditar nela, compreendê-la e ajudá-la a se representar o que aconteceu. Não acreditando na criança, o adulto a impede de representar o ocorrido, furtando-se, ao mesmo tempo, à função de objeto da introjeção. A função de suporte da introjeção é muito importante para a criança, pois é o adulto que lhe permite o acesso ao simbólico, "à colocação em palavras", condição necessária para o acesso às representações de palavra." (Pinheiro,1995:82).

Retomando Ferenczi, esta autora nos diz que o que é proibido são as práticas sexuais com crianças "inocentes" que não tem possibilidade de compreensão e que não tem introjetada, por força da cultura, essa proibição. Sendo assim, Pinheiro (1995) define o trauma, na visão ferencziana como: "o produto de um desmentido do adulto à existência da paixão com que respondeu à demanda de ternura, por parte da criança." (p.14). Ainda a autora sobre o texto "Confusão de língua entre os adultos e a criança":

"uma sedução por parte da criança sob a forma de brincadeira, forma que Ferenczi chamou de linguagem da ternura, que corresponde a um certo parâmetro de organização sexual e psíquica; a essa sedução o adulto responde com a linguagem da paixão, gerando assim uma confusão de línguas." (p.68).

Aquele que transgredir o tabu do incesto seduzindo a criança, a reduz ao lugar do silêncio, mesmo que ela, ancorada num *holding* favorável, mais tarde consiga romper com ele. Tal como o tabu, a respeito do qual não há leis escritas, também a uma criança abusada parece não restar palavra para falar de seu sofrimento. Entretanto, devemos ter em mente que, tal como afirma Ferenczi (1933), este sofrimento só toma forma, depois que a criança ou o adolescente consegue formular sua experiência para alguém que lhe confere legitimidade, rompendo com o muro inicial de silêncio.

Mesmo que Laplanche (1988) não esteja totalmente de acordo com a terminologia utilizada por Ferenczi, como percebemos pelo texto que se segue, "Ainda que a expressão: confusão de línguas não nos pareça completamente adequada" (p.118); ele afirma que este texto pode mesmo ser considerado como "um verdadeiro prefácio da 'teoria da sedução generalizada' " (115), que é a maneira atualizada como ele se refere à teoria da sedução, ou seja, aquela teoria revista depois de 1964-67, quando foram publicadas as cartas entre Freud e Fliess e que teriam permitido uma reavaliação sobre a teoria da sedução.

Nas palavras de Mezan fica muito claro como a sedução ocupa uma função estruturante, já que a criança precisa do adulto para significar a sua vivência, não sendo ela a causadora do trauma, mas sim uma experiência posterior que envolve negação ou descrédito:

"Traumatizante, a sedução o é por seu caráter de enigma, porque carrega consigo a sexualidade e a introduz no psiquismo infantil; e isto, mesmo na concepção ampliada proposta por Laplanche, que aliás associa estreitamente a sexualidade em geral ao traumatismo e ao autotraumatismo. Não é preciso que a sedução conote um ataque sexual direto para que produza estes efeitos traumáticos: a simples existência de um "a mais" que fará irrupção num "a menos" implica uma carga de violência que, por aveludada que seja, deixará sempre um "resto", objeto de repressão. E a sedução comporta uma vertente estruturante, pois é por meio dela que o psiquismo infantil virá a dar sentido a uma série de sensações experimentadas de início sem discriminação, categorizando-as como sensações sexuais." (1993:34-35)

Costa (1999), ao retomar Ferenczi em seu último trabalho, reafirma a necessidade infantil do adulto como facilitador entre o mundo e sua percepção:

"No vocabulário da psicanálise, compreensão não é uma noção metapsicológica, mas um tipo de atitude. No melhor dos casos, poderia significar um

sentimento, assim como o amoroso. Mas o que está em questão é justamente a natureza do vínculo entre a criança e o adulto que descrevemos, na psicologia popular, como amor." (p.108).

Gostaríamos de fazer do sofrimento o foco de nossa preocupação, não para fazer dele um troféu, mas para ampliar nossa reflexão também para a dor das famílias dessas crianças.

“As famílias ficam descomprometidas, incapacitadas por suas angústias catastróficas, incapazes de solicitar ajuda ou, ao contrário sobrecarregadas, não param de soar campainhas de alarme. Destituídas de sua competência psíquica, elas regridem e ficam cada vez mais dependentes à espera de uma ajuda assistencial que substitua a mobilização criadora dos mecanismos de defesa, ao invés de apoiar os recursos psíquicos daquilo que chamamos de resiliência familiar.” (Benghozi, 1999: edição eletrônica, sem paginação).

Precisamos nos colocar diante da questão da omissão seja da mãe ou de outro parente, mas gostaríamos também de tentar uma aproximação com a enorme dor que estas pessoas podem experimentar. Dor que muitas vezes cala e que outras vezes clama por justiça, mas que em qualquer situação fala de sofrimentos e segredos familiares. A representação psíquica e cultural da transgressão do incesto é desestruturante, fazendo com que, a ameaça de aniquilamento torne-se por vezes eminente. A família "omissa" sofre e pede para ser ajudada, merecendo a devida atenção.

Capítulo III

Um Silêncio Inocente

***"A psicanálise restaura a idéia de que o homem é livre por sua fala e de que seu destino não se restringe a seu ser biológico."
(Elisabeth Roudinesco)***

3.1 - Os segredos de família

"É imperioso falar, o último recurso, e o mais sofisticado, diante do desejo que não se acalma nunca." (Tereza Pinheiro)

Qual seria a importância de nos debruçarmos sobre a questão do mito familiar? O que nos traria em relação ao estudo do abuso sexual infantil? Depois da reflexão sobre o incesto parece-nos que a passagem para a questão do mito nos permite uma melhor compreensão do mundo simbólico. Na introdução do livro de Mullahy (1978), Fromm nos mostra esta travessia do mito pelas relações familiares:

"O mito do herói grego que assassinou o pai e desposou a mãe, sem qualquer conhecimento de que perpetrara parricídio e estava vivendo em relações incestuosas, pareceu provar a tese freudiana de que, estímulos incestuosos se encontram presentes em toda criança, de um modo velado e desfigurado; assim, o código secreto do mito poderia, pois, ser decifrado por um psicólogo." (Mullahy, 1978 :15-16).

Nossos estudos nos levaram a refletir sobre a presença dos mitos nas relações familiares. Os lugares ocupados pelos diversos membros de uma família, (assim como o próprio conceito de família), são produto de uma construção histórica e estão atrelados à importância da contribuição que a força mítica tem na determinação desses papéis sociais. Refletir sobre a diferença entre mito e realidade ou entre mito e história leva-nos a perceber que o mito está numa área intermediária, onde realidade e história se encontram com a fantasia. O mito surge como possibilidade de explicar as questões mais importantes da vida, por isso eles estão presentes em todas as famílias, ajudando os indivíduos a encontrarem o sentimento de pertinência. O mito significa um segredo inconsciente, que perpassa gerações e que permanece através da forma como as famílias o incorporam:

"Cada família funciona a partir de costumes transmitidos por seus antepassados e se acomoda a essas regras, que acabam por ter uma função organizadora. O mito dá sentido aos costumes, descreve os papéis identificados e os atributos reconhecidos, mostrando um consenso entre todos os protagonistas da família." (Ladvocat, 1994: 131).

Vilhena (1991) relaciona mito e família, nos ajudando a melhor compreender a importância do sentimento de pertinência para se integrar uma família:

"A crença em um mito familiar reforça o sentimento de pertinência a este grupo – mas, aqui, recusá-lo significa renunciar ao amor familiar. Com uma vida desprovida da possibilidade de fantasiar, os mitos familiares patogênicos são na verdade "pseudomitos", pois perderam sua característica estruturante e de simbolização das fantasias primitivas." (p.94).

Perrot (1987) analisa a construção da família através do exemplo da França do século XIX. No início da distinção entre público e privado, o privado teria se revalorizado a ponto de tornar-se sinônimo de felicidade, contrariando o projeto da Revolução Francesa de subverter a fronteira entre o público e o privado para construir um novo homem. Este ideal teria fracassado exatamente porque, "os hábitos revelaram-se mais fortes que as leis" (p.17).

Para a autora, o incesto, tal como o entendemos hoje, era prática corrente, mostrando que a tolerância sexual varia segundo os meios, os atos, as idades e os gêneros. A desigualdade entre homens e mulheres tornou-se mais forte, estando a virilidade associada às proezas fálicas, exercidas com muita liberdade sobre as mulheres e sobretudo sobre as crianças. A necessidade de proteção à infância não teria chegado ao âmbito público nessa primeira metade do século XIX, por um certo pudor

característico da época, que priorizava sempre a manutenção das aparências.

Ao longo do século XIX acompanhamos a construção do importante lugar da família, enquanto garantia da "moralidade natural", fundada no casamento monogâmico, por interesse. A associação de casamento com amor só teria acontecido a partir da segunda metade do século XIX. A mulher estaria encontrando seu destino na moralidade objetiva da família; e as crianças tornando-se ao mesmo tempo membros dessa família e indivíduos pertencentes a esta instituição social. É nesse contexto que as mulheres tornam-se o símbolo da fragilidade, que deve ser protegida do mundo exterior, identificado aí como o público, e ela se tornando o símbolo do privado: "Às mulheres só restava serem confinadas nos espaços privados por causa de sua fraqueza biológica, e o privado havia se mostrado, ele mesmo, frágil diante da politização e da transformação pública do processo revolucionário" (Hunt,1987:51).

De maneira similar, historicamente identificadas ao universo do feminino e também pela necessidade concreta de proteção, as crianças devem ser protegidas no interior das casas, no privado, na família. Neste sentido, podemos entender como pode ser devastador que a casa, a família, mais precisamente o adulto, não possa proteger a criança, mas antes, a ameace.

Chegamos ao ponto que nos remete à reflexão sobre a fantasia que está presente quando trabalhamos com a noção de mito. O termo fantasia é definido por Laplanche e Pontalis (1991) como: "o roteiro imaginário em que o sujeito está presente e que representa, de modo mais ou menos deformado pelos processos defensivos, a realização de um desejo e, em última análise, de um desejo inconsciente" (p.169).

Em nosso percurso conceitual, a noção de desejo está implícita em todos os pressupostos aos quais estaremos referidos.¹⁷ Assim, estaremos também nos remetendo ao postulado de Freud que afirma que o desejo não é desejo de objeto, ele é desejo da falta, e por isso no caso do incesto a desestruturação psíquica advém da suposta realização do desejo de objeto, que não deveria ser realizado. A criança precisa desejar e se manter na falta pois, se a filha gosta do pai, sua demanda é de ser reconhecida como filha e não como esposa, como acontece no caso do incesto entre pai e filha, quando o pai sai do lugar que lhe é devido, aquele da interdição sexual. Na concretude deste ato, pode acontecer uma devastação psíquica, quando são questionados os referenciais de identidade, já que a criança não sabe mais se é filha ou esposa.

Assim, as fantasias que se apresentam no incesto - e que não deveriam ser concretizadas - mesclam valores que também não deveriam ser alterados, pois do ponto de vista do mito, desde nossa pré-história de cidadãos ocidentais, esta interdição nos foi imposta, traduzindo-se no tabu do incesto.

Como ilustração, contaremos aqui um fragmento da história de Nina, nome fictício que demos a uma menina de 14 anos, que começou o atendimento psicoterápico em abril de 2001. Conhecemos a adolescente em uma instituição que tem como característica principal o fato de seus responsáveis conviverem com cerca de noventa crianças e adolescentes, em um modelo de assistência do tipo família substituta e com a participação de uma equipe multidisciplinar. O clima de confraternização e solidariedade ajuda a acolher as crianças e os adolescentes, por vezes infratores, dando mais possibilidade de integração na sociedade.

¹⁷ Acreditamos que seria imprescindível nos remetermos a mais uma definição, de desejo, de Laplanche e Pontalis para continuarmos nossa reflexão: "Na concepção dinâmica freudiana, (o desejo é) um dos polos do conflito defensivo. O desejo inconsciente tende a realizar-se restabelecendo, segundo as leis do processo primário, os sinais ligados às primeiras vivências de satisfação. A psicanálise mostrou, no modelo do sonho, como o desejo se encontra nos sintomas sob a forma de compromisso" (1991:113).

Nina foi vítima de abuso sexual por alguém que dizia ser seu padrasto, se é que se pode chamar de padrasto a alguém que "compra" uma menina de 12 anos, a coloca para fazer trabalhos domésticos e a utiliza para satisfazer seus instintos sexuais. Mortos os pais, Nina ficou sob a responsabilidade de uma irmã mais velha, que a vendeu para o autor das agressões sexuais de que foi vítima.

Desde que chegou à instituição, dois anos antes de começarmos a atendê-la, ela apresentava um comportamento aparentemente adequado ao convívio social, mas ao longo de um ano de atendimento pudemos observar que Nina não correspondia à imagem que buscava aparentar. Suas falas sempre se referiam aos modelos de comportamento idealizados pelo grupo, onde ela sempre imaginava ocupar lugar de protagonista, nas ações emergenciais ou de solidariedade que envolvessem a instituição. Em terapia e para seus pares, Nina contava histórias de sua presença em lugares onde nunca estivera e vivia seus delírios megalomaniacos acreditando participar ativamente das decisões administrativas da instituição. Entre os outros adolescentes, esse comportamento não passava despercebido; gestos, apelidos e alusões referiam-se abertamente à sua inadequação.

A dimensão do estrago que os abusos sexuais causaram em Nina não pode ser medida, mas podemos supor que houve uma desestruturação de tal ordem que ela buscou a saída psicótica para fazer frente aos desconfortos psíquicos que encontrou. Foi através do delírio que ela tentou se organizar, buscando um novo ordenamento para seu universo trincado.

Não queremos discutir aqui a possibilidade de que Nina tivesse uma estrutura psicótica ou apenas se comportasse de forma delirante, pois esta não é uma análise de caso clínico. Mas gostaríamos ainda de considerar alguns aspectos que podem ajudar a nossa reflexão, pois, quando, em atendimento, ela se utilizava de profundos silêncios. Segundo Carneiro (1998), esta forma de comunicação em que falta a palavra pode indicar que o paciente acredita no poder de sua fantasia de estar dentro do analista. Ele aponta para a necessidade de lembrarmos que "a intensidade e a

constância deste procedimento sugerem a existência de elementos psicóticos necessitando elaboração" (p.64).

Em função das considerações anteriores, acreditamos poder indagar, se, como sugere Vilhena (1991), o mito está para a produção coletiva assim como a fantasia está para a produção individual? Acreditamos que a presença de fantasias no mito é indicativa da necessidade de preservação de valores fundamentais para o ser humano, sobretudo quando estas fantasias estão ligadas ao processo de socialização primária do sujeito. "Uma das funções da família é a de favorecer a transformação do mito em uma fantasia adequada ao indivíduo (como um eco), para que este possa se constituir como sujeito" (Vilhena, 1991:96).

E assim como a fantasia está para a constituição do sujeito, os segredos estão para a formação do grupo social. Como veremos, não existe sociedade elaborada sem segredos de alguma espécie. O grupo é delimitado pelos seus segredos, e este processo também tem efeitos sobre a estrutura interna deste grupo. O segredo é um obstáculo, uma barreira à introdução e ao controle do exterior. E é neste sentido que ele permite a intimidade, contribuindo para a individualização dos membros do grupo, que estarão sob a proteção do segredo.

Para Couetoux, o segredo possui ao menos 3 agentes: o primeiro é o emissor ou o emissário; o segundo é o receptor, ou seja, aquele que divide a confiança; e o terceiro é o destinatário, de quem o segredo é escondido, e, por conseqüência, o objeto visado na sua formulação. Nossa análise das relações familiares tangenciadas pelo segredo evidenciam a rede formada por ele, ou seja, o conjunto das relações que se constroem na difusão, na dissimulação e na divulgação da mensagem secreta. O mito familiar é a maneira como as famílias encontram para guardar seus segredos através das gerações. Nesta linha podemos começar a pensar sobre o lugar que a norma e a infração ocupam na organização familiar. Couetoux (1991) diz que a infração é secreta por definição e que se ela o deixa de ser, deixa também de fazer parte do que é ilícito:

"a infração reivindica a ascensão à normalidade, ela quer o reconhecimento da nova normalidade que deve substituir a antiga. É neste movimento que reside a ação subversiva do segredo; e a subversão não se realiza completamente, somente atingindo seu objetivo com o desaparecimento do segredo propriamente dito." (p.11).

Os segredos estão ligados aos limites que o grupo se impõe e que por sua vez também exige daqueles que foram excluídos do grupo. Desta forma, vamos nos aproximando dessa noção de limite, tão presente nos casos de transgressões das regras sociais e familiares. Coutinho (1994) nos diz com clareza que, pela ótica foucaultiana, os limites só aparecem no instante em que são transgredidos, como fica evidente quando tratamos da questão do abuso sexual infantil. E corroborando esta hipótese encontramos o pensamento de Vaz (1992), que mostra que o limite: "... não existe sem a transgressão e vice-versa: o limite não tem existência fora do que o atravessa e o nega, bem como a transgressão esgota todo o seu ser no instante em que franqueia o limite; o traço que ela cruza é todo o seu espaço" (pp.91-92).

O que tem o mito de transgeracional? E o que será que perpassa nossas reflexões e preocupações na transmissão e preservação da cultura? Qual será o papel desempenhado pelo segredo? O segredo traduz o fato de se esconder alguma coisa, mas o que será que precisamos esconder? Em princípio precisamos esconder o que é sujo, impuro ou o que temos medo de confessar. Em outros termos, o mundo dos segredos é o mundo das profundezas e dos esconderijos. Couetoux (1991) diz que:

"Buscar o segredo é entrar num buraco. E o que podemos enxergar aí depois que os olhos se habituaram? O adultério, o incesto, a corrupção e todas as práticas duvidosas (...). O segredo da vida privada esconde o sexo, o segredo médico esconde a morte, o segredo administrativo esconde a grosseria do Estado." (p.5).

Podemos dizer que a questão do segredo nos permite separar o bem e o mal ou a luz e a sombra. A palavra segredo nos transmite a idéia de secreto que, etimologicamente, remete à sagrado, delimitando um espaço, escondendo ou evidenciando as contradições sociais. Assim o segredo determina o que é proibido e o que é permitido, proibindo para permitir. Desta forma percebemos o processo através do qual ele se torna um agente normalizador da sociedade.

"O segredo participa da regulação social exercendo no seio dos grupos e da sociedade um papel normativo, no sentido de que ele constitui o inverso necessário ou a face escondida das normas formais. Ele organiza por baixo ou ao lado delas os contra-sistemas da infração, as normas do anormal ou do inconfessável, as regras dos jogos proibidos e das atividades discretas sobre as quais se apoia o funcionamento dos "meios" mais diversos (os da delinqüência, das diversas marginalidades e corporativismos de toda espécie)." (Couetoux, 1991:6).

O funcionamento do segredo na vida social é essencialmente um fenômeno de comunicação social. E desta forma os segredos delimitam as fronteiras sociais. As funções de associação ou de normatização do segredo têm relações entre si que mudam, ao mesmo tempo que mudam também a posição e a atividade da estrutura social da qual ele faz parte.

Voltando à relação do abuso com o segredo enquanto forma de comunicação, vale lembrar que Faleiros (2000) afirma que a comunicação perversa é eminentemente uma anti-comunicação para a manutenção de um segredo. Ela nos apresenta o abuso sexual como uma forma de dominação sexual perversa, onde o dominado é induzido pelo autor das agressões a identificar-se com ele, passando também a sentir-se um dominador, uma vez que é ele que determina o que o dominado deve fazer e ser. Esta anti-comunicação caracteriza-se como um monólogo, que visa esconder, confundir, amedrontar e encobrir os não-ditos, os silêncios ou os subtendidos. Para Faleiros, neste tipo de dominação aparecem a mentira, as

duplas mensagens, o sarcasmo, o desprezo, a frieza e sobretudo a imposição do poder. Esta relação inclui um processo de sedução sutil que tende a anular a capacidade de avaliação da vítima.

"Esse tipo de violência sexual só pode ser como é: repetitiva, de longa duração, oculta, baixo o silêncio e a dominação da vítima e, em muitas situações, com a tolerância ou convivência da família e do meio ambiente, porque ocorre sob o domínio e o império do violentador." (Faleiros, 2000: 25).

Opressiva, a não-comunicação do agressor faz parte do trauma e interdita à criança não apenas as palavras, mas a possibilidade de polissemia, de ambigüidade, de múltiplos sentidos, enfim da função poética: "As palavras destinadas a ficarem enclausuradas, (...) tornando-se representações proibidas de fantasmaticização e, para retomar a expressão escolhida por Abraham e Torok, são, de alguma forma, 'palavras enterradas vivas'." (Pinheiro:76-77)¹⁸.

O enfoque de Abraham e Torok ([1987] -1995), autores que teorizaram sobre a identificação secreta com um outro – fantasma de incorporação – e o enterro intrapsíquico de uma vivência vergonhosa e indizível – a cripta. Para entendermos o conceito de cripta, é preciso recorrer aos conceitos de incorporação e introjeção, bem como precisar a distinção entre uma e outra.

Com o objetivo de esclarecer a distinção entre a incorporação e a introjeção¹⁹, Susana Pons (2002), relendo Abraham e Torok mostra que os autores estabelecem uma interessante analogia: a incorporação está para uma imagem fotográfica assim como a introjeção estaria para uma imagem

¹⁸ Entendemos agressor da mesma maneira que Pinheiro e Ferenczi (Pinheiro, op.cit.): "é aquele que perturba a criança, seja por seu caráter imprevisível, que a criança não pode controlar; seja porque é alguém que nega a verdade do vivido da criança; seja ainda porque o adulto possui uma linguagem da paixão que irá invadir a linguagem da ternura, própria da criança" (p.37).

¹⁹ Em "Doença do Luto e Fantasia do Cadáver Saboroso" (1987), Torok afirma que o conceito de "introjeção" - tal como formulado por Ferenczi em 1909 - "sofreu tantas variações de sentido que sua evocação já basta para despertar a legítima suspeita da confusão de idéias..." e propõe devolver ao mesmo "seu sentido inicial e preciso". (p. 219)

metafórica. Eles equiparam a introjeção ao processo de aprendizagem de uma língua e a incorporação, à compra de um dicionário. A introjeção é definida pelos autores como o processo de inclusão da libido inconsciente; não é um mecanismo de compensação, mas de crescimento e enriquecimento egóico. Torok enfatiza que não se trata de introjetar o objeto, mas “o conjunto das pulsões e de suas vicissitudes cujo objeto é o próprio contexto e mediador” (1995:222)²⁰.

Susana Pons (2002) observa que por ocasião da incorporação, o sujeito trata de “engolir” o luto e suas conseqüências, instalando-se no seu interior o que poderíamos chamar de uma sepultura secreta e que os autores denominaram cripta²¹. Esta consistiria numa espécie de furna intrapsíquica onde repousaria “vivo, reconstruído, o correlato objetual da perda, enquanto pessoa completa, com sua própria tópica, bem como os momentos traumáticos – efetivos ou supostos – que haviam tornado a introjeção impraticável” (Abraham e Torok, 1995:249). Daí origina-se um universo fantasístico inconsciente que leva uma vida separada e oculta.

Assim como a introjeção, a inclusão corresponde a um processo. Esta noção é introduzida por Abraham e Torok a propósito do estudo da melancolia, que eclodiria diante da ameaça de desmoronamento da cripta. Na inclusão, o ego inteiro torna-se cripta, dissimulando o objeto do amor oculto.

²⁰ O processo de introjeção começa no momento imediatamente posterior ao nascimento, através das chamadas “experiências de boca vazia. Afirmam eles que “aprender a preencher com palavras o vazio da boca é um primeiro paradigma de introjeção” (p. 246). Na medida em que introjetar um desejo, uma dor, é fazê-los passar pela linguagem, a transformação do vazio oral original em relação de linguagem com a comunidade falante só pode ser operado com a ajuda de uma mãe que possua a linguagem. Essa transformação se dá quando a linguagem supre a ausência do objeto, *figurando* sua presença (p. 246).

²¹ “Na tópica, a cripta corresponde a um lugar definido. Não é nem o Inconsciente dinâmico, nem o Ego da introjeção. Seria antes como um território encravado entre os dois, espécie de Inconsciente artificial, instalado no próprio seio do Ego. A existência de tal túmulo tem por efeito obturar as paredes semipermeáveis do Inconsciente dinâmico. Nada deve filtrar para o mundo exterior. É ao Ego que retorna a função de guardião de cemitério” (Abraham e Torok, op.cit., p.239).

Através do mito do pai primevo e da teoria da tribo primordial, vimos anteriormente, como se forma o sentimento de culpa nos personagens que compõem a cena de transgressão do tabu do incesto. Ferenczi diz que aquilo que os leigos acreditam que deveria surgir como revolta ou acusação acaba se tornando a atitude de submissão, na criança. É o sentimento de culpa do "adulto-autor" das agressões que obriga a criança a sentir-se culpada daquilo que ela nem conhece e nem sabe que é errado. Acontece um processo de identificação da criança com o autor da agressão que faz com que ela necessite preservar o adulto. A criança idealiza o adulto (inclusive, preservando-o) porque precisa dele para intermediar sua relação simbólica com o mundo. Assim, é mais fácil para a criança tornar-se culpada do que abrir mão do adulto idealizado: "A representação do agressor é "negativamente alucinada", e o que devia ser acusação, revolta, transgressão, contestação ao outro etc. torna-se submissão ou sintomas corporais." (Costa in Pinheiro, 1995:14).

Como a culpa também nos remete aos sintomas corporais, gostaríamos de trazer a reflexão para a questão das marcas deixadas no corpo pela violência doméstica, e em especial pelo abuso sexual infantil. Para Ferenczi²², o corpo guarda a lembrança do trauma e é através dele (o corpo) que os silêncios do paciente serão expressos nas sessões de análise. Pinheiro (1995) afirma que "a vivência corporal do trauma durante o processo analítico será a possibilidade da reconstrução, da integração do paciente com a sua própria história." (p.98).

Linda é como chamaremos uma adolescente de 15 anos, que também é atendida por nós na mesma instituição e que parece estar escolhendo uma outra maneira de lidar com o abuso sexual de que foi vítima na infância. Esses abusos deixaram marcas corporais significativas, pois em função deles, Linda contraiu o vírus da AIDS. Aparentemente suas questões mais sérias ficam centradas em sua dificuldade em tomar os remédios que impedem o desenvolvimento da doença. A jovem também oscila entre a magreza extrema e a gordura, formando regularmente uma "constipação

²² Ferenczi, S (1990:37)

menstrual", o que se manifesta fisicamente como uma barriga de grávida. Ela precisa de cuidados especiais para fazer frente ao vírus do HIV e encontra todo o apoio necessário na instituição, mas encontra também, internamente, o desrespeito introjetado pelos maus-tratos infantis que dificultam seu tratamento.

Ela tem dificuldade em se cuidar, em se manter viva. Seus sintomas são coerentes com o transtorno do estresse pós-traumático, descrita por Leventhal (1998) e comuns nas vítimas de abuso sexual²³. Os sintomas podem ser a perda de auto-estima, depressão, suicídio, distúrbios alimentares, comportamentos de risco, uso de drogas, gravidez na adolescência, dificuldades e problemas sexuais, prostituição, comportamentos criminosos – e até mesmo a reprodução do abuso sexual de crianças.

Ao chegar nesta instituição, Linda entrou em contato com a possibilidade de fazer escolhas, como por exemplo, escolher viver. Encontrou um ambiente acolhedor que valoriza seu potencial, permitindo que sua juventude aconteça sem os percalços que caracterizaram sua vida pregressa. Linda é muito graciosa, tem os trejeitos típicos de uma adolescente de sua idade e com facilidade desperta o interesse dos adolescentes da casa. Ela não tem dificuldade em estabelecer limites em suas relações amorosas, mantendo, inclusive, a excessiva fidelidade que caracteriza as adolescentes apaixonadas, nos dias de hoje.

²³ O DSM IV, de 1996, já substituído pelo CID 10 (tanto o DSM IV quanto o CID 10 são Manuais de Diagnóstico da Associação Psiquiátrica Americana), mas ainda referência sobre o TEPT, assim o descreve: "Para crianças, os eventos sexualmente traumáticos podem incluir experiências sexuais inadequadas em termos de desenvolvimento, sem violência ou danos físicos reais ou ameaçadores. O transtorno poder ser especialmente severo ou duradouro quando o estressor é de origem humana (por ex., tortura, estupro). A probabilidade do desenvolvimento deste transtorno pode crescer com aumento da intensidade e proximidade do estressor. O evento traumático pode ser revivido de várias maneiras. Geralmente, a pessoa tem recordações recorrentes e intrusivas do evento, ou sonhos aflitivos recorrentes, durante os quais o evento é reencenado. Em casos raros, a pessoa experimenta estados dissociativos que duram de alguns segundos a várias horas, ou mesmo dias, durante os quais os componentes do evento são revividos e a pessoa comporta-se como se o vivenciasse naquele instante. Intenso sofrimento psicológico ou reatividade fisiológica" (Caminha, 1998: 51).

Quando chegou à instituição, como consequência de uma vida desregrada, típica de quem viveu, inclusive, por alguns meses nas ruas, Linda mentia e roubava muito, era dissimulada e não conseguia confiar em ninguém. Aos poucos tem conseguido estabelecer vínculos afetivos que lhe garantem um lugar confortável junto aos companheiros e aos responsáveis pela instituição. Ela gosta de cozinhar e está sempre preparando quitutes especiais para todos que moram na instituição, sendo a responsável pela importante tarefa da elaboração dos bolos de aniversário de todos da casa. Haveria motivos para que Linda se sentisse diferenciada dos demais, mas nunca a percebemos como alguém que só se identificasse como vítima de abuso sexual ou apenas "aquela" portadora do vírus HIV.

Com tantas marcas, Linda, pelo contrário, encontra ambiente favorável para desenvolver seus talentos em aulas de música onde toca flauta, em aulas de dança ou se aprofundando nas artes cênicas através de aulas de teatro. O "holding" favorável que ela encontrou nesta "família substituta" que a amparou tem desempenhado um papel estruturante na sua formação; e, como veremos adiante, este é um importante fator de resiliência.

Linda deseja crescer e busca acreditar que através do investimento em seus estudos ela conseguirá se tornar uma pessoa respeitada. Seu corpo lhe impõe limites palpáveis, entretanto é ele também que lhe permite sonhar com um futuro melhor. E será através de seu corpo que poderá acontecer a passagem do pesadelo para o sonho:

"O símbolo corporal, que ascende à liberdade do mundo da palavra, permite ao paciente transportar-se do pesadelo, do qual ele parecia prisioneiro, para o mundo do sonho, ao qual ele tem direito de pertencer. Assim, o pesadelo traumático e o que Ferenczi chamou de transe do paciente nas sessões analíticas parecem intimamente ligados, sendo a expressão de uma mesma coisa." (Pinheiro, 1995:99).

A função do sonho é permitir que a vivência corporal do trauma durante o processo analítico reconcilie o paciente com sua história. O papel do

sonho vai ser o de resgatar a possibilidade de expressão verbal que é perdida na vivência do abuso; pois o sonho, "além da função de realização do desejo, teria outro papel, o de recuperar, através de sua vivência sensorial e corporal, os traços mnêmicos de uma fala que se calou" (Pinheiro,1995:98).

A transgressão é protegida pelo segredo e torna-se parte integrante dele. O segredo do incesto impede a verbalização dos fatos para evitar que se pense sobre eles. A palavra deve funcionar como veículo do simbólico; daí a necessidade do sujeito sair do simbólico gestual para o simbólico verbal que a linguagem nos permite. Uma das principais funções do adulto é introduzir a criança no universo do simbólico verbal, e é por isso que o sujeito (criança ou adolescente) abusado tende a se identificar com o autor das agressões, ou seja, aquele que lhe dá passagem ao mundo simbólico da linguagem. Além deste processo identificatório, o próprio sofrimento tende a submeter a criança à lei do silêncio. É necessário muita cautela quando a criança decide atravessar esse muro de silêncio e fazer uma revelação de abuso sexual, pois o segredo tem sempre um papel de destaque na vida psíquica da criança por um período bastante grande. Gabel (1997) afirma que:

"É por isso que a revelação pode significar, para a criança, um risco de violação. De qualquer modo, trata-se, além de um segredo, de seu sofrimento e de um trabalho interior do qual a revelação pode ser considerada como a realização." (p.93).

Em nossa prática clínica a questão do segredo ocupa um lugar prioritário. Tal como nas relações sociais, em nossa escuta clínica o segredo também seria um agente organizador dos vínculos e, no caso da criança abusada, o segredo é fornecedor de um espaço, no qual o curso ameaçado da vida de uma criança pode ficar intacto.

É fundamental que os segredos possam ser respeitados, pois assim eles vão se transformando num dos alicerces da relação terapêutica. Na medida

em que o paciente aprende a confiar mais em seu terapeuta, aumenta o espaço para os segredos e este lugar vai se consolidando como espaço do inconsciente; e o local da análise torna-se então um lugar onde se pode deixar em segredo um pedaço de si mesmo. Lugar dos segredos, daquilo que se esconde e daquilo que se quer buscar. É com a ajuda do analista que o paciente encontra a possibilidade de se livrar dos fantasmas que povoam os segredos e os interditos sociais.

A clínica, como lugar do exercício da linguagem (ou do silêncio) fica também como um dos espaços dos segredos familiares, da desmitificação ou da possibilidade de elaborar as fantasias que povoam os temas proibidos ou interditados, como é o caso das transgressões em geral, e dos temas ligados ao incesto ou ao abuso sexual infantil. Citando Winnicott, Masoud Khan diz que "o segredo contém em si a esperança que, um dia, a pessoa será capaz de emergir daí para ser encontrada, reencontrada e tornar-se assim uma pessoa à parte, inteira, que dividirá a sua vida com os outros." (sem data, p.6).

3.2 - O Silêncio da criança

"Devemos supor que o silêncio é essencial e que a palavra nasce do silêncio como a vida do inorgânico, da morte. Se nossa vida aqui não é mais que uma passagem, nossa palavra não é mais que uma interrupção fugidia do silêncio eterno." (Theodor Reik)

Freud (1917-1919) dizia que o silêncio, tal como a solidão e a escuridão, participa da formação da ansiedade infantil, e que os três são elementos dos quais a maioria dos seres humanos jamais se liberta inteiramente. Ele também sugere uma associação entre medo e silêncio, baseado no fato de que sabemos que tudo aquilo que não está presente nas nossas referências, que nos é estranho, pode nos causar medo.

Contudo, como diz Ferenczi (1909), "no mais profundo de nosso ser nós permanecemos crianças e permanecemos por toda a nossa vida. Arranhe o adulto e você encontrará a criança" (p.41). Temos medo do silêncio, e ele está vinculado à ausência da linguagem que nos remete ao vazio, à escuridão e à solidão. A criança que não fala do abuso, que está envolta neste pacto invisível e silencioso, que ainda não encontrou possibilidades internas e externas para denunciar, também está envolta no medo. Buscando explicação pela via freudiana, diríamos que, nas crianças, esses mesmos fatores são os que determinam mais freqüentemente a expressão de medo.

Khan (1963) refere-se ainda à função defensiva que o silêncio pode adquirir, tanto no processo terapêutico quanto como fuga ao conflito intrapsíquico (típico do adolescente). Isto nos ajuda a refletir também sobre a função que esse silêncio pode estar cumprindo quando a criança prefere se manter calada como uma forma inconsciente de se defender da violência do abuso sexual, tentando preservar-se psicologicamente.

Ele também vai distinguir silêncio de mudez, afirmando que o primeiro pode ser entendido como um estado neutro ou mesmo mais benigno do que a atitude beligerante, agressiva ou destrutiva, muitas vezes, presente numa possível mudez, que pode expressar um pacto invisível ou um muro de silêncio.

É preciso um esforço para podermos entender de que forma a transgressão do tabu do incesto se transforma no atual conceito de abuso sexual infantil, e conseqüentemente está envolvida neste pacto invisível e silencioso. Nem sempre houve esse clima de segredo em volta das práticas sexuais hoje consideradas incestuosas. O abuso sexual infantil fica situado no nível da transgressão do tabu, e como tal, sempre esteve presente na cultura. E Benghozi (1999) amplia a questão quando afirma que: “não é apenas o interdito segundo a lei social que é transgredido mas, ainda, o eixo simbólico do laço de filiação que é atacado no momento em que um pai abusa e perverte a autoridade parental legítima com práticas incestuosas” (edição eletrônica, sem paginação).

Em um mundo onde o privado é tão importante e onde ainda temos presente a necessidade de preservar os assuntos da família (e às vezes seus segredos mais torpes) entendemos a construção do muro do silêncio e a importância de suprimi-lo para ajudar a criança a se recompor.

O muro de silêncio, o pacto de silêncio ou o pacto invisível, como se queira denominar, é uma rede de fatores composta pela vergonha, pelo medo de abalar as alianças familiares e provocar a desestruturação da família, pressupondo rompimento de tabus e comprometendo a preservação do núcleo familiar. A criança teme entrar em contato com a ambigüidade presente entre o papel de proteção atribuído à família e a violência silenciosa que se estabelece, quando é violado o mais sagrado dos tabus, que é a interdição do incesto.

Quando uma criança revela uma situação de abuso, ela está rompendo com barreiras de silêncio, revelando segredos que faziam parte da sua relação doentia com alguém que a maltratava, mesmo que ela não tivesse

consciência da transgressão. Esta revelação pode ter forte carga traumática e as conseqüências que a criança pode enfrentar são as mais diversas, podendo freqüentemente ser a descrença ou o castigo. Sendo assim, muitas vezes ela prefere fingir esquecer o assunto, assumindo uma atitude de negação, quando não percebe a comunicação inconsciente do abuso. Buscando preservar sua sobrevivência psíquica, a criança se mantém no silêncio ou fica com uma das outras opções para lidar com o problema, como o apelo para a mentira, negando o fato, permanecendo em silêncio. Consciente das conseqüências dos fatos, ela pode ter medo de ser castigada, ou então, pela forte presença da culpa em função do possível prazer corporal/sexual experimentado, ela escolhe permanecer calada.

Gostaríamos de ilustrar esta ambivalência presente na negação e na culpa através do exemplo de Antônio. Este é o nome fictício de um adolescente de quinze anos, que também mora na instituição onde prestamos atendimento. Ele tem uma irmã gêmea, Antônia, e a mãe deles morreu de eclâmpsia. Eles foram criados por uma tia, até que o pai resolveu assumi-los, quando estavam com 9 anos de idade. Antônio nos fala do sentimento de horror que experimentou quando descobriu que seu pai abusava de sua irmã. Eles estavam morando com o pai e a madrasta, que tinha uma outra filha, de cinco anos, (de uma relação anterior) e teve ainda outra filha com seu pai.

Apesar das denúncias de abuso sexual que sua irmã gêmea fazia, nenhuma providência era tomada, pois a madrasta não acreditava na enteada. Aos poucos, o problema foi tomando maior proporção, e, quando os excessos do pai passaram a atingir a filha da madrasta, medidas mais eficazes foram tomadas. Temendo por sua filha, a madrasta mudou de postura e resolveu denunciar seu companheiro. Mudaram de endereço, fugiram do abusador, mas foram encontrados e tiveram necessidade de recorrer ao poder judiciário para fazer frente ao desejo sexual devastador desse homem. Antônio fica transtornado quando lembra que sua irmã foi molestada e ele nada pôde fazer para impedir.

Hoje seu pai está preso e perdeu o pátrio poder. Antônio fala de sua ambigüidade, pois ao mesmo tempo que se sente aliviado de não precisar mais se preocupar em proteger sua irmã, às vezes sente vontade de saber se seu pai está bem de saúde ou se tem outras necessidades. Ele imagina as restrições a que seu pai se encontra submetido na cadeia, por isso entra em contato com sentimentos de culpa. Prefere não pensar muito no pai "para não ficar maluco". A mola mestra que guia seu comportamento diante do pai é a lembrança de que sua irmã, com quem estabeleceu desde o nascimento uma relação simbiótica, foi abusada por este homem.

Antônio não consegue deixar claro, através de seus registros psíquicos se ele próprio sofreu abusos sexuais. Se houve abusos deste homem contra as filhas mulheres na casa onde este jovem morava, podemos inferir que, de alguma forma, ele viveu um clima de abuso sexual, mesmo que contra ele, especificamente, o pai possa não ter ousado se aproximar de forma explicitamente indevida. São lembranças infantis que o adolescente prefere acreditar que não vão voltar a interferir em sua vida mais do que já interferiram, portanto escolhe esfumaçá-las para poder melhor lidar com seu cotidiano. Antônio tem muita vergonha de sua história e nos diz que é muito difícil entrar em contato com os sentimentos que experimenta quando consegue falar sobre este assunto.

Percebemos como um agravante da situação, o fato de Antônio se mostrar muito ambíguo em relação a seus sentimentos, como já vimos anteriormente, quando ele nos diz que "às vezes, fica muito preocupado com seu pai". Alvarez (s.d.) corrobora nossa hipótese de que a ambigüidade dos sentimentos mostra também que nosso cliente não se sente identificado com a perversão de seu pai. Mas ele expressa esse carinho ambíguo mostrando-se preocupado, por exemplo, quando questiona como será comemorado dali a tantos dias o aniversário de seu pai, na cadeia:

"A situação fica extremamente complicada quando ainda existe um profundo amor pelo genitor que abusa. Temos que trabalhar com grande delicadeza nesses momentos para ajudar a criança a distinguir

amor de perversão sexual, e ambos da atitude de quase veneração em relação à sensualidade. O abuso crônico ou regular pode vir a permear toda a existência da criança de forma altamente complexa e de nenhum modo facilmente apagáveis, se é que o serão." (p.171).

"A vergonha é filha da culpa", como nos diz Daligand (1999: 218) e para a criança a possibilidade de experimentar prazer é aberta ao custo de seu desaparecimento como ser. A vergonha deixa marcas e esconde revelando, mas ela é também mais uma possibilidade de vínculo para a relação terapêutica.

Para Tisseron (1999), os segredos de família se originam de três fontes principais. Em primeiro lugar, um acontecimento pode tornar-se segredo quando se relaciona a uma transgressão à lei social. Em seguida, um evento pode ser escondido quando é acompanhado de um sentimento de vergonha, justificado ou não. Finalmente, eventos vividos pelos pais, e que suscitam extrema angústia aos filhos, podem tornar-se segredo. Essas situações correspondem ao que Tisseron designou como "não-ditos". O autor ressalta, entretanto, que essa diferença não impede que a criança sinta o "não-dito" como segredo e, geralmente, como um segredo vergonhoso. Os segredos deixam de ser estruturantes e passam a ser destrutivos quando deixamos de "guardá-los" para sermos "guardados" por ele (Pons, 2002).

Percebemos que a questão da vergonha está colocada de forma contundente no processo de tornar público aquilo que fazia parte do sofrimento íntimo e privado da criança. A valorização da intimidade e o processo de privatização do social pelo qual passa a sociedade brasileira a partir do século XIX, influenciaram no aspecto psíquico dos sujeitos, refletindo-se numa psicologização também da justiça. A vergonha está associada à necessidade de preservação da intimidade e assim entendemos melhor a tentativa da criança de não expor seus sentimentos, mesmo que para isto, ela precise deixar de colaborar com a busca da verdade.

"Esse movimento é bem ilustrado por Vigarello (1998), ao relatar o discurso de censura de um advogado de defesa aos pais da vítima de um estupro, por estes terem tornado pública a acusação: '*A vergonha de sua filha era secreta; só dependia dos senhores que continuasse sendo assim, mas os senhores a publicaram...*'." (Vilhena, 2001:8).

Benghozi (1999) ratifica esta posição quando traz a possibilidade de se guardar o incesto como segredo numa atitude de proteger a família. No exame de certo caso clínico, ele observa que:

"Até mesmo um clínico geral consultado havia sugerido a manutenção do silêncio, aconselhando a mãe a não denunciar à polícia o abuso, e a guardar o segredo familiar do incesto que parecia aí privilegiar o equilíbrio das relações, em detrimento da lei." (Benghozi, 1999, edição eletrônica, sem paginação).

Quando Freud identificou sexualidade no comportamento do bebê, ele estava refletindo o tipo de leitura e organização social de sua época, que era permeada por uma grande repressão sexual. A sociedade organizada em função de um poder disciplinar tem na sexualidade sua função normatizante. A sexualidade infantil se insere no conjunto maior dos dispositivos da sexualidade e também, por esta razão, na nossa cultura o abuso desperta um sentimento de horror.

O profissional clínico, bem como outros que podem ajudar as vítimas do abuso, podem chegar a posições extremadas no trato com o problema. Num extremo pode estar a primeira atitude, a de compactuar com o silêncio familiar, negando a situação e buscando explicações para o acontecido fora do âmbito do abuso propriamente dito. Isso pode acontecer por ele não suportar o peso da questão ou por pura aversão ao tema. No outro extremo estaria a posição que legitima a estigmatização da criança, contribuindo para que ela se perceba somente como uma vítima do abuso sexual. Vítima ela é, certamente, mas deve poder se reconstruir para além de seu sofrimento. Na realidade, precisa haver manejo terapêutico para sentir o momento oportuno

de entrar em contato com as lembranças mais difíceis. Alvarez (s.d.) nos mostra a importância desse *holding* na reconstrução do sujeito: "A criança talvez precise começar a lembrar em condições toleráveis e seguras, ao mesmo tempo em que começa a esquecer um pouco, e a construir um aspecto não-abusado de sua personalidade" (p.169).

A terapia não é um processo de desculpabilização. Toda vítima se sente culpada, mesmo se queremos reservar esta culpa ao autor das agressões. No momento em que, por ventura, ela experimenta o "prazer" corporal durante o abuso, a vítima, com a fala suprimida, é remetida à falta fundamental: a recusa da palavra vital. Dessa forma ela coteja o pecado original. Expressar a culpa torna-se uma porta que se abre sobre aquilo que havia sido recusado e inaugura a entrada num trabalho pessoal. A terapia não é somente resultado do querer: "querer que a culpa ou a vergonha desapareçam, que os problemas se apaguem ou se atenuem, mas precisa transformar-se em desejo de vida, que é muito mais do que só querer" (Daligand, 1999:219).

Gostaríamos de lembrar que o pacto invisível - também causador de tantos traumas - não seria menos danoso pelo seu caráter difuso; muito pelo contrário, já que a dimensão de sua gravidade deve-se exatamente a sua invisibilidade. Essa característica é que o torna ainda mais abrangente e prejudicial.

Acreditando na possibilidade do trabalho analítico com pacientes infantis vítimas de abuso sexual, e em função da singularidade das posições ocupadas pelas idéias de Ferenczi (1933), gostaríamos de lembrar uma das suas principais contribuições: a possibilidade de se pensar a questão do abuso sexual como uma resposta do adulto com paixão a um pedido infantil de ternura, demonstrado no texto de 1933, intitulado "Confusão de línguas entre os adultos e a criança". Para este autor, como já vimos, a ternura é vista como anterior à sexualidade genital e o adulto, autor de agressões sexuais, não reconhece no pedido da criança uma linguagem desprovida de sexualidade genital; e entende aquela forma de expressão como uma forma de sedução da ordem do genital.

A importância da prevenção ao abuso sexual infantil significa evitar a violência e reconhecer o outro como sujeito da palavra, mais do que como somente objeto pulsional. Reforçando a idéia de que precisamos trabalhar na prevenção e na proteção das crianças e dos adolescentes sujeitos ao abuso sexual, gostaríamos de mencionar a contribuição de Furniss (1993) a respeito da necessidade do paciente transformar o segredo em privacidade. Este seria um dos principais objetivos terapêuticos quando tratamos de casos de abuso sexual:

"A criança ter permissão e ser capaz de nomear o abuso sexual como realidade, é a pré-condição necessária para formas concorrentes de terapia que reavaliam a experiência, a confusão, os sentimentos e fantasias sobre o abuso. A transformação do segredo em privacidade coloca problemas diferentes em níveis diferentes'." (p. 128).

A importância desta transformação está ligada à possibilidade de a criança, a partir de então, poder desenvolver uma autonomia pessoal. A terapia - enquanto asseguramento de um espaço externo para reflexão - garante também um espaço psicológico interno que lhe permite desenvolver a privacidade do Eu. Esta transformação do segredo em privacidade deve ser acompanhada de mudanças externas básicas, como, por exemplo a separação do autor dos abusos e a criança ou o adolescente.

A terapia para crianças vítimas de abuso sexual é na realidade um convite a fazer a vítima falar e romper com o silêncio. Não deve ser simplesmente uma forma de pressioná-la a contar de novo seus problemas, o que seria somente uma reativação do trauma, sobretudo porque seria reduzir a palavra ao nada, a um discurso vazio. Descrever aquilo que a criança não consegue exprimir é falar sem dizer nada. Alvarez (s.d.) traz uma importante contribuição para a questão relativa ao lembrar ou esquecer do episódio do abuso durante o atendimento das crianças vítimas de abuso:

"As implicações para a pergunta sobre como a criança abusada pode ser ajudada a aprender a conviver com o abuso que sofreu podem ser as de que o "lembrar" talvez envolva um milhão de minúsculas integrações, cada uma delas ocorrendo em condições que também permitam que outros aspectos do abuso, outras integrações, sejam esquecidos." (p.163).

Para Daligand (1999) "terapia não pode ser simplesmente um processo de 'desdramatização'." (p.218). O drama que domina a relação vida e morte no aniquilamento do prazer merece atenção especial pois ela expressa o conflito fundamental com o qual o homem se defronta. Mas este jogo dramático acontece de acordo com a necessidade de receber interpretação e que dará sentido à história do sujeito. Então, constatamos que a terapia não deve estar associada ao esquecimento e nem à suavização das lembranças, mas à elaboração da memória.

O terapeuta que atende crianças vítimas de abuso sexual precisa ter uma postura cuidadosa quando se depara com a necessidade de fazer falar o sofrimento, mesmo que seja com o intuito de aliviar a dor. Alvarez (s.d.) trata com muita propriedade desta questão, apontando para os perigos que podem incorrer neste tipo de interpretação: "Não quero dizer que os terapeutas devam fazer conluíus com tentativas de negar o que aconteceu, mas sim que eles devem tentar discriminar as tentativas de superar das tentativas de negar. Isso é mais fácil falar do que fazer" (p.169).

A resposta terapêutica deve se portar como um "chamado permanente". Ela não pode se desesperar e deve se manter o mais paciente possível. Somente a paciência recria a dimensão relacional do tempo e do espaço. Ela se abre para o tempo do desejo e para o espaço da palavra entre os seres humanos. E só assim ela se torna o antídoto para a violência.

Entrar em terapia é deixar a lei atuar, pois ela deve ocupar o lugar da lei. Traduz-se como um chamado à vida, permitindo à vítima não se confundir com o agressor, mesmo durante a repetição dos relatos ou das eventuais rememorações da agressão. A terapia é uma volta ao mundo dos homens, é um retorno à vida pelas palavras. Alvarez (s.d.) aponta o lugar da terapia

como representação para a criança da possibilidade de ela elaborar o trauma:

"Quando o movimento para longe da experiência original deveria ser tratado como uma perigosa evasão (que freqüentemente é) e quando deveria ser respeitado como uma tentativa de explorar a experiência num contexto mais seguro, mais tolerável? " (p. 164).

Em função da importância que o segredo ocupa junto à questão do abuso sexual, acreditamos ser interessante uma reflexão sobre o indispensável silêncio presente no *setting* psicanalítico. É fundamental estarmos atentos para o fato de que este é um silêncio de ordem distinta, mas está referido a uma mesma necessidade de proteção. O silêncio ao qual somos remetidos, enquanto profissionais da escuta, sobretudo do sofrimento de nossos clientes, precisa estar ancorado na importância que esta forma de linguagem expressa. Como diz Khan (1963), o silêncio é "o idioma principal" de expressão e comunicação dos conflitos intrapsíquicos.

Da mesma forma podemos imaginar que as crianças também podem estar expressando seus sofrimentos quando protagonizam o pacto invisível. Ainda segundo o mesmo autor, na situação analítica, o silêncio e a não-verbalização podem ser o veículo de comunicação de um estado de espírito ou de uma afetividade arcaica que as funções de um ego adulto encontrariam dificuldade para expressar. Um trabalho promissor do analista seria o de encorajar o paciente a não temer, mas tampouco valorizar o seu silêncio.

A palavra é troca de vida entre os seres humanos. É ela que permite a expressão do pedido daquilo que falta fundamentalmente a cada um e que desejamos alcançar. O tratamento deve permitir à criança vítima de abuso sexual sair da confusão e entrar na alteridade pela falta estruturante do objeto de seu desejo.

Entrar num processo terapêutico deve ser visto como uma experiência ou uma possibilidade, para a vítima, de sair da confusão. A vítima (criança ou

adolescente) deve ser percebida como alguém que pode sentir e ouvir, como qualquer outro ser falante. Desta maneira vivenciar a cena da revelação torna-se lugar de reconhecimento de sua alteridade.

A revelação é o momento em que a criança conta para uma pessoa de sua confiança a situação de abuso pela qual passou, seja ela a professora na escola, um amigo da família ou a própria mãe. Chama-se de “Entrevista de Revelação”, a reunião de caráter oficial, que pode envolver profissionais de várias áreas diferentes que prestam assistência àqueles que sofrem abuso sexual. A vítima relata ao(s) profissional(ais), em cuja presença deve se sentir suficientemente segura, a realidade secreta do abuso sexual. A pessoa de confiança é a mais importante para a criança em todo o processo da revelação. Aquela que é assim chamada pode ser um especialista para esta criança, mas não precisa ser necessariamente um especialista em abuso sexual.

Há uma necessidade de trabalho conjunto dessas equipes multidisciplinares. Mesmo que esta pessoa de confiança seja um profissional pouco qualificado, ele deve ser mantido próximo à criança durante todo o processo de revelação. A pessoa de confiança deve ser ajudada pelos profissionais em abuso sexual para ajudar a se chegar na confirmação da situação. Enfim, a pessoa de confiança é a especialista nessa criança em particular e os outros profissionais são especialistas em abuso sexual.

A entrevista de revelação deve ser precedida de muitas sessões livres, onde o desenho e o brincar são essenciais para o diagnóstico. É importante que a criança possa estabelecer um vínculo pessoal com o entrevistador, mesmo que este não seja a pessoa de confiança, daí a necessidade desta pessoa escolhida pela criança estar presente.

As sugestões de que uma situação traumática ocorreu precisam vir da criança e não serem colocadas em sua cabeça. Sabemos bem que uma criança pode facilmente nos dizer aquilo que ela pensa que queremos ouvir. Isso pode acontecer independentemente de fazermos ou não perguntas

neutras. O terapeuta deve cuidar para não atropelar ou arrancar os sofridos segredos que a criança tem guardado.

Para Bouvier (1999) nas entrevistas de revelação é aconselhável a presença do psicólogo e do assistente social.²⁴ Mas é absolutamente recomendável a presença da pessoa de confiança da criança. Eventualmente é aconselhável o uso de uma sala de espelho para evitar que todos aqueles que devem estar presentes inibam a criança. Esta entrevista também pode ser filmada, sobretudo quando servirá de evidência para casos de custódia.

Quanto à presença da mãe, deve ser considerada de acordo com cada caso, pois ela tanto pode ser a pessoa de confiança quanto pelo contrário, ser inibidora da criança.²⁵ Por se sentir muito desconfortável, ela pode transmitir mensagens inconscientes para que a criança não revele nada. Assim, pode-se optar para que a mãe permaneça atrás do espelho, pois o segredo familiar pode ser quebrado quando a própria mãe escuta a revelação da criança. Essa situação pressupõe a presença de profissionais que possam dar suporte à mãe.

Mãe e filho(a) devem ser colocados juntos após a revelação. Os fatos que a criança recém revelou devem ser contados novamente para a mãe, abertamente, na frente da criança. Essa entrevista de encaminhamento ajuda às mães a aceitarem os fatos do abuso e o abuso como um fato. Ela dá à criança a permissão para falar sobre o abuso às suas mães e ajuda às mães a se tornarem protetoras em relação à criança durante o difícil momento da revelação (Furniss, 1993).

²⁴ Procurando adaptar esta recomendação para o caso do Brasil, parece-nos aconselhável a presença do conselheiro tutelar, como fica evidente na recomendação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Com tais recomendações, não ignoramos a escassez de serviços especializados neste tipo de agravo e nem o fato de que os vários profissionais que atendem estes casos podem não estar devidamente capacitados para fazê-lo.

²⁵ Supomos aqui que, como na maior parte dos casos, a mãe não seja a agressora ou co-agressora. Entretanto constatamos que os abusos podem ser perpetrados por mulheres, como nos mostra Saradjian e Mignot, (1999) em seu texto "Abus Sexuels commis par des femmes": "Deve-se à associação de amor materno e cuidados com a excitação sexual. Esta erotização precoce e excessiva dos cuidados traz uma disfunção emocional e uma confusão, na criança, entre norma sexual e identidade sexual." (p.79).

Lembremos que os irmãos sempre estão envolvidos, quer seja pela desestruturação familiar, quer seja por também fazerem parte do pacto do silêncio; ou porque podem também ter sofrido abusos sexuais e devem ter a devida atenção ao longo do processo.

O abusador deve ser confrontado com um profissional antes de se encontrar com a criança ou com a mãe. A acusação ao abusador deve ser feita por um profissional em seu próprio nome e nunca atribuir a responsabilidade à criança pela acusação, evitando, assim, que esta seja

“forçada a uma situação sem saída entre sua lealdade aos pais e o desejo de revelar (...) Quando os profissionais confrontam o abusador em seu próprio nome, a criança não pode ser triangulada, e o abusador precisa lidar com o profissional como a pessoa que faz a alegação. É muito mais difícil, então transformar a criança em bode expiatório.” (Furniss: 200).

A revelação pode dar à vítima o sentimento de domínio da situação e lhe permitir assumir um papel ativo. A criança vítima de abuso sexual pode sair de seu isolamento através das pessoas de confiança que a cercam ou pelos profissionais que podem ser postos a sua disposição. O prognóstico depende do encaminhamento da revelação, sobretudo se acreditaram ou não na criança. A revelação é determinante de todo o desenrolar posterior, tanto nos plano médico, social, educativo, judiciário como também no psicológico.

Costa, no prefácio de Pinheiro (1995) mostra que as características daqueles que foram traumatizados, por exemplo, por uma situação de abuso sexual foram muito bem nomeados por Ferenczi:

"A plausibilidade do que começou a enunciar, revelou-se enriquecedora da compreensão que temos dos que foram ou são traumatizados. O medo; a ansiedade; a tristeza; a desconfiança quanto à intenção do outro; a obrigação de ser querido; o esforço de adivinhar o que

o outro quer; a perene incerteza quanto ao amor de quem importa etc., tão presente em certos quadros depressivos, fóbicos, obsessivos ou, mais simples e verdadeiramente, em tantos de nós ou como nós, mostram sua sensibilidade para nossa condição de desamparo radical e inelutável." (p.16-17).

Reik (1926) corrobora a hipótese de que a questão do silêncio é muito significativa quando confirma a necessidade de nossa escuta silenciosa ao dizer que "o silêncio do analista parece marcar que se começa a olhar o outro e a si próprio de maneira mais calma e menos imediata" (p.17). É no silêncio do analista que repousa a possibilidade do analisando deixar aflorar seu inconsciente; e, para Thomas (1989) é necessária essa parada da palavra para surgir a formação do inconsciente já que "o silêncio é o efeito de uma palavra em espera" (p.73). Sendo a verbalização uma função do ego através da qual acontece o processo de apropriação do conteúdo inconsciente, é importante que os analistas possam suportar o silêncio, para que a verbalização consiga absorver o pensamento inconsciente.

Esse olhar que se espera da situação analítica propicia a entrada no processo terapêutico, que por sua vez acontece pela quebra do silêncio interior, quando o paciente passa a poder compartilhar com o analista suas experiências, suas emoções e seus pensamentos, mesmo que de forma não-verbalizada. Da mesma maneira, quando há uma situação de abuso sexual infantil, a criança só pode romper com o pacto monstruoso que a aprisiona se ela puder encontrar alguém com quem possa estabelecer um outro tipo de cumplicidade. Essa outra pessoa, um adulto confiável e eventualmente seu terapeuta, lhe permite compartilhar seus conflitos, mesmo que no início isto aconteça de forma silenciosa, até que um vínculo mais sólido sirva de base para confidências mais íntimas e até plenamente verbais.

Se a violência pode levar ao tratamento, por sua vez o tratamento não acontece sem algum tipo de violência. O terapeuta deve estar atento para não exercer mais violência ao querer curar.

"Toda idéia de cura pressupõe um desejo de identificação do paciente com um modelo ideal, ou seja, aquele da 'cura total', concebido pelo imaginário

daquele que trata. Seria forçar a cura num modelo ideal pré-fabricado. A vítima torna-se objeto do ideal de ego daquele que trata e não sujeito da palavra." (Dalgand, 1999: 223).

O tratamento deve pressupor a possibilidade de não ser aceito. O terapeuta não pode ter uma postura autoritária sobre a vítima, ou seja, querer pela vítima. Como nos diz Ferenczi (1930), tratar a vítima precisa ser sinônimo de "sentir com" ela, e só assim ter condições de estabelecer uma relação que leve à cura. Não pode haver imposição, mas proposta de cura.

Aceitar o tratamento é romper com o silêncio aniquilador, recuperado através das palavras. O local da análise deve ser sentido como um lugar onde se pode deixar em segredo um pedaço de si mesma. A ruptura com o silêncio é difícil, dolorosa, e para cada um, tanto para aquele que cuida como para aquele que é cuidado, torna-se objeto de resistência. Tratar não é só fazer curativos cicatrizantes sobre as feridas, ou acalmar os gritos, mas é sobretudo encontrar a voz humana, e restabelecer o vínculo do ser que fala e se expressa desde sua origem.

Concluindo, gostaríamos de frisar a importância da reflexão sobre o silêncio lembrando as considerações de Reik (1926) ao afirmar que seria "bem mais importante detectar o que o discurso esconde e o que o silêncio revela" (p.20).

Capítulo IV:

Resiliência: Sofrer, mas se Reconstruir

*“Pai, afasta de mim esse cálice
de vinho tinto de sangue.”
(Chico Buarque e Gilberto Gil)*

4.1 – Conceitos e fatores reforçadores de resiliência

“Ninguém pode escapar dos perigos vindos do céu, mas os perigos da terra são: montanhas, rios, colinas e precipícios” (I Ching)

O conceito de resiliência tradicionalmente utilizado pela Física expressa uma característica mecânica de maior resistência ao choque de um determinado material. Ou ainda, segundo o dicionário eletrônico Aurélio seria "a propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora da deformação elástica", justificando assim que o adjetivo resiliente, por extensão, refira-se a uma característica "elástica", de adaptação. Sua utilização pelas ciências humanas começou nos Estados Unidos, na década de 80, identificando a capacidade de um indivíduo resistir aos embates mais duros da vida. Passou a dizer respeito ao conjunto de fatores que fazem com que um indivíduo consiga sair-se bem depois de uma ou várias experiências catastróficas, como guerras, desastres naturais, violência doméstica, doenças graves, orfandade e desamparo.

Tal como preconiza o psicanalista Cyrulnik, a nossa experiência clínica, em especial em instituições que recebem adolescentes em conflito com a lei ou com dificuldade de relacionamento com a família, também indica a possibilidade de aproximação entre este conceito e os casos de abuso sexual infantil.

Cyrulnik (1999a) introduziu o conceito de resiliência em seus estudos psicanalíticos a respeito de crianças que conseguem vencer os grandes obstáculos traumáticos que a vida lhes impõem. A resiliência é a constatação de que a capacidade de resistir pode ser muito mais forte do que os pressupostos sobre os quais ele acredita que a psicanálise vem trabalhando nos últimos tempos. O resiliente é aquele capaz de reconstruir sua vida em termos socialmente reconhecidos, apesar de tudo que sofreu.

Cabe esclarecer que a resiliência não é do campo da psicanálise, nem da psicologia do ego, da psiquiatria ou da educação. É um conceito de abrangência multidisciplinar e do qual os diferentes campos do saber se apropriam e procuram articular aos próprios construtos teóricos.

Cyrulnik utiliza especificamente a definição de Vanistendael de resiliência, aquela que fala sobre "a capacidade de sair-se bem, de viver e de desenvolver-se positivamente, de maneira socialmente aceitável, apesar do estresse ou de uma adversidade que está normalmente embutida no grave risco de um desfecho negativo" (Vanistendael in Cyrulnik, 1999a:10).

O autor partiu do acompanhamento de crianças que viveram a experiência da guerra - em especial daquelas que precisaram pegar em armas desde muito cedo - e constatou que, apesar dos péssimos prognósticos feitos pelos especialistas da época, estas crianças surpreenderam positivamente, fugindo àquilo que chamavam de um triste destino inexorável:

"Há atualmente em Israel duzentas mil pessoas com idade em torno de 65 anos, sobreviventes do Holocausto: vinte e oito por cento sobreviveram aos campos de concentração, cinquenta e oito por cento ficaram escondidos e quase dez por cento formaram a resistência armada, apesar de serem muito jovens. Acontece que depois da guerra todas estas crianças ficaram deprimidas durante alguns anos, salvo aquelas que eram mais jovens e que participaram da resistência armada." (Cyrulnik, 1999a:21).

Estudar a resiliência apontou para uma possibilidade de perceber o conjunto de elementos sociais e individuais que protegem as crianças e os adolescentes, opondo-se ao foco tradicional do risco, que incide sobre o fracasso de pessoas e grupos.

Se partirmos da constatação de que atualmente a produção literária sobre a questão do abuso sexual infantil é enorme, ainda que lembrando que a quantidade não significa qualidade, temos aí um indicador de que o

tema hoje encontra ressonância na nossa cultura. Gostaríamos de relacionar a noção de resiliência e a experiência do abuso sexual infantil, buscando uma reflexão sobre o prognóstico dessa questão.

Segundo o psiquiatra Tomkiewicz (1999), durante muito tempo prevaleceu a idéia de que, a partir de um determinado nível de agressão sofrida pela criança, o indivíduo se tornaria forçosamente um delinqüente, um psicótico ou, no mínimo, uma pessoa inadaptada socialmente. Em se tratando das agressões que caracterizam o abuso sexual, Cyrulnik (1999a) lembra que as conseqüências decorrentes poderiam não ser diferentes destas, uma vez que o trauma seria muito grande.

Retomando a fala de Tomkiewicz (1999) quanto às saídas encontradas por aqueles que sofrem abuso sexual, podemos dizer que realmente existe a possibilidade de psicotizar e que essa possibilidade não pode ser subestimada, como já vimos no caso de Nina que ilustrou o capítulo anterior. Isto tampouco exclui o estudo dos fatores reforçadores da resiliência.

Estes fatores são identificados em três momentos diferentes, ou seja, antes, durante e depois da experiência traumática. Esses momentos se relacionam com o que Tomkiewicz (1999) chama de possibilidade de "readaptação social ou sobrevivência psíquica do próprio sujeito." (p.218) Dependendo da situação traumática, esses momentos se apresentam de forma muito distinta, mas sempre tendo como marco a possibilidade da reconstrução num momento posterior ao trauma.

Para falarmos em trauma em Ferenczi, precisamos introduzir o conceito de introjeção, aliás fundamental para compreensão do aparelho psíquico para este autor:

“Eu descrevi a introjeção como a extensão ao mundo externo do interesse, auto-erótico na origem, pela introdução dos objetos exteriores na esfera do ego. Insisti nessa “introdução”, para sublinhar que considero *todo amor objetal* (ou *toda transferência*) como uma extensão do ego ou *introjeção*, tanto no indivíduo normal quanto no

neurótico (e no paranóico também, naturalmente, na medida em que ele conservou essa faculdade).” (Ferenczi1912:181).

O funcionamento do aparelho psíquico ferencziano depende do processo de introjeção, significando aquilo que o psiquismo pode e sabe fazer, pressupondo a representação, a produção de fantasmas e de identificações. Entretanto o significado deste conceito não se mantém constante na obra de Ferenczi.

Verificamos uma possível aproximação entre a teoria da resiliência e a proposta de Ferenczi em relação à questão da reconstrução do sujeito. Ele divide os traumas em dois tipos diferentes: o primeiro deles é o que permite uma reorganização psíquica e que contribui para o desenvolvimento e a estruturação; já o segundo tipo refere-se aos traumas que incorporam um efeito surpresa, como é o caso das vítimas de abuso sexual que são desacreditadas ao revelarem sua história. Esse segundo trauma coloca em risco o projeto identificador do sujeito. A criança que sofreu esse trauma desestruturante tem dificuldade de reorganizar-se internamente, caracterizando o que Pinheiro (1995) chama de “uma mutilação ao nível do ego” (p.66).

Para Ferenczi, o desmentido é o que torna o trauma desestruturante. Então o trauma seria o somatório dos ingredientes, por exemplo, de um abuso sexual, - tal como a sedução de uma criança por um adulto, e a correspondente confusão da linguagem da ternura com a linguagem da paixão -; acrescidos do desmentido, que o tornaria desestruturante.

“Se cabe ao desmentido toda a responsabilidade da desestruturação psíquica, é fundamental tentar situá-lo, atribuir-lhe sobretudo uma descrição metapsicológica que tenha sustentação. A tarefa não é fácil. Ferenczi jamais se preocupou com o estatuto metapsicológico dos fenômenos que descreveu.” (Pinheiro,1995:69).

Pinheiro (1997) ainda nos lembra que este autor acreditava que a força dos fatores externos, - talvez porque não estivesse tão preocupado com as questões metapsicológicas -, era determinante para todas as transformações no sujeito.

"Ferenczi parece ver no externo ao aparato psíquico o fator determinante para toda mudança possível. Em suma, em lugar dos fatores endógenos, seriam sobretudo os fatores externos ao sujeito os grandes perturbadores do aparelho psíquico." (p.35).

E ainda vale lembrar que como Ferenczi dispensa especial atenção à questão do trauma, como já vimos anteriormente, gostaríamos de tratar das possíveis aproximações com os teóricos da resiliência, como podemos perceber através da afirmação:

"Essa clivagem do ego é, em todo caso, proverbial, e, se outros traumas não ocorrerem, tudo indica que o sujeito poderá seguir seu curso, pois, ele pôde, no momento preciso, ter a *sabedoria de progredir traumáticamente*." (Pinheiro, 1997:97).

Indagando o que seria, para Ferenczi, *progredir traumáticamente*, concluímos que ambas as teorias (tanto a deste último quanto a dos teóricos da resiliência) apontam no mesmo sentido; ou seja, acreditam que o sujeito é capaz de suportar maiores choques e não se desestruturar completamente.

Cyrulnik (1999a) relata uma experiência de observação vivida por um grupo de 11 crianças americanas, designadas pela Assistência Social Americana, durante cinquenta anos. Encontros regulares permitiram que elas tivessem um acompanhamento do estado físico, psicológico, afetivo, intelectual e social. Para este autor, os fatores de resiliência foram aos poucos se organizando, permitindo que alguns fossem se tornando mais independentes, com mais possibilidades de se relacionarem e de

desenvolverem sua criatividade. Por volta dos 45 anos, oito dessas onze crianças tinham se tornado "adultos de bem" e os três que não conseguiram bons resultados não eram os que tinham sido mais agredidos, mas sim os que se mantiveram mais isolados e que contaram com menos suporte, seja familiar ou social. Este exemplo mostra que o fator solidariedade do grupo desempenha papel muito importante junto àqueles que passaram por traumas mais violentos.

Com certeza podemos afirmar mais uma vez que as relações que cercam as crianças são determinantes no processo de reconstrução do sujeito, como as familiares, as sociais e também as relações de *fratria*, tão necessários e presentes, sobretudo no mundo urbano ocidental.

Segundo a maioria dos autores citados acima esta noção de resiliência remeteria à necessidade de uma reflexão *a posteriori*, pois seu pressuposto é que o resiliente só surge mais tarde, quando o adulto, finalmente, pode se dar conta do fracasso de sua infância.

Os pensadores da teoria da resiliência afirmam de forma enfática que esta não significa ausência de sofrimento, ou mais precisamente, de sofrimento psíquico. Acreditam que resiliência aparece também em determinados contextos como sinônimo de adaptação social, mas para eles seria necessário distinguir entre a readaptação social e a sobrevivência psíquica do sujeito propriamente dito. A desadaptação social, seja ela a delinqüência, a psicose, a neurose ou mesmo a impossibilidade de ganhar seu sustento, se fazem sempre acompanhar de um sofrimento psíquico enorme. Já o inverso está longe de ser verdade, uma vez que um sofrimento psíquico persistente pode ser compatível com uma boa adaptação. Dessa forma, eles concluem que a resiliência não evitaria a culpa, a neurose e muito menos excluiria o sofrimento. Para eles a atitude de um resiliente estaria mais próxima de querer afastar-se do sofrimento do que, propriamente, de cultivá-lo.

Por outro lado, lembrando que a delinqüência pode significar a sobrevivência psíquica para alguns sujeitos, Cyrulnik (1999 b) tem uma visão similar quanto ao destino dos delinqüentes:

"Nas culturas em que a família está diluída ou onde a escola não é devidamente valorizada, é a delinqüência, assim como as relações de violência, que se tornam os tutores do desenvolvimento. A criança resiliente, com esse nível de estrutura psíquica, neste contexto cultural preciso, será um excelente pequeno infrator, bagunceiro, ladrão e dotado para as relações conflitantes. A criança não delinqüente em determinados contextos sociais será eliminada" (p.21).

Como afirma Manciaux (2000), a resiliência também não seria simplesmente o que chamamos de resistência, pois ele acredita que esta acrescenta à resistência passiva uma dimensão dinâmica e positiva, ligada à capacidade de submergir, ou mais especificamente, de se reconstruir. França, Dimenstein e Zamora (2002) também abordam este aspecto dinâmico da resiliência:

"Contudo, se o estudo da resiliência ficar centrado no indivíduo, pode colocar toda a responsabilidade pelo próprio desenvolvimento sobre cada criança, em suas características pessoais inatas. A resiliência só pode ser entendida como dinâmica: de fato ela é a interação entre as características do indivíduo e do seu ambiente. Ou voltamos aos velhos rótulos, aos preconceitos e à crença em indivíduos muito mais fortes, superiores talvez, não importando o que lhes aconteça." (sem paginação, no prelo).

Em função disso, não corremos o risco de confundir resiliência com o conceito psicanalítico de resistência, definido por Laplanche e Pontalis, como

"tudo o que nos atos e palavras do analisando, durante o tratamento psicanalítico, se opõe ao acesso deste ao seu inconsciente. Por extensão, Freud falou de resistência à psicanálise para

designar uma atitude de oposição às suas descobertas na medida em que elas revelavam os desejos inconscientes e infligiam ao homem um “vexame psicológico.” (p.458).

Além dos dois fatores mencionados acima, ainda cabe lembrar o que Tousignant (2000) nos diz a respeito do que seriam os aspectos constitucionais do ser humano quanto à resiliência. Ela não se reduziria unicamente à bagagem genética ou aos traços de personalidade, pois, como vimos, a interação com o meio, a cultura familiar ou social na qual vive a criança, são fatores de suma importância para compreender a trajetória de sobrevivência em condições desfavoráveis. Quando o simples suporte social torna-se insuficiente, a presença de uma relação de confiança torna-se necessária. Buscando alguém que pertença ao seu mundo, a criança ou o adolescente encontra coragem para lutar²⁶. A capacidade de participar igualmente da vida social, se sentindo útil e responsável, faz esquecer os imensos sacrifícios exigidos por certas condições de vida intoleráveis. E sob a ótica desses autores, se a pessoa puder se unir a projetos que confirmam um sentido à sua vida ela poderá se superar sem necessariamente hipotecar sua sanidade mental.

As atividades mais promissoras com crianças de rua, abusadas, infratoras ou aquelas que a vida levou para a prostituição são as que permitem que elas se entreguem a trabalhos socialmente construtivos, que lhes oferecem a chance de aprender coisas novas ao invés de deixá-las em instituições totais. Nestas elas são negligenciadas e pode ocorrer até a repetição do abuso. Na instituição onde prestamos atendimento psicológico, e que não se caracteriza como uma instituição total, encontramos crianças e adolescentes que acreditam no desejo de poder ajudar aqueles que, no futuro, vierem a precisar de suporte social e/ou familiar para se reconstruírem. A maior prova desse envolvimento das crianças e dos adolescentes com o projeto é a forma como nossos clientes demonstram o desejo de continuarem a obra daqueles que o acolheram. Esta instituição funciona recebendo crianças e adolescentes há quinze anos e hoje, em

²⁶ Normalmente esta é a pessoa que denominamos de “pessoa de confiança” da criança, como já tivemos oportunidade de analisar anteriormente.

função dos vínculos estabelecidos, os responsáveis acreditam que poderão adotar alguns deles. Muitos que, inclusive, receberão o sobrenome destes pais, falam com muito orgulho sobre esta possibilidade.

Nessa instituição vimos que este fator de resiliência (envolvimento em projetos sociais) encontra grande ressonância, pois é comum escutarmos estes adolescentes (alguns ex-infratores) mencionarem seu desejo de dar continuidade ao projeto social no qual estão envolvidos. Essa dinâmica pode resultar na busca de um efetivo exercício da cidadania, ou no reforço da auto-estima; e na certeza de que a criança não é culpada pelo abuso que sofreu em eventuais processos de desestruturação social aos quais se encontrou submetida.

O aspecto relacional da teoria da resiliência pressupõe que o sujeito precisa ter uma grande abertura para os outros, respeito e possibilidade de doação para o outro. O voltar-se sobre si mesmo é encarado como uma estratégia perdedora, determinando o início de um processo de vitimização. Como sabemos, o sentimento de autocomiseração é paralisante, uma vez que impede que o sujeito se conecte com a realidade maior, já que só estaria preocupado com suas questões pessoais ou com seu pequeno mundo. Da mesma forma, o resiliente seria aquele que não entra no processo de vitimização, mas pelo contrário, consegue transformar a memória do sofrimento em algo maior, que pode ser considerado uma "obra-de-arte", pelo esforço e pelo investimento presentes na determinação desta atitude.

Para Cyrulnik (1999a) haveria uma tendência a se acreditar que quanto mais difícil é a vida, na verdade, mais chance teríamos de achar difícil viver, mas ele sugere que esta dificuldade não precisaria significar necessariamente depressão, mas sim sofrimento e tristeza.

Gostaríamos de lembrar que nos dias atuais há uma tendência para identificação da depressão com a tristeza, pois o senso comum (e infelizmente também alguns integrantes da área "psi") privilegia aquilo que pode ser medicado, como é o caso da depressão. Há uma redução do

espaço dedicado às tristezas, já que nossa cultura ocidental se acostumou a querer evitar o contato com este sentimento, como acontece nos casos de perda de pessoas queridas. Quando o sujeito deixa aparente seu sofrimento por ocasião de alguma morte, surge logo a sugestão de que algum remédio deve ser administrado para proporcionar alívio àquele que sofre.

Acreditamos ser conveniente uma reflexão sobre a diferença entre luto e melancolia. Tomar um pelo outro é comum, mas devemos saber que a diferença fica localizada na alteração da auto-estima. Como disse Freud (1917):

“Os traços mentais distintivos da melancolia são um desânimo profundamente penoso, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade, e uma diminuição dos sentimentos de auto-estima (...) a ponto de encontrar expressão em auto-recriminação e auto-envilecimento, culminando numa expectativa delirante de punição. Esse quadro torna-se um pouco mais inteligível quando consideramos que, com uma única exceção, os mesmos traços são encontrados no luto. A perturbação da auto-estima está ausente no luto; afora isso, porém, as características são as mesmas. O luto profundo, a reação à perda de alguém que se ama, encerra o mesmo estado de espírito penoso, a mesma perda de interesse pelo mundo externo — na medida em que este não evoca esse alguém —, a mesma perda da capacidade de adotar um novo objeto de amor (o que significaria substituí-lo) e o mesmo afastamento de toda e qualquer atividade que não esteja ligada a pensamentos sobre ele.” (edição eletrônica, sem paginação).

O funcionamento psíquico é regido pelo princípio do prazer, que regula a intensidade das pulsões, tornando-as toleráveis. Quando acontece uma ruptura com o ser amado, as tensões se desencadeiam e o princípio regulador de prazer se torna inoperante. Assim, a dor aparece como um afeto provocado pela autopercepção do tumulto interno desencadeado pela perda. Perder o ser amado não é o que faz o sujeito sentir a dor, mas o fato de querer continuar amando-o, mesmo sabendo-o perdido.

“Propriamente falando, a dor não é dor de perder, mas dor do caos das pulsões enlouquecidas. Em suma, o sentimento doloroso reflete não as oscilações regulares das pulsões, mas uma loucura da cadência pulsional.” (Nasio,1997:22).

A função do psicanalista diante da dor do seu paciente é tornar-se um outro simbólico, que pode imprimir um ritmo mais adequado à desordem pulsional, para amainar a dor.

Tomando como nossa a definição de luto de Nasio (1997), ele é mostrado como um processo de desamor; e a dor do luto identificada como uma pressão de amor. Para este autor o luto patológico é a sobrecarga afetiva que se cristalizou na representação psíquica do ser amado e perdido, como se houvesse uma tentativa de fazê-lo ressuscitar. Assim, resumimos o luto patológico como “o amor congelado em torno de uma imagem” (p.168). Já no luto normal, constatamos a retirada da libido e o deslocamento progressivo para um outro objeto. A libido abandona aos poucos a representação do objeto perdido e passa a investir em outro objeto eleito. No caso do luto patológico, a libido invade todo o eu e se cristaliza sob a forma de uma identificação congelada com a imagem do objeto perdido.

O sujeito deprimido não consegue manter sua auto-estima em níveis satisfatórios, o que não caracteriza aquele que está em contato com a tristeza. Quem perdeu alguém e consegue elaborar o luto, entra em contato com a tristeza e tende a sair dela mais fortalecido e transformado pela experiência, sobretudo quando pode não ficar tão remetido à falta. Já aquela pessoa que, ao perder um ente querido, só lembra da falta que o objeto lhe fará, entra num processo de autocomiseração, apresentando um quadro depressivo, onde não há lugar para sentimentos de auto-estima.

A maneira como a sexualidade se vincula na metapsicologia freudiana a uma materialidade corporal e à concepção representacionista da linguagem trazem inúmeras dificuldades teóricas para a compreensão da melancolia e dos fenômenos da somatização. Os pacientes melancólicos mantêm uma

relação com a linguagem em que o sentido é unívoco e nenhuma dúvida pode recair sobre esta certeza.

Ehrenberg (1998) faz uma reflexão importante a respeito da melancolia, mostrando como a felicidade torna-se uma exigência para o existir. A forma para alcançá-la está na sociabilidade, uma vez que o homem é um animal sociável e o seu instinto o leva para o próximo. Nunca o homem foi tão pouco concebido como um ser isolado, como aconteceu no século XVIII. A aptidão do homem em decodificar seus similares e revelar-se à sociedade é inerente a ele mesmo. O mistério individual não é aceito. Aquele que deseja a solidão é um misantropo, vindo, inclusive a se tornar sinônimo de homem melancólico. Mas o que este autor mostra é que essa felicidade, no entanto, opõe-se ao problema das paixões, já que as mesmas alteram o sujeito, levam-no além do razoável em direção ao desânimo e a melancolia.

“Exaltação e desânimo “fecundando a arte, semeando a loucura”, a melancolia conhece um destino duplo: o primeiro caracteriza o homem genial. A partir do romantismo, ela se enraíza no artista, sublime e trágica figura cuja infelicidade é proporcional ao gênio. O segundo que diz respeito ao homem comum é uma doença. Mas ambos fazem com que a melancolia seja intimamente vinculada à história ocidental da consciência de si e representa a exacerbação da mesma. Até o ponto do Raymond Klibanski ter escrito: “Dar uma visão geral da melancolia equivaleria a escrever a história da sensibilidade do homem contemporâneo.

No início do século XVI, a melancolia era tão intimamente ligada à consciência de si que não havia homem distinto que não fosse autenticamente melancólico ou pelo menos considerado como tal por si mesmo ou pelos outros.

O melancólico não foge do seu sofrimento, assume-o e o reivindica - “A minha alegria é a melancolia” dizia Michelangelo. Prazer e dor de ser ele mesmo . É em torno desse eixo que evolui a melancolia.” (p.34).

No início do século XIX, a melancolia foi definida como uma monomania: tristeza, abatimento ou desgosto de viver são freqüentemente acompanhados de um delírio baseado num tema só, em que a razão permanece intacta. O melancólico é perseguido por uma idéia fixa, que os psiquiatras chamarão mais tarde de “loucura da dúvida” ou “delírio de culpabilidade”. Ela é bem diferenciada do delírio geral que caracteriza a mania. Entretanto aparece a idéia de melancolia sem delírio: “uma paixão triste e depressiva” sem sinal de loucura.

Do delírio ao desespero começa o vagaroso declínio da “psiquiatria intelectualizada:” podemos a partir de agora, sucumbindo aos golpes do destino e à força de suas paixões, adoecer de tristeza. O estatuto conferido à doença orgânica se estende aos fenômenos psicológicos, os chamados até então morais. Temos aqui uma etapa na lenta gênese das disfunções da personalidade. A melancolia abre uma passagem entre o normal e o patológico, ao invés de uma diferença de natureza entre um e outro, a possibilidade de uma continuidade, de uma escada com seus degraus.

Outro aspecto da resiliência bastante interessante é o da necessidade de uma lei uniforme, pois mesmo numa circunstância muito inadequada, ela se mostra indispensável. Se a obediência a seus limites for minimamente respeitada já poderia constituir um bom fator de proteção. Sendo assim, deduzimos que, se a criança precisa deparar-se com um meio ambiente familiar hostil, ela se sairá melhor se souber que todos os seus irmãos e demais crianças da família que partilham o mesmo convívio são tratados da mesma forma, evitando, inclusive, atitudes melancólicas diante do sofrimento do outro. Assim a criança não se desvaloriza, e não precisa acreditar ser a única a “merecer” os maus tratos. O sentimento de que o mundo é duro mas justo, apesar de tudo, lhe permite passar melhor pelos momentos mais penosos. E quando acontece de ela ter sofrido os mesmos abusos que seus irmãos e demais crianças, ela pode se fortalecer o suficiente para entrar em contato com seu desejo de se vingar daquele que não os respeitou. E assim conseguirá dar os primeiros passos na direção de romper com o monstruoso pacto de silêncio que envolve o abuso sexual infantil.

Fazendo nexos com o exemplo de Antônio, que via suas irmãs serem abusadas por seu pai, entendemos melhor seu poderoso sentimento de culpa: parece que, por ser homem, talvez, o pai (o mundo?) o poupou de viver uma história mais traumática. Por outro lado, esse pai incontrolável está preso: o mundo é duro (pois crianças pequenas passam por coisas assim), mas é justo (pois quem age assim acaba preso). Como afirma Tousignant (2000): "O sentimento de que o mundo é duro, mas justo apesar de tudo lhe permitirá atravessar os momentos mais difíceis" (p.64).

Durante muito tempo os abusos sexuais foram negligenciados, ocultados, escondidos ou considerados invenções de crianças ou meras produções inconscientes. O reconhecimento da realidade do problema foi condição prévia para tomada de consciência. É necessário primeiramente ouvir e acreditar nas crianças. Desde que esta questão saiu do silêncio social e que um número, cada vez maior, de profissionais e equipes especializadas se formam, houve importantes progressos. As ações preventivas baseadas na escuta da criança são as que mostram melhores resultados, pois respeitam mais a integridade das pessoas e por isso mesmo revelam-se mais eficazes.

Consciente da gravidade do problema, a sociedade tem avançado no sentido de dar crédito e voz ao sofrimento das vítimas de abuso sexual. Manciaux (1999) afirma que:

"recentemente, a doutrina é acreditar *a priori* na veracidade dos fatos relatados pela criança - sobretudo das mais jovens - sob o argumento de que ela não conhece ainda o suficiente da vida para inventar uma história, sempre muito realista, mesmo se ela utiliza palavras do autor da agressão." (p.24).

A idade da criança pode ser um fator de gravidade ambígua. Os abusos de crianças mais velhas ou adolescentes parecem ter maiores conseqüências, mas os abusos das crianças menores são mais freqüentemente cometidos por pessoas da família ou pessoas próximas.

Eles sempre se repetem durante muitos anos, com uma gravidade crescente do abuso. É por isso que o abuso dos mais jovens são considerados os mais graves.

Na instituição em que trabalhamos, atendemos um menino de 10 anos de idade, que chamaremos de Bento, que lá chegou encaminhado pelo Conselho Tutelar e que pode ilustrar esta questão. Ele é um menino muito tímido, delicado, mas muito determinado. Ninguém bate em Bento, apesar dele se achar “um pouco injustiçado” e dizer que às vezes tem a impressão de não saber se defender. Sua voz é doce e meiga, ele fala baixo e tem olhos muito tristes. O motivo de ele ter sido encaminhado para esta instituição foi o fato de sua avó, aquela que adotou sua mãe, (que já morreu), o obrigar a “trazer dinheiro para casa a qualquer custo”. Bento era oferecido aos senhores e aos rapazes da redondeza, sendo obrigado a fazer “trottoir” aceitando qualquer um que passasse e se interessasse por ele. Veremos adiante como esta prática já gerou desdobramentos graves na vida de Bento.

Tendo sido recebido em local que o acolhe e o respeita como uma criança/cidadã, depressa ele aprendeu que não precisava continuar aceitando tudo que o mundo adulto lhe impunha. Dessa forma, nosso cliente acabou deslocando sua fobia recusando-se terminantemente a participar da escolinha de futebol, da qual ele tanto gostava. O processo aconteceu da seguinte maneira: uma dada fundação dispôs-se a buscar de carro algumas crianças da instituição onde mora Bento para leva-los a uma excelente escolinha de futebol, que ofereceu bolsa para algumas crianças interessadas e com potencial para se destacarem neste esporte. Depois de um mês de funcionamento deste esquema, os donos da condução decidiram que não mais entrariam de carro no sítio, onde se situa a instituição de moradia de Bento. Pediram que as crianças esperassem por eles do lado de fora, no portão. Isto foi o suficiente para nosso cliente não conseguir mais participar desse projeto. A responsável por ele na instituição em que o atendemos, tentou explicar a situação ao motorista, mas houve muita intransigência, sem que pudessem contornar a situação, pois não conseguiram acreditar na história vivida por Bento e preferiram escolher a errônea versão que tudo

explicava como uma excessiva demanda de comodidade de uma criança preguiçosa. Os responsáveis pela condução não conseguiram entender que a espera por um carro na porta de casa fazia nosso cliente reviver uma situação insuportável, remetendo-o a um enorme desconforto emocional.

Bento mostra-se um menino muito triste, que ao entrar em contato com sua história chora “por vergonha e por ter sido usado”. No colo da responsável, ele se emociona, mas temos a satisfação de ouvi-la dizer que: “hoje, ele não precisa mais entrar no carro de ninguém se ele não quiser” e prometer que vai tentar reverter a situação da condução para que ele possa voltar a freqüentar a tão cobiçada escolinha de futebol.

A tristeza de Bento está vinculada à impotência a que ficam reduzidas as crianças e os adolescentes que são obrigados a venderem ou exporem seus corpos, como Alvarez (s.d.) nos mostra na reflexão oportuna acerca desse procedimento, em casos de abuso sexual infantil: "Como é ser obrigado a despir-se quando não se está com vontade e não se pode fazer nada a respeito? Como é ser capaz de fazer essas mesmas coisas com uma outra pessoa? Como elas recebem isso?"(p.164).

Parece-nos que Bento poderá vir a se tornar um resiliente, pois ele está contando com os fatores externos (familiares e sociais) que podem lhe garantir a reconstrução necessária à reestruturação de sua personalidade, mesmo tendo sido usado com tão pouca idade por uma avó indigna de protegê-lo e que está proibida de ver o menino.

A veracidade dos fatos é uma questão que pode intrigar a todos, mas não pode servir de escudo para agressores se aproveitarem da falta de estrutura psíquica e de experiência de vida de crianças e adolescentes em proveito próprio. Pinheiro (1995) lembra que para Ferenczi a questão da realidade tem valor relativo quando lidamos com o psiquismo porque o importante é a realidade psíquica. Para ele o registro é feito tanto de eventos reais quanto de fantasmados, e os dois teriam o mesmo valor psíquico. E Pinheiro vai mais adiante quando lembra que este teria sido o grande salto dado por Freud quando abandona a teoria da sedução, como já vimos no

capítulo anterior. Neste sentido a questão da verdade e da mentira torna-se simplesmente uma questão de polissemia: "A sinceridade, portanto, nada mais é do que a aceitação da polissemia e a impossibilidade do unívoco, e a hipocrisia implicaria a negação disto" (p.75).

4.2 – Aspectos clínicos

"...não seria justo atribuir os resultados da psicanálise ao poder único das palavras. Seria mais exato dizer que a psicanálise prova o poder das palavras e o do silêncio." (Theodor Reik)

Tomkiewicz procura demonstrar através de seu exemplo pessoal, que pode haver muito sofrimento, sobretudo psíquico, num resiliente. Por isso ele reafirma a importância de se oferecer um tratamento "psi" a todos que passam por violentos traumas. Este teria sido o caso de sua experiência, explicando o fato de ele hoje ter se transformado num psiquiatra e psicanalista reconhecido em toda Europa, desenvolvendo um trabalho importante no que diz respeito à legitimação do conceito de resiliência.

"Durante a guerra, (...) eu fiz duas tentativas de suicídio, o que prova que eu não era tão resiliente assim. Foi-me necessário, para sobreviver, o encontro com um psiquiatra capaz de restabelecer meu narcisismo e minha crença no futuro. Seu papel me pareceu exemplar e rico em informações para aqueles que se ocupam de crianças em Ruanda: o cuidado psicológico das crianças e dos adolescentes sobreviventes não é um luxo, mas uma necessidade da mesma monta do tratamento nutricional e anti-infeccioso." (Tomkiewicz, 1999:p.218).

Utilizamos o exemplo acima para mostrar que os autores relacionados à teoria da resiliência acreditam que um dos aspectos mais importantes da resiliência seria o da adaptação social. Em se tratando de exclusão motivada pela guerra, como foi o caso dele, o fator principal de adaptação foi o acolhimento da sociedade onde ele viveu. Uma criança que sobreviveu a tantas situações adversas, teria uma grande necessidade de romper com o silêncio do isolamento imposto pelo sofrimento, fazendo uso e explorando

mais a linguagem como elemento diferenciador da relação do homem com sua cultura.

A importância da linguagem nos chega rompendo barreiras de silêncio e nos dizendo que não basta só apontar ou desejar as coisas, torna-se imprescindível falar para alcançar aquilo que se deseja. Quanto a esta questão, Pinheiro (1995) traz contribuições importantes quando afirma que: “O simbolismo gestual é obrigado a ser substituído pelo simbolismo verbal (...) Melhor resultado da desintricação pulsional, a palavra funciona como intermediária, como portadora da ambigüidade própria do simbólico” (p.57).

Em seu estudo sobre a linguagem, Rudge (1998) afirma que, no discurso freudiano, a linguagem não tem seu papel reduzido à função da palavra na experiência psicanalítica. Para ela, Freud inaugurou uma concepção do psiquismo que é fundada na linguagem. Concebemos o homem como um ser que se expressa pela e através da linguagem, podendo assim constituir signos próprios.

A questão da fala e da linguagem era, para Freud, necessariamente da ordem do psíquico. Portanto este aparelho partia de dois pressupostos básicos, o homem fala e este aparelho terá que dar conta disto e esta fala estava marcada pela sexualidade. Freud contesta a medicina da época, afirmando uma sexualidade infantil, tirando da sexualidade o seu caráter puramente reprodutor e colocando-a como fenômeno de linguagem (Pinheiro, 2000).

Tomkiewicz (1999), analisa o exemplo do que os nazistas faziam com seus prisioneiros, utilizando a força das palavras, lembrando que estes últimos chegavam a acreditar no que diziam seus algozes. Havia um consenso entre eles de que “aquele que não trabalhava devia morrer”, e o relato autobiográfico deste autor mostra-nos como, aos poucos, essa ideologia foi tomando conta do imaginário social.

Também quando tratamos de resiliência, verificamos que a escuta da criança é sem dúvida um fator essencial. A revelação pode dar à vítima um sentimento de domínio e lhe permitir desempenhar um papel ativo. A criança

vítima pode sair de seu isolamento através de pessoas de sua confiança ou de profissionais treinados para esta escuta. O prognóstico depende da seqüência dada à revelação, especialmente se acreditaram na criança. A revelação, como já foi visto antes, determina todo o desenrolar do processo, tanto no plano médico, como no social, no educativo ou no judiciário.

Alvarez (s.d.) nos fala da importância de podermos respeitar o ritmo de cada criança, sobretudo aprendendo a distinguir quando é indicado lembrar e quando é melhor ajudar a esquecer. Aquele paciente menos traumatizado pode precisar lembrar o trauma para poder esquecer, enquanto

"as crianças mais danificadas, cujo trauma é mais severo e mais crônico, podem precisar esquecer o trauma para poderem ser capazes de lembrar."
(p.161).

O manejo terapêutico em relação às lembranças infantis do paciente abusado é uma questão muito delicada que precisa ser investigada para permitir dar continuidade ao processo iniciado com a revelação, como nos mostra, mais uma vez Alvarez (s.d.):

"Primeiro, para um relembrar proveitoso, é necessário ser capaz de pensar e lembrar, e de juntar pelo menos dois pensamentos e dois sentimentos. Segundo, a criança talvez precise lembrar a partir de uma perspectiva segura, protegida e esperançosa, o que pode implicar "deslocamentos" e "projeções" necessários, ou melhor, substituições e perspectivas. Pode também implicar a descoberta primeiro de um objeto não-abusivo e de um objeto capaz de manter limites firmes entre realidade e fantasia, ação e metáfora. Terceiro, enquanto este mundo não-abusivo está sendo construído, o terapeuta talvez precise respeitar a necessidade da criança de manter fora tanto a situação do abuso quanto o passado. Quarto, mesmo quando ocorrem assimilações, integrações e curas muito necessárias, talvez precisemos respeitar o desenvolvimento da latência da criança. Entretanto, não devemos nos surpreender ao descobrir que o abuso ainda desempenha um papel muito poderoso

mesmo na mais sadia das simbolizações." (p.171-172).

Quando tratamos a questão da verdade e da mentira cabe nos remetermos à questão do desmentido. Para Ferenczi essa é a pior coisa que pode acontecer com quem viveu a experiência do abuso sexual. Se o sujeito é desmentido pelo adulto, como já vimos no capítulo anterior, esse é o momento mais traumatizante, já que ele atribui ao desmentido toda responsabilidade pelo trauma. O adulto que desacredita a criança ou o adolescente está roubando deles o direito de expressão: "no caso do trauma, o que bascula e não corresponde à representação prévia é a confiança. A relação afetiva entre o adulto e a criança é posta à prova, para a criança, evidentemente" (Pinheiro, 1995:81).

Alvarez (s.d.) acredita na hipótese de que alguma coisa modificada e resolvida pela revelação da situação de abuso possa não ser compartilhada pela criança. A criança pode estar tão comprometida com a condição de abusada que tudo mais perde o significado para ela. Existe ainda a hipótese de ela não conseguir fazer frente ao abuso e por isso mesmo aderir a ele, chegando a tornar-se alguém que abusa. A criança pode desenvolver um medo absurdo pela pessoa que abusa dela, maior mesmo do que do ato do abuso.

Paradoxalmente, como vimos no caso de Antônio, o sujeito pode experimentar um sentimento ambíguo pelo abusador, onde um amor profundo pode estar presente, e ser mais forte do que seu medo ou sua repulsa pelo abuso. Em função de todas essas possibilidades, pode parecer à criança que nossas noções de justiça, de proteção ou de cuidado estão muito longe de sua realidade.

Quando acontece o desmentido a criança ou o adolescente ficam completamente confusos, pois a pessoa de confiança não fez jus à escolha feita. A criança decodifica este procedimento se identificando com o agressor e assumindo o sentimento de culpa que caracteriza o abuso sexual. Pinheiro (1995) nos diz que a criança precisa do adulto para ter sua

fala e sua existência autorizada - mecanismo nomeado como introjeção -. Ao ser desmentida a criança corre o risco de aniquilamento ou despedaçamento psíquico porque o que está introjetado é a necessidade de acatar a intermediação do adulto.

“A criança encontra a solução de transplantar o sentimento de culpa do agressor para si própria, suportar a injustiça do desmentido e com isso recuperar o estado de ternura anterior ao trauma. Para o traumatizado de Ferenczi serão importantes, evidentemente, questões como a confiança, a justiça e as noções de verdade e mentira.” (p.82).

Gostaríamos de acrescentar que também a falta de intermediação do adulto pode trazer prejuízos graves, mesmo quando esta acontece porque a criança não tentou revelar sua história de vítima para ninguém. Este foi o caso de nosso cliente, que será chamado de Leco. Ele ilustra as dificuldades que se cristalizam, no sujeito que não consegue falar ou expressar sua dor de ter sido abusado. Este é um registro clínico de um adulto de 23 anos que foi exposto à violência intrafamiliar, sem nenhum tipo de intervenção, ou seja, que passou seu processo de desenvolvimento até à fase adulta sem poder expressar o abuso que sofria. Tem um aspecto frágil, muito magro e se preocupa bastante com sua aparência franzina. Pela primeira vez na vida, Leco falou do abuso que sofreu quando era criança, durante uma sessão de análise.

Aos sete anos, quando sua mãe saía para trabalhar, ele ficava sempre aos cuidados de seu tio, que tinha somente oito anos a mais que ele. O tio o obrigava a manipular seu membro genital e, por sua vez, fazia o mesmo com o do sobrinho, incluindo variações de sexo oral. Leco teve muita dificuldade para falar de seu trauma, pois nunca tinha tido coragem de abordar a questão antes; seja com familiares, com amigos ou com qualquer profissional; o que fez com que se emocionasse muito e tentasse buscar explicações para tudo que havia acontecido.

A família morava num sítio, que pertencia ao avô de nosso cliente, e seus pais não estavam numa fase financeira muito favorável. Por isso, a mãe pedia ao irmão para se ocupar de Leco, evitando pagar alguém para tomar conta dele. O irmão de sua mãe e abusador de nosso cliente ainda morava na casa dos pais, avós de Leco, o que explica a proximidade e facilidade do contato. Ele conta que ficava muito apreensivo com a chegada da hora do banho, pois era nesse momento que os abusos ocorriam. Como eram abusos entre um adolescente e uma criança, isso o impediu de nomear para si próprio o fato como uma forma de abuso sexual. Foi preciso o *holding* terapêutico para que ele pudesse ver a inadequação das atitudes de seu tio e pouco a pouco se percebesse como vítima de abuso sexual. Nunca tinha tentado contar para seus pais, que eram muito rígidos na educação; isso fez com que ele acreditasse que este não era assunto para ser tratado numa “família de bem”.

Depois de dois anos de atendimento, Leco conseguia nomear sua revolta pelo que tinha acontecido todas as tardes passadas na casa de seu avô, nas mãos de seu tio.

Adulto, ele tinha muita dificuldade de relacionamento com a namorada, que exigia dele um comportamento mais firme diante da vida, como por exemplo, não desistir de dirigir seu próprio carro, vendendo-o e ficando totalmente dependente do carro dela. A ex-namorada tinha terminado o relacionamento porque, segundo nos conta Leco, ela também queria que ele fosse mais enérgico e que pudesse se fazer mais presente nas decisões do casal. O rapaz falava de suas desavenças amorosas com muito sofrimento porque temia ficar sozinho. Finalmente Leco aceita o término deste segundo namoro, e na mesma época resolve contar a seus pais os abusos que tinha vivenciado na sua infância. Foi um momento de emoção muito intenso, quando Leco viajou até a cidade onde moram seus pais e contou sua história.

Depois da revelação, Leco passa algum tempo procurando elaborar o trauma vivido na sua infância, mas sente muita dificuldade em se manter em análise e interrompe o tratamento. Ao retomá-lo, um ano depois,

percebemos que Leco, além de muito deprimido, está com questões relativas à sua escolha sexual, ou seja, está assumindo sua homossexualidade, o que já se prenunciava desde as brigas com a primeira namorada. Ele deu sinais claros de que estava levando uma vida bastante desregrada, antagônica a seus rígidos princípios de filho primogênito, cujo objetivo principal era ser reconhecido pelo pai e admirado pelo bom desempenho acadêmico e profissional. Leco sempre se destacou como primeiro aluno em tudo que fazia, caracterizando-se como um sujeito superdotado. Entretanto, nunca parecia satisfeito com seus resultados, pois seu pai nunca lhe conferia a legitimidade de suas conquistas.

A falta de esperança com a vida, a falta de perspectiva, a dificuldade de relacionamento social, sexual e mesmo profissional são variáveis constantes em descrições clínicas de pacientes adultos que foram abusados na infância, sejam homens ou mulheres.

Caminha (2002) nos diz que pacientes adultos que tiveram experiência de abuso sexual e não puderam revelar sua experiência têm tendência a desenvolver um comportamento homossexual: “Há fortes correlações entre comportamento homossexual masculino e abuso sexual na infância, da mesma maneira que o abuso sexual feminino e prostituição” (p.57).

Assim como este autor, fazemos questão de deixar claro que não pretendemos estabelecer uma correlação moralista quando apontamos para a incidência de homossexualismo ou de prostituição entre os adultos que, em criança sofreram abuso sexual. Caminha busca mostrar como a capacidade de escolha destes adultos fica comprometida. Ele aponta, como um dos grandes problemas no abuso sexual, a falta de prazer no sexo ou de autonomia por parte daqueles que foram vítimas de abuso.

“É comum escutarmos deles que não conseguem dizer não aos parceiros, que não têm prazer sexual, que quando viram estavam envolvidos em atos sexuais aos quais não queriam estar envolvidos, e que têm depressão após a participação nestes atos. Toda a conduta humana, no que tange a sexo é

válida, desde que envolva o prazer dos envolvidos e a opção por aquela forma de sexo. "(p.57).

Os autores da teoria da resiliência partem da dificuldade de tratar a questão da "reconstrução" do sujeito, ou melhor, do que chamam de seu aspecto resiliente. Esta hipótese baseia-se no pressuposto de que esta dificuldade estaria ligada ao fato das ciências humanas e sociais, e em especial a psicanálise mais tradicional, terem o hábito de centrar suas reflexões sobre os aspectos psicopatológicos das personalidades muito mais do que sobre os aspectos saudáveis dos sujeitos, como sugere especificamente Cyrulnik (1999a). O pressuposto de sua visão é que estando atento para esta tendência, talvez conseguíssemos nos aproximar mais do reservatório de sanidade potencial que, acreditam, dispõe todo ser humano confrontado com situações difíceis.

Também Cohen (1987), da Universidade de Chicago, em uma revisão cuidadosa dos mecanismos de enfrentamento e da resiliência sugere que, com todo o estudo desenvolvido sobre ajustamento pessoal, sabe-se mais sobre as circunstâncias que levam à psicopatologia do que sobre a capacidade de manter resiliência psicológica no confronto com adversidades, que não se limitam às circunstâncias de guerra e extermínio, como nos exemplos que ilustram nossa tese; mas que também podem envolver tragédias inesperadas, - morte dos pais, doença mental dos pais, conflitos familiares - envolvendo graus de violência variáveis e até catástrofes naturais.

É necessário estarmos atentos para a possibilidade de se relativizar excessivamente os embates da vida. Existe o risco de se assumir uma postura leviana, reificadora do individualismo e concluir que todas as pessoas poderiam facilmente superar todos os seus problemas, não o fazendo somente em função de características próprias que as desqualificam.

Lembramos, então, o conjunto de fatores que, segundo esta visão, permitem que uma criança venha a se tornar resiliente. O primeiro deles diz

respeito à importância do lugar ocupado pela família²⁷; o segundo fator liga-se à solidariedade do grupo, ou seja, da importância que o suporte do social deve representar; e em terceiro lugar trata-se dos vínculos de *fratria*.

Vale mencionar que existe uma unanimidade entre todos os autores que abordam este tema quanto à importância do papel da família, como já era de se supor. Tomkiewicz (1999), por exemplo, aponta para a necessidade de haver um "holding", de preferência familiar, em torno do sujeito, afirmando que o fator de resiliência mais importante pode ser uma família unida, "capaz de lançar esse sujeito num futuro promissor" (p.217). Manciaux (2000) afirma que a resiliência é muito mais forte nas crianças que não são separadas de suas famílias, ou senão, entre aquelas que o são mas que conseguem encontrar um substituto, tão caloroso quanto deveria ser uma verdadeira família. Tousignant (2000) também coloca um peso enorme na importância desta quando diz que a resiliência se situa na relação que as crianças ou os adolescentes têm com suas famílias e com aqueles que os rodeiam, sendo indispensável o suporte familiar e também o suporte social.

²⁷ No que diz respeito ao estudo das relações familiares, cabe lembrar que o conceito de resiliência tem encontrado muito ressonância, sobretudo quando busca explicar os conflitos familiares sob a ótica sistêmica, como atesta a utilização do conceito de "resiliência familiar", presente em alguns textos, tais como: "El concepto de resiliencia familiar", de Froma Walsh, professora e diretora do Center for Family Health, da Universidade de Chicago. Alguns destes textos têm sido muito utilizados pela equipe do Instituto de Terapia Familiar (ITF).

4.3 –Prevenção e cuidado

*“E assim seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
e o mundo vai ver uma flor
brotar do impossível chão.”
(Chico Buarque e Rui Guerra)*

Ao tratarmos da questão do abuso sexual não podemos esquecer que as estatísticas apontam para o fato de que todo agressor sexual foi, em algum momento de sua vida, vítima desta mesma agressão. Daí a necessidade de se refletir sobre o tema do abuso sexual de forma preventiva, visando evitar a formação de futuros agressores. Nem todo agredido se torna um futuro agressor, mas todo agressor foi um dia agredido. Transformar essa equação é o desafio mais importante para todo profissional, seja da área de saúde, de justiça ou de educação, que trabalha com a questão do abuso sexual infantil .

Sabemos hoje que essa tendência é identificada como Síndrome de Segredo e Adição (Caminha, 2002), que vem a ser o resultado de um “suposto” acordo entre abusador e abusado de que aquele ato tem que permanecer em segredo. Este acordo é firmado em função de trocas e compensações para a criança, ou mais freqüentemente através de ameaças físicas e psicológicas. Chamam de Síndrome de Adição porque o abusador faz uso da criança como de uma droga, da qual não pode passar sem, por se encontrar viciado, tal como uma forma de comportamento aditivo. Apesar de sabermos da importância destas reflexões para a questão da prevenção do abuso sexual infantil, lembramos que o abusador não é o foco principal de nosso trabalho. Isto não nos impede de considerar algumas contribuições que estão sendo trazidas, por exemplo, pela área jurídica. Esta insiste numa nova nomenclatura para designar os abusadores, qual seja, a de autores de abuso sexual, pressupondo que eles possam vir a se tornar algo mais do que somente sujeitos que abusam de crianças e adolescentes.

Torna-se necessário resgatar o conceito de prevenção para além do contexto racionalista característico da ciência moderna. Nele, a palavra “prevenção” sempre esteve associada ao modelo médico positivista. Foucault (1979), descreve a política médica que se delineou no século XVIII, consolidando a política de saúde do século XIX, como instância de controle social através da imposição autoritária de uma ideologia higienista:

“A velha noção de regime entendida como regra de vida e como forma de medicina preventiva tende a se alargar e a se tornar o “regime” coletivo de uma população considerada em geral, tendo como tríplice objetivo: o desaparecimento dos grandes surtos epidêmicos, a baixa taxa de mortalidade, o aumento da duração média de vida e de supressão de vida para cada idade. Esta higiene, como regime de saúde das populações implica, por parte da medicina, um determinado número de intervenções autoritárias e de medidas de controle.” (Foucault, 1992: p.201).

Buscando refletir sobre os significados da palavra prevenção, encontramos: cautela, precaução, cuidado, disposição de modo a evitar dano. Ora, nenhuma de nossas precauções pode evitar que o abuso sexual aconteça, ou que, por exemplo, o agressor do passado reproduza seu sofrimento provocando sofrimento em outrem. A singularidade e a escolha irredutível de cada um não podem deixar de ser consideradas – e efetivamente não o são. Acreditamos, contudo, que a prevenção, de acordo com nossa perspectiva, significa cuidado. “Cuidado”, pressupõe um “para quem”, e todo cuidado deve ser demonstrado concretamente, tornando-se, deste modo, um ato público: cuidamos do outro, que não é necessariamente o próprio sujeito (De Leo, 2002).

O psicanalista, através da transferência, também cuida. Seja provendo os meios necessários para que o processo de perlaboração aconteça, seja fornecendo o “*holding*” adequado às diversas situações transferenciais que se apresentam. O “*holding*” se manifesta no respeito ao “*timing*” e à manutenção do “*setting*”. E, não menos importante, acontece através da

prática da escuta atenta e cuidadosa da singularidade de cada sujeito, escuta essa livre de qualquer preconceito ou pré-concepção. Podemos dizer então, que o cuidado concerne à ética.

Acreditamos que o psicanalista contemporâneo tem também a tarefa de "cuidar", buscando facilitar a criação de um significado de mundo, contribuindo para a integração e a realização de todos aqueles que pedem e precisam de ajuda (De Leo, 2002).

Queremos ilustrar a importância e a necessidade de prevenção, com o exemplo de uma cliente da instituição em que prestamos atendimento e que pôde contar com o fundamental cuidado preventivo da escola.

Flor é o nome que escolhemos para chamar esta jovem de 13 anos que chegou na instituição em janeiro de 2002, encaminhada pela direção da escola que frequenta. Sua mãe tem três outras filhas, sendo todas elas do segundo companheiro, com quem vive há sete anos. A mais velha tem seis anos, a do meio tem quatro anos e a menor está com dois meses. Flor é a única filha da primeira união de sua mãe; o pai não tem nenhum contato com ela, já tendo constituído outra família, com a qual Flor tem muita dificuldade de relacionamento, sobretudo com a madrasta. Suas queixas estão sempre focadas na questão financeira, pois Flor não se conforma de seu pai não arcar com nenhuma de suas despesas. Alega que a atual mulher dele é a culpada deste comportamento omissivo; porque para ela a situação financeira do pai permite que ele assuma compromissos com ela.

O padrasto desenvolveu um comportamento *voyeur* em relação à nossa cliente, usando os momentos em que Flor dormia para entrar em seu quarto e levantar a coberta para olhá-la. Dizia "gostar de vê-la dormir". Aos poucos passou a espioná-la também quando ela tomava banho. A presença dele foi se tornando cada vez mais inadequada e mais freqüente em casa, à tarde, quando Flor voltava da escola e sua mãe saía para trabalhar. Nesse momento ele "sugeriu" que ela aproveitasse para descansar e para se dedicar a higiene íntima.

A jovem começou a reclamar para sua mãe da maneira como seu padrasto a abordava, mas sua queixa era completamente desconsiderada. Ele é um homem muito violento, que batia muito em sua mãe, além de espancar com frequência nossa cliente, tendo deixado cicatrizes e marcas profundas no seu corpo. Quando ela tinha oito anos este homem tentou matar sua mãe com um punhal na sua frente; e ela nos conta que lembra da vontade que teve de matá-lo e que quase o fez, pois o ameaçou de morte com o mesmo punhal com que ele atentou contra a vida de sua mãe. Este fato explica a ansiedade de Flor quanto à demora em ser ouvida, pois suas queixas não eram consideradas por sua mãe.

Sendo assim, Flor resolveu procurar alguém de sua confiança para abrir seu coração e falar de suas dúvidas a respeito do comportamento de seu padrasto. Ela escolheu a coordenadora da escola para falar sobre seu problema e esta levou o caso para a direção, que assumiu a responsabilidade e a cumplicidade que Flor precisava para sentir-se minimamente protegida. Foram feitas várias reuniões com a diretora, a coordenadora e a própria jovem para avaliação da situação e para ajudá-la a fazer frente às investidas de seu padrasto. Sua mãe também foi chamada para estas reuniões, mas alegava motivos profissionais para não comparecer.

Assim, Flor passou a contar só com o apoio da escola, que sugeriu algumas estratégias, como, por exemplo, a utilização de um "sino de vento". Trata-se de um sutil sinalizador de vento que produz suave sonoridade quando é acionado, seja pelo próprio vento ou por qualquer tipo de movimento. Esta foi a forma encontrada pela equipe escolar para ajudá-la a detectar a entrada do autor dos abusos em seu quarto, uma vez que lá não há porta que possa ser fechada para dar as mínimas garantias necessárias para que Flor pudesse se beneficiar de uma noite de sono tranquilo. Este recurso se revelou muito eficaz, pois Flor passou a acordar e poder não permitir que o *voyeurismo* de seu padrasto tivesse continuidade.

A importância do papel preventivo que a escola deve desempenhar é incontestável, como percebemos na atuação exemplar que a equipe escolar

teve no caso desta cliente, que foi levada para o Conselho Tutelar, que por sua vez a encaminhou para a instituição em que a atendemos.

Também nos casos em que o abuso que já foi perpetrado, a escola pode e deve ser um importante espaço de construção de resiliência. Linda Winfield (1994), da University of Southern California Graduate School of Education, citando vários estudos envolvendo os fatores ambientais de resiliência e mais especificamente o papel da escola, menciona que o relacionamento com os professores, a oferta de oportunidades de educação, a constante motivação, a manutenção de expectativas positivas e o chamado à participação em projetos construtivos e cidadãos, são importantes fatores de resiliência para os jovens com os mais sérios problemas. A autora, resumindo o trabalho de vários educadores, formadores de políticas públicas, assistentes sociais que trabalham com educação e com prevenção, psicólogos e outros profissionais americanos que convivem com crianças e adolescentes expostos e afetados pela violência urbana, narcotráfico e abusos em suas famílias, insiste também na capacidade de que eles sejam protagonistas de suas trajetórias – na escola e na vida -. Acreditamos que o texto a seguir, da autora, possa ilustrar esse ponto de vista:

“Os processos de proteção e cuidado em escolas e comunidades requerem uma mudança nas mentalidades dos adultos da comunidade educacional. Na nova visão do ensino é importante considerar a experiência dos alunos, antes do seu conhecimento cultural e a linguagem como potenciais - e não como deficiências. (...) Os alunos também têm que ter oportunidades de demonstrar sua força e conhecimento e poderem ver nas suas avaliações que esses potenciais são valorizados. As oportunidades têm que ser criadas para os jovens poderem demonstrar, dizer, provar, o que eles sabem e o que eles podem fazer nas escolas e comunidades.” (1994, edição eletrônica, sem paginação).

Winfield (1994) enumera várias descrições dos estudantes resilientes e faz uma série de recomendações para guiar práticas e programas para transformar escolas e comunidades em ambientes protetores e propícios ao aprendizado. Ela sugere que os profissionais examinem como escolas e outras agências de educação e serviço social podem melhorar sua atuação como *fatores de proteção* dos estudantes, vivendo em alto risco em condições urbanas:

“Dessa forma, a noção de resiliência torna-se uma metáfora para a compreensão de uma nova visão do ensino, na qual políticas, estruturas escolares, programas e práticas são desenhadas para proteger, cuidar e apoiar os estudantes no seu desenvolvimento ao invés de classificá-los, inibi-los e punir aqueles que não se enquadrem nos moldes do sistema.” (1994, edição eletrônica, sem paginação).

Ainda no contexto norte-americano, percebemos que Furniss (1993) corrobora esta visão, ao afirmar que:

"A necessidade de treinar profissionais no sistema educacional deve ser enfatizada, pois os professores tiveram, até o momento, apenas um papel marginal nas redes profissionais envolvidas no manejo do abuso e negligência físicos. Os profissionais da educação estão se tornando um grupo crucial na complexa rede multidisciplinar do abuso sexual da criança." (p.210).

A resiliência deve ser construída no espaço escolar, bem como em outros espaços propícios existentes nas comunidades. Seria desastroso retirar a criança ou adolescente, já marcado por acontecimentos dramáticos, do convívio de pessoas queridas, confiáveis, dos espaços onde crescem, para colocá-los, por exemplo, em instituições totais, de cuidado impessoal, caso de muitas instituições de “proteção” no Brasil. Concordando com esta perspectiva, a literatura recente sobre “bases de

apoio” (Rizzini, Barker e Cassaniga, 2000) mostra que, geralmente, família e comunidades podem prover recursos fundamentais para os jovens, seja no cotidiano, seja em situações difíceis. Rizzini, Barker, Zamora e outros (2001), baseados em pesquisa de campo em favelas e localidades pobres do Rio de Janeiro, mostraram que mesmo os lugares mais desprovidos de equipamentos sociais podem ter soluções e recursos que favoreçam a resiliência.

Como vivemos num país em que contamos sobretudo com a solidariedade social e com os vínculos de *fratria*, talvez mais do que com a eficiência de um Estado que está ausente do social, precisamos valorizar e instrumentalizar cada vez melhor os suportes que a comunidade dispõe para ajudar seus integrantes a enfrentar as carências que nossa realidade nos impõe. A escola, certamente, é um dos alicerces com os quais nossas crianças aprenderam a contar. Por esta razão, é muito comum encontrarmos a pessoa de confiança da criança escolhida entre os professores da rede escolar, como foi experienciado por Flor.²⁸

Há muito o que se fazer em matéria de prevenção e de cuidado, como estimular a preparação dos pais para a difícil tarefa de exercer a paternidade, detectar o mais cedo possível as disfunções no seio familiar e ajudar estas famílias em dificuldade. A mãe e o padrasto de Flor estão freqüentando, todos os domingos, um destes programas, porque assumiram esse compromisso diante do poder jurídico. O grupo de palestras e trocas atua como um serviço de proteção à criança e ao adolescente, e também como aconselhamento conjugal.

Como poderíamos nos posicionar frente à autoridade da lei? A lei deve ser reclamada para fazer justiça frente ao delito de abuso incestuoso, mas ela é também ameaçadora da integridade do grupo familiar, donde, por exemplo, a necessidade de grupos de orientação e apoio, que os

²⁸ Para uma pesquisa mais extensa pode-se contar também com a bibliografia americana que procura dar conta da questão do papel da escola na prevenção sob a ótica da Resiliência, como é o caso do texto de Linda F. Winfield, Ph.D., University of Southern California Graduate School of Education. Este texto foi publicado em 1994 por NCREL's Urban Education Program como parte do programa “Urban Education Monograph Series”.

responsáveis por Flor ficaram obrigados a freqüentar. Um juiz da infância e da adolescência pode decidir a respeito do abuso sexual mas também a respeito da medida de colocação das crianças com urgência num abrigo ou junto a uma família-substituta, como foi o caso de Flor. Precisamos ficar atentos porque a justiça pode se tornar, ao mesmo tempo, protetora e perseguidora (Benghozi, 1999).

Esta nossa cliente sofreu o segundo tipo de trauma definido por Ferenczi como “trauma desestruturante”, como vimos em capítulo anterior. Ela foi sistematicamente desacreditada por sua mãe e desmentida por seu padrasto. Entretanto, os fatores de proteção com os quais pode contar, - a escola, o Conselho Tutelar e a própria instituição onde está morando -, lhe proporcionaram um *holding* favorável, e provavelmente Flor terá chance de, mesmo traumatizada, se organizar e não desestruturar sua personalidade de forma definitiva e irreparável.

Devemos estar cientes da importância de evitarmos a institucionalização da criança, mas precisamos lembrar que, eventualmente, pode ser uma eficiente forma de proteção. Não devemos esquecer que em algumas situações, as rupturas ou as separações, apesar de tudo são inevitáveis, e podem se traduzir em medidas salutares para as crianças, que estão dilaceradas pelo convívio com os pais. Manciaux, Girodet e Rouyer (1999a) nos falam sobre a necessidade de se priorizar a integridade da criança:

"A criança deve ser levada em conta; isto pode precisar passar por uma medida de mediação. Resta muito a ser feito neste domínio, com objetivo prioritário para as diferentes intervenções, tais como: a proteção da criança e de seus interesses, não somente materiais." (p.164).

Nossa cliente, Flor, usufruiu deste recurso, tendo sido encaminhada para a instituição na qual a atendemos como uma medida preventiva, em última instância, sugerida pela sua escola. A instituição escolar foi exemplar neste

caso, agindo de forma adequada e cuidadosa, priorizando a integridade física e psicológica da jovem.

Nossas escolas precisam poder desempenhar o papel que lhes cabe na prevenção da violência doméstica evitando o que Vilhena chama de “pedagogia da violência”:

"Intimidação, coação, ameaças, negação ou minimização do abuso, isolamento, culpabilização da vítima, dominação, controle econômico, manipulação dos filhos e abuso sexual são os elementos da “pedagogia da violência”, que tem como resultado as respostas de medo, depressão, culpa, passividade, e baixa auto-estima desenvolvidas pelas vítimas.” (Vilhena, 2001: 5).

Entretanto, a violência institucional não pode deixar de ser mencionada. Ela foi silenciada durante muito tempo, e a seu modo, reflete a violência da vida em nossa sociedade, e mais especificamente, da intimidade do social: "Acolher e cuidar das crianças sem lhes maltratar necessita uma avaliação crítica do funcionamento do cotidiano de inúmeras instituições onde podem ocorrer alegações de abuso sexual" (Manciaux, 1999a:164).

Manciaux (2000), um dos principais autores da teoria da resiliência, resume as principais características do resiliente como sendo a perspicácia, a independência, a aptidão para os relacionamentos, a iniciativa, a criatividade, o humor, a determinação e sobretudo a vontade de viver e de fazer uso da linguagem, sugerindo a força do uso das palavras na reconstrução do sujeito.

Cyrułnik (1999a) resume o melhor da proposta da resiliência afirmando que nunca se deve reduzir uma criança a seu problema e, na sua visão, se enalteçamos os efeitos reais, incontestáveis do sofrimento, esquecemos de estudar os processos de reparação. Ainda segundo ele, isto aconteceria porque "nossa cultura ilumina o sofrimento e não os processos de restauração" (1999a:19). O resiliente deve ser visto como um forte, que

sobreviveu ao trauma com uma formidável energia psíquica e que poderia, a partir de então, usá-la para construir uma vida adulta em novas bases, porque o relevante é ter sobrevivido.

Nossa experiência também aponta neste sentido, pois o caso clínico de Lili (nome fictício), de 22 anos, que é por nós atendida desde março de 2000, parece confirmar nossas hipóteses. Ela nos conta sua história: uma criança que até os 10 anos sofria abusos sexuais por parte daquele que ela aprendeu a chamar de avô. Lili não sabe identificar quando começaram os abusos, mas tudo indica que desde muito cedo, ainda bebê, pois sua mãe acredita que ele se aproveitava da fama de gostar muito de crianças para se aproximar dela abusivamente. Por haver indícios de que os abusos teriam começado muito cedo, consideramos isso um agravante deste caso, pois como já foi dito anteriormente, quanto mais cedo começam as práticas abusivas mais sérios e graves podem ser as conseqüências e os danos psíquicos para o sujeito.

Foi aos 10 anos que ela tomou coragem para dividir suas aflições e fazer sua revelação à sua mãe através de uma "carta-confidencial". O choque foi vivido de forma trágica por todos, pois a mãe de Lili depois de ler as confidências da filha, só conseguiu reagir com a força da emoção, chorando e abraçando-a, repetindo inúmeras vezes que aquilo nunca mais voltaria a acontecer. A família ficou profundamente abalada, mas em nenhum momento colocou em questão a palavra de nossa paciente. Em nenhum momento Lili foi desacreditada por sua mãe ou por qualquer outro membro da família. Este foi um fator crucial no desenrolar da história de Lili, que pôde a partir de então desfrutar da cumplicidade, da solidariedade e do amor sincero e protetor de sua família. Moravam todos juntos num apartamento bem espaçoso e este homem foi afastado do convívio familiar assim que a denúncia foi feita por nossa paciente.

O pai precisou ser contido para não deflagrar um desastre ainda mais sério no seio desta família. A mãe de Lili a apoiou todo tempo, buscando sempre protegê-la de situações que a expusessem, seja no convívio familiar seja na escola ou junto aos amigos. Em função disso, a jovem conta que se

sentia "superprotegida", já que seus pais passaram a impor uma série de restrições à sua vida. Ela estava numa idade em que começava a se colocar a necessidade de se permitir algumas liberações, mas seus pais prorrogaram o máximo que puderam essa atitude, pois havia sempre o fantasma de que o abusador pudesse rondar a casa familiar.

Lili chegou à adolescência com dificuldades para lidar com sua sexualidade, tendo tido sua primeira experiência sexual aos 13 anos. Diz ela que sempre teve muita dificuldade de dizer não para os meninos que se aproximavam dela, o que talvez explique um namoro muito comprometido que durou dois anos e que deixou marcas quase tão danosas quanto as do abuso sexual a que esteve submetida. Este namorado era extremamente ciumento e controlador e Lili precisou de algum tempo distanciada dele para perceber a inadequação de sua relação amorosa. Afirma que se sentiu usada por ele quase tanto quanto pelo seu agressor sexual.

Por volta dos 17 anos, Lili conhece outro rapaz no cursinho pré-vestibular por quem se apaixonou e com quem está namorando até os dias atuais. Eles fazem medicina juntos numa universidade pública e Lili parece alguém apta a viver um processo de reconstrução e restauração por sempre ter contado com um "holding" familiar e social bastante sólido. Para desfrutar deste suporte, queremos lembrar que Lili é uma pessoa bastante centrada, com questões bem definidas e que parece saber o que lhe convém. Está no meio do seu curso de medicina e apesar de não saber ainda qual será sua área de especialização, já tem definido que pretende poder ajudar e defender crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual infantil.

Lili sobreviveu a dez anos de abusos freqüentes que poderiam ter sido devastadores de sua personalidade, mas sua força psíquica parece mais forte que o trauma que sofreu. Segundo Ferenczi, Lili não sofreu um trauma desestruturante, pois em nenhum momento, ela foi desacreditada por sua mãe ou por sua família. A possibilidade de ela se reorganizar seria muito mais difícil, se sua história tivesse sido posta em cheque, quando decidiu romper com o muro de silêncio que envolveu sua relação incestuosa, durante toda sua primeira infância.

Parece que Lili conseguiu se reorganizar psiquicamente. Indícios desta possibilidade é que, por exemplo, sua vida sexual, aos 22 anos, é ativa, desejante e amorosa. Dessa forma, acreditamos poder afirmar que Lili, hoje, pode ser considerada uma resiliente, pois já deu provas de que, se passou por embates muito fortes, consegue levar uma vida dentro dos padrões de "normalidade" de uma universitária, caracterizada pelo grande estresse da formação do médico no nosso país.

Lili teve a oportunidade de ver iluminada outras possibilidades de sua personalidade, que não só seu aspecto de criança abusada.

Conclusão

*“O poder da não violência
Revela a experiência que o mundo
Não pode ser plasmado à força.
O mundo é uma entidade espiritual,
Que se plasma por suas próprias leis.
Decretar ordem por violência é criar desordem.
Querer consolidar o mundo à força é destruí-lo,
Porquanto, cada membro tem sua função peculiar:
Uns devem avançar, outros devem parar.
Uns devem clamar, outros devem calar.
Uns são fortes em si mesmos, outros devem ser
escorados.
Uns vencem na luta da vida, outros sucumbem.
Por isto, ao sábio não interessa a força,
Não se arvora em dominador, não usa de violência.”
(Lao-Tse)*

Refletir, relatar, ouvir e sentir com nossos pacientes suas histórias de abuso sexual infantil nos remeteu, entre outros tantos objetivos, a buscar entender a origem do sentimento de horror pelo qual somos tomados quando tratamos deste assunto.

O tema é vasto e requer muito esforço, tanto do ponto de vista individual quanto do social, para podermos fazer frente à dimensão que ele assumiu atualmente. É difícil falar em conclusão quando nos sentimos somente começando a trilhar um caminho cheio de percalços, e percebemos o quanto precisa ainda ser feito. Sobretudo depois de entrarmos em contato com a grande quantidade de informações que este trabalho nos proporcionou sentimo-nos, sim, instigados a levar adiante nossas indignações e indagações.

Sendo assim, é de capital importância que estejamos atentos para a necessidade de leis que organizem o social e possibilitem a vivência do cultural. Da mesma forma que auscultar a história nos ajuda a contextualizar os conceitos, o diálogo com a antropologia facilita nosso entendimento sobre a origem dos mitos e das fantasias, melhor compreendendo o funcionamento das famílias atuais.

Defrontar-nos com a crueza do tema do abuso sexual nos empurra para a necessidade de pensarmos formas alternativas de prevenção. Claro que sabemos que a singularidade e a escolha de cada um não devem e não podem deixar de ser consideradas. Acreditamos, como De Leo (2002), que a prevenção significa cuidado, ou melhor, cuidar de nossas crianças e de nossos adolescentes para que eles não precisem necessariamente reproduzir o padrão psíquico e de comportamento que levam à transgressão das leis de nossa cultura.

A percepção de que a criança, na situação de abuso sexual, se encontra em “estado de sítio”, como bem definem Azevedo e Guerra, ou seja, desprovida de sua liberdade e do uso da palavra; ameaçada em sua estrutura psíquica, é algo que aponta para a importância de denunciarmos os casos de abuso sexual infantil, visando proteger nossos futuros cidadãos.

As lições que podemos extrair de nosso trabalho é que as iniciativas sócio-políticas não têm conseguido responder adequadamente a esses desafios. É exatamente por isso que precisamos unir forças para reverter esse quadro e, dessa forma, juntos, zelarmos pelos direitos da criança e do adolescente no nosso país.

É preciso criarmos espaço para uma escuta terapêutica que não reduza a criança ou o adolescente à condição de vítima; que se evite o perigo da estigmatização que não permite que eles se constituam como seres capazes de se organizarem e de superarem os traumas vividos. É preciso fazê-los falar, tirando-os do silêncio e da angústia, pois como afirma a poeta Ana Cristina César, “angústia é a fala entupida”.

Fazer falar é fundamental, mas respeitando o ritmo de cada pessoa, como mostram as recomendações de Alvarez (s.d.) a respeito da necessidade de lembrar ou de esquecer do episódio traumático. Muitas vezes a criança ou o adolescente tem dificuldade de determinar se prefere lembrar ou esquecer o acontecido e cabe ao profissional, exercer, de forma sutil, o manejo terapêutico, permitindo a saída do silêncio encobridor de dores, que podem ser da ordem do insuportável, se vividas sozinhas.

O sofrimento das crianças e dos adolescentes vítimas desse tipo de maus-tratos trazem muitas vezes acoplada a dor familiar. Não estabelecer um julgamento *a priori* com relação a essa família é um bom começo, pois além dos pressupostos éticos que se exigem em qualquer profissão, no caso de uma escuta terapêutica, são indispensáveis, correndo-se o risco de se cometer, em sua falta, graves injustiças, que reproduziriam a mesma perversidade do ato abusivo.

Uma das formas de se fazer frente a essas necessidades preventivas ou de cuidado, que o abuso sexual infantil desperta em nosso social é a construção dos fatores de resiliência. O principal deles é o *suporte familiar*, nas suas múltiplas formas de se apresentar; a *solidariedade do grupo social* com o qual se convive e se estabelecem importantes trocas nos mais variados aspectos dessa convivência; a *prevenção escolar*, que fala do

acolhimento e da escuta, incluindo a divulgação das informações educativas sobre o assunto; e *last but not least*, os vínculos de *fratria*, que vão se tornando indispensáveis para sobreviver no mundo ocidental urbano, onde, por exemplo, as relações de amizade, vizinhança e compadrio chegam a substituir as verdadeiras relações familiares, que às vezes não estão podendo suprir suas funções.

As profissões ligadas à saúde mental podem ter dado pouca atenção ao estudo das pessoas que são capazes ou de superar uma adversidade ou, em situações em que há poucas alternativas, de se adaptar a tal desgraça. Devemos procurar trazer das sombras da negligência a criança resiliente, que sobrevive apesar da adversidade, forçando-nos a olhar para processos de enfrentamento e adaptação mais do que unicamente para aqueles que refletem fracasso e incompetência (Cohler, 1987).

Gostaríamos de lembrar que, a possibilidade de estarmos em contato com uma instituição, que permite que crianças e adolescentes reescrevam sua história, - porque seus responsáveis têm condições de emprestar dignidade a eles, que muitas vezes chegam com sua estrutura psíquica bastante comprometida -, muito contribuiu para o avanço de nossas pesquisas e de nossas investigações acerca do atendimento às crianças vítimas de abuso sexual.

Compreendendo porque crianças, adolescentes e suas famílias podem silenciar sobre o abuso, propomos formas de atenção e apoio que possam ajudar no processo singular de reconstrução psíquica. Parafraseando Sartre, não podemos reduzi-los ao abuso, pois o essencial não é o que foi feito com eles, mas o que eles fazem daquilo que fizeram deles.

Queremos terminar acreditando que, tal como no conto de fadas, onde Pele de Asno encontra a possibilidade de reconstrução de sua subjetividade ameaçada, é possível iluminar outros aspectos das personalidades de nossas Lindas, Flores e Lilis.

Referências Bibliográficas

*"Gastei uma hora pensando um verso
que a pena não quer escrever.
No entanto ele está cá dentro
inquieto, vivo.
Ele está cá dentro
e não quer sair.
Mas a poesia deste momento
inunda minha vida inteira."
(Carlos Drummond de Andrade).*

ABRAHAM, N. & TOROK, M. ([1987] -1995) - A casca e o núcleo, São Paulo: Escuta.

_____ (1987). "A tópica realitária, notações sobre uma metapsicologia do segredo". in ABRAHAM, N. & TOROK, M., A casca e o núcleo, São Paulo: Escuta, 1995

_____ (1987). "Luto ou melancolia, introjetar-incorporar" in ABRAHAM, N. & TOROK, M., A casca e o núcleo, São Paulo: Escuta.

ABREU, M. (1999) - "Meninas perdidas" in DEL PRIORE, M. (1999) (org.) – História das Crianças no Brasil, São Paulo: Editora Contexto.

ALBUQUERQUE MELLO, C. D. (2000) - Curso de Direito Internacional Público, 2º volume, 12ª edição, Rio de Janeiro, São Paulo: Renovar.

ALMEIDA PRADO, M.C.C. (1992) – Destino e Mito Familiar – uma questão na família psicótica, tese de doutorado, PUC/RJ, mimeo

ALVAREZ, A. (s.d.) - "Abuso Sexual de Crianças: A necessidade de Lembrar e a Necessidade de Esquecer", mimeo.

ARIÈS, P. (1978) - História Social da Criança e da Família, Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

ARIÈS, A. & DE CERTEAU, M. & LE GOFF, J. & LE ROY LADURIE, E. & VEYNE, P. (1986) - "A história _ Uma Paixão Nova" (mesa redonda) in LE GOFF, J. (org.) Nova História, Lisboa: Edições 70.

AUGRAS, M. ([1982], 1995) - Alteridade e Dominação no Brasil Psicologia e cultura, Rio de Janeiro: Nau Editora.

_____ (1989) - O que é tabu?, São Paulo: Brasiliense.

AZEVEDO, M.A. & GUERRA, V.N.A. (1988) - Pele de Asno não é só História:

um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família, São Paulo: Roca.

_____ (1989) - Crianças Vitimizadas: A síndrome do pequeno poder, São Paulo: Iglu.

_____ (1993) - Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento, São Paulo: Cortez.

BENGHOZI, P. (1999) – Parentalidade, Autoridade, Laço e Lei, este texto é uma versão completa de uma conferência apresentada em 17 de Novembro de 1999, na jornada sobre “Parentalidade, o que está em jogo na autoridade. Décimo Aniversário da Convenção Internacional de Direitos da Criança”, Atas da Criança e da Família.

BIRMAN, J. (1999) - Cartografias do Feminino, São Paulo: Editora 34.

BOARINI, M.L. & BORGES, R.F. (1998) – Demanda infantil por serviços de saúde mental: sinal de crise, in Revista de Estudos de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, volume 3, número 1, pp.83-108, Natal – RN.

BOUVIER, P. (1999) – "Abus sexuels et résilience" in POILPOT, M.-P., (1999) – Souffrir mais se construire, Ramonville Saint-Agne: Éditions Erès.

CÂMARA CASCUDO, L. (1984) - Dicionário do Folclore Brasileiro, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 5^a. edição.

CAMINHA, R.M. (2002) – “A violência e seus danos à criança e ao adolescente” in Revista Violência Doméstica, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pp. 43-60.

CASSIRER, E. (1972) - Linguagem e Mito, São Paulo: Editora Perspectiva

CHAUÍ, M. H. (1992) - Público, privado, despotismo in NOVAES, A. (org.) - Ética, São Paulo: Ed. Schwarcz.

COHEN, C. (1993) - O incesto um desejo, São Paulo: Casa do Psicólogo.

COHLER, B. (1987) – “Adversity, Resilience and the Study of Lives”, in COHLER, B. (1987) – The Invulnerable child, N Y Milford: Ed. By E. James Anthony, pp. 362-379.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, (2000) - 6ª edição, Rio de Janeiro, DP&A editora.

COSTA, J. F. .(1986) - Violência e Psicanálise, 2ªed., Rio de Janeiro: Graal.

_____ (1989a) - Ordem Médica e Norma Familiar, Rio de Janeiro: Graal.

_____ (1989b) - Psicanálise e Contexto Cultural, Rio de Janeiro: Campus.

_____ (1994) - A Ética e o Espelho da Cultura, Rio de Janeiro: Rocco.

_____ (1997) - "Utopia Sexual. Utopia Amorosa". in: Utopia e Mal-Estar na Cultura, São Paulo: Hucitec.

_____ (1999) - Sem Fraude Nem Favor - Estudos sobre o amor romântico, Rio de Janeiro: Rocco.

COUETOUX, M. (1981) - "Le secret, un moteur de la société", in Revista (1991) Le groupe familiale - Confidences et Secrets, nº132, Paris: Fédération nationale des écoles des parents et des éducateurs, pp.5-14.

COUTINHO, A.M.M. (1994) - Psicanalista, uma função sedutora? parte II, tese de doutorado apresentada no Departamento de Psicologia da PUC/RJ: mimeo.

CYRULNIK, B. (1999a) - Un Merveilleux malheur, Paris: Editions Odile Jacob.

_____ (1999b) - Souffrir mais se construire, Ramonville Saint-Agne: Éditions Ères.

_____ (2000) - Ces enfants qui tiennent le coup, Revigny sur Ormain: Hommes et Perspectives.

DALIGAND, L. (1999) - "Les psychothérapies de l'enfant victime de violences sexuelles" in DAMIANI, C. - (org). (1999) - Enfants victimes de violences sexuelles: quels devenir?, Revigny sur Ormain: Hommes et Perspectives.

DAMÁSIO, E. J. (1999) - Direito Penal 1 ° volume, Parte Geral, São Paulo: Saraiva Editores.

DAMIANI, C. - (org). (1999) - Enfants victimes de violences sexuelles: quels devenir?, Revigny sur Ormain: Hommes et Perspectives.

DA POIAN, C.(1998) - O Desamparo e a Questão dos Ideais in Cadernos de Psicanálise: Desamparo, Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro: ano 20, n°12, pp. 133-140.

DE CERTEAU, M. (1982) - A Escrita da História, Rio de Janeiro: Forense.

_____ (1994) - A Invenção do Cotidiano, Rio de Janeiro: Vozes.

_____ (1995) - A Cultura no Plural, São Paulo: Papyrus Editora.

DE LEO, A. (2002) - Projeto Shantala, projeto de doutorado do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da PUC/RJ. mimeo.

DEL PRIORE, M. ([1993] 1995) - Ao Sul do Corpo, Rio de Janeiro: José Olympio.

_____ [1991(1996)] (org.) - História da Criança no Brasil, São Paulo: Editora Contexto.

_____ (1999) (org.) - História das Crianças no Brasil, São Paulo: Editora

Contexto.

_____ (2001) (org.) – O livro de ouro da História do Brasil, Rio de Janeiro: Ediouro.

DIMENSTEIN, G. (1993) - Meninas da Noite, São Paulo: Editora Ática.

DUBY, G. (1986) - História e Nova História, Lisboa: Editorial Teorema.

EHRENBERG, A. (1998) – La Fatigue d’Être soi , Paris: Éditions Odile Jacob.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, lei 8069/90.

FALEIROS, E. (2000) – Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes, Brasília: Thesaurus.

FERENCZI, S. ([1909] 1991) - "Transferência e Introjeção" in Psicanálise I – Obras Completas, São Paulo: Martins Fontes.

_____([1933] 1992) - "Confusão de Língua entre os Adultos e a Criança" in Psicanálise IV - Obras Completas, São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1990) – Diário Clínico, São Paulo, Martins Fontes.

FOUCAULT, M. ([1975]1977) - Surveiller et Punir - Naissance de la Prison, Paris: Éditions Gallimard.

_____.(1979) - Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1992.

FRANÇA, M.A.G. & DIMENSTEIN, M. & ZAMORA, M.H. (2002) - Ressignificando o conceito de risco nas pesquisas e práticas voltadas à infância contemporânea Revista O Social em Questão, no. 7, Rio de Janeiro: no prelo.

FREUD, S. ([1905] 1987) - Três Ensaio sobre Sexualidade in Edição Standard

Brasileira das Obras Completas, Vol.VII, Rio de Janeiro: Imago.

_____ ([1913] 1974) - "Totem e Tabu" in Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Vol. XIII, Rio de Janeiro: Imago Editora.

_____ ([1916-17] 1974) "Conferência XXI" in Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Vol. XVI, Rio de Janeiro: Imago Editora.

_____ ([1917] 1974) - "Conferência XXIII" in Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Vol. XVI, Rio de Janeiro: Imago Editora.

_____ ([1917-1919],1998) - "Uma criança é espancada" in Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas, vol. XVII.

_____ ([1917-1919], 1998) - "O Estranho", in Edições Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Vol. XVII.

_____ ([1921] 1987) – "Psicologia de grupo e Análise do Ego" in Edição Standard Brasileira das Obras completas, vol. XVIII, Rio de Janeiro: Imago Editora.

_____ ([1925] 1974) - "Um Estudo Autobiográfico" in Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Vol. XX, Rio de Janeiro: Imago Editora.

_____ ([1926 -1925] 1987) – Inibições, Sintomas e Ansiedade in Edição Standard Brasileira das Obras Completas, vol. XX, Rio de Janeiro: Imago Editora.

_____ ([1927] 1987) - O Futuro de uma ilusão in Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Vol. XXI, Rio de Janeiro: Imago Editora.

_____ ([1930] 1974) - "O Mal - Estar na Civilização" in Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Vol. XXI, Rio de Janeiro: Imago Editora.

_____ ([1939] 1974) - "A Renúncia ao Instinto" in Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Vol. XXIII, Rio de Janeiro: Imago Editora.

- FUA, D. (1999) - "Une perversion silencieuse" in DAMIANI, C. - (org). (1999) – Enfants victimes de violences sexuelles: quels devenir?, Revigny sur Ormain: Hommes et Perspectives.
- FURNISS, T. (1993) - Abuso Sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, Porto Alegre: Artes Médicas.
- GABEL, M. (1997) (org.) – Crianças vítimas de abuso sexual, São Paulo, Summus Ed.
- GIDDENS, A. (1993) – A Transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas, São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista.
- GRIMAL, P. (1992) –Dicionário da Mitologia Grega e Romana, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- GOES, J.R. & FLORENTINO, M. (1999) – "Crianças Escravas Crianças dos Escravos" in DEL PRIORE, M. (1999) (org.) - História das Crianças no Brasil, São Paulo: Editora Contexto.
- GONÇALVES, H. S. (2000) - Infância e violência doméstica no Brasil, trabalho apresentado ao Exame de Qualificação como requisito à obtenção do título de doutor em Psicologia no departamento de Psicologia da PUC/RJ: mimeo.
- GONÇALVES, H.S. & MARQUES, M.A. (2001) – “Infância e Violência Doméstica: Uma discussão Acerca da Intervenção na Família” in Social em Questão , Revista do Programa de Mestrado em serviço social da PUC-RJ, volume 6, nº6, pp.51-68, Rio de Janeiro:PUC, departamento de Serviço Social.
- GRANT, W. H. (2000) - "Um estudo sobre o incesto pai-filha", in Psychê - Revista de Psicanálise, ano IV - nº5, Paulo: Revista Anual do Centro de Estudos e Pesquisa em Psicanálise da Universidade de São Marcos, pp. 24-38.

HUNT, L. (1987) - Révolution Française et Vie Privée, in PERROT, M.(1987) - Histoire de la vie Privée, Paris: Seuil.

JUNQUEIRA, M.F.P.S. (1998) - Do complô do silêncio à estigmatização do discurso – reflexões acerca do abuso sexual da criança e a prática clínica, tese de mestrado, PUC/RJ, mimeo.

KAREN, S. (1999) - "Thérapies et réparations", in Enfants victimes de violences sexuelles: quels devenir?, Revigny sur Ormain: Hommes et Perspectives.

KHAN, M. (s.d.) - "O Espaço do Segredo", in Nouvelle Revue de Psychanalyse, nº9, Paris: Gallimard (tradução de Denise Jabour, para uso interno do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro), mimeo.

_____ ([1963], 1977) - "Silêncio como comunicação" in KHAN, M. (1977) - Psicanálise: Teoria, Técnica e Casos Clínicos, Rio de Janeiro: Francisco Alves.

KRISTENSEN, C.H. & OLIVEIRA, M.S. & FLORES, R.Z. (2002) – “Violência contra crianças e adolescentes na Grande Porto Alegre -parte B: pode piorar? In Revista, Violência Doméstica, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. pp.104-117

LACAS, P. P. - (1982) - "A propos de loi et de perversion" in Dialogue – Recherches cliniques et sociologiques sur le couple et la famille - Le sexe et ses lois, Revue trimestrielle, no. 76, Paris: Imprimerie Louis-Jean, pp.19-29.

LADVOCAT, C. (1994) – "Fantasia e Realidade no mito familiar" in Revista Psicanalítica , volume 1, nº1, 1998, mimeo.

LASCH, C. (1977) – Refúgio num Mundo sem Coração – A Família: Santuário ou Instituição Sitiada?, São Paulo: Paz e Terra.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.B. - ([1967] 1991) – Vocabulário da Psicanálise,

São Paulo: Martins Fontes.

LAPLANCHE, J. (1988) - "Da teoria da sedução restrita à teoria da sedução generalizada" in Teoria da sedução generalizada, Porto Alegre: Artes Médicas.

LE GOFF, J. (1984) - "História" in Enciclopédia Einaudi, vol.1, Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.

LEVENTHAL, J. M. (1998) – "Epidemiology of sexual abuse of children: old problems, new directions" in Child Abuse Negl, 22, mimeo.

LÉVI-STRAUSS, C. (1985) - Antropologia Estrutural, Rio de Janeiro: Edições Tempos Brasileiros.

_____ ([1978] 1997) - Mito e Significado, Lisboa: Edições 70, Ltda.

LEVY, J.E. & NISSEBAUM, G.B (1998) - "Era uma vez uma princesa..." , in Trieb, revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, nº6, Rio de Janeiro: R&R Editora e Comércio Ltda, pp.101-117.

LIENHARDT, G. (1973) - Antropologia social, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

LOBO, L. F. (1997) – Os infames da história: a instituição das deficiências do Brasil, tese de doutorado, PUC/ RIO, mimeo.

LONDOÑO, F. T. [1991(1996)] - "A Origem do conceito *Menor*", in DEL PRIORE, M (org.) - História da Criança no Brasil, São Paulo: Editora Contexto.

MACHADO, A. L. R. (1980) - A Problemática do menor autor de infração penal e seu tratamento – revista dos Tribunais 539: pp.409-418.

MANCIAUX, M (1999) - "Les allégations d'abus sexuels dans la problématique de l'enfance maltraitée" in Allégations d'abus sexuels: parole d'enfant, parole d'adultes, Paris: Éditions Fleurus.

_____ (2000) - "La Résilience: Mythe ou réalité", in CYRULNIK, B. (org.) (2000) Ces enfants qui tiennent le coup, Revigny sur Ormain: Hommes et Perspectives.

MAMEDE MAIA, M.V.C.(2002) - Pode alguém comer seu próprio bolo e continuar a possuí-lo? Reflexões sobre a agressividade da infância a partir do olhar de Winnicott, projeto de doutorado do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da PUC/RJ, mimeo.

MANCIAUX, M. & GIRODET, D. - (org) (1999) - Allégations d'abus sexuels: parole d'enfant, parole d'adultes, Paris: Éditions Fleurus.

MANCIAUX, M. & GIRODET, D. & ROUYER, M. - (1999a) – "Conclusions et perspectives", in MANCIAUX, M. & GIRODET, D. - (org) (1999) - Allégations d'abus sexuels: parole d'enfant, parole d'adultes, Paris: Éditions Fleurus.

MARTIN-FUGIER, A. (1987) - "Les Rites de la vie privée bourgeoise" in ARIÈS, P.; DUBY, G (org.) (1987) Histoire de la vie privée, Paris, Éditions du Seuil.

MASSON, J. M. (1984) - Atentado à Verdade - a supressão da teoria da sedução por Freud, Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

MATTOSO, K. Q. [1991(1996)] - "O Filho da Escrava" in DEL PRIORE, M. (org.) - História da Criança no Brasil, São Paulo: Editora Contexto.

MERCIER, P. (1974) - História da Antropologia, Rio de Janeiro: Liv. Eldorado Tij. Ltda.

MEZAN, R. (1993) - "A Sombra de Don Juan: A Sedução como Mentira e como Iniciação" in A sombra de Don Juan e outros ensaios, São Paulo: Brasiliense.

MIRABETE, J. F. (1999) - Manual de Direito Penal, 2º.volume, São Paulo: Editora Atlas.

MULLAHY, P. (1978) - Édipo: Mito e Complexo uma crítica da teoria psicanalítica, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MOTT, L. [1991(1996)] - "Pedofilia e Pederastia no Brasil Antigo" in DEL PRIORE, M. (org.) - História da Criança no Brasil, São Paulo: Editora Contexto.

NASIO, J.-D. ([1987] 1989) - O Silêncio em Psicanálise, Campinas: Papyrus Editora.

_____ (1997) – O Livro da Dor e do Amor, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

NATHAN, T. (1997) – "Há algo de podre no reino de Édipo" in GABEL, M. Crianças vítimas de abuso sexual, São Paulo, Summus editorial

NORA, P. (1984) - "Entre mémoire et histoire" in NORA, P. (org.) (1984) Les lieux de mémoire, Paris: Gallimard.

PASSETTI, E. [1991(1996)] – "O Menor no Brasil Republicano", in DEL PRIORE, M. (org.) - História da Criança no Brasil, São Paulo: Editora Contexto.

_____ (1999) - "Crianças Carentes e políticas Públicas" in DEL PRIORE, M. (1999) (org.) - História das Crianças no Brasil, São Paulo: Editora Contexto.

PERROT, M. (1987) - Avant et Ailleurs, in PERROT, M.(1987) - Histoire de la Vie Privée, Paris: Seuil.

_____ (1987) - La Famille Triomphante, in PERROT, M.(1987) - Histoire de la Vie Privée, Paris: Seuil.

_____ (1987) - Figures et Rôles, in PERROT, M.(1987) - Histoire de la Vie Privée, Paris: Seuil.

_____ (1987) - La Vie de Famille, in PERROT, M.(1987) - Histoire de la Vie Privée, Paris: Seuil.

_____ (1987) - Drames et Conflits Familiaux, in PERROT, M.(1987) - Histoire de la Vie Privée, Paris: Seuil.

PINHEIRO, T. (1995) – Ferenczi – Do grito à Palavra, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____ (2000) – Algumas questões da metapsicologia freudiana, mimeo.

PIRES, J. M. A. (1998) – “Violência na Infância – aspectos clínicos”, in Revista Violência Doméstica da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pp.61-70.

PONS, S. (2002) - Aspectos da transmissão transgeracional: um olhar sobre o “segredo” e a “cripta”, projeto de mestrado do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da PUC/RJ, mimeo.

PRADO DE OLIVEIRA, L.E. (1999) – Sarah e os Campos: Clínica, Metapsicologia e Contratransferência, texto mimeo.

REIK, T ([1926], 1989) - "No início é o silêncio", in NASIO, J-D, (1989) - O Silêncio em Psicanálise, São Paulo: Papirus Editora.

RIZZINI, I. (1997) – O século perdido - raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil, Rio de Janeiro: EDUSA/ AMAIS.

_____ (1999) – “Estatuto da Criança e do Adolescente Considerações sobre sua Implementação” ” in Social em Questão , revista do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC-RJ, volume 6, nº6, Rio de Janeiro: PUC- Rio, pp.7-16.

_____ (2002) – A criança e a Lei no Brasil revisitando a história (1822-2000), Rio de Janeiro: UNICEF – CESPI/USU.

RIZZINI, I.& BARKER, G.& CASSINGA, N. (2000) - Criança não é Risco, é Oportunidade: Fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Instituto Promundo.

RIZZINI, I.& BARKER, G.& ZAMORA, M.H. (2001) - Crianças, adolescentes e suas bases de apoio - Fortalecendo as Bases de apoio familiares e comunitárias para

crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EDUSU

ROCHA, E. ([1985] 1999) - O que é mito?, São Paulo: Editora Brasiliense.

RUDGE, A. M. (1998) – “A Linguagem na Teoria Freudiana”, in Pulsão e Linguagem
Esboço de uma concepção psicanalítica do ato, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SÁ FREIRE COSTA, D. (1979) - Contributions à l'étude du Cangaco, "maîtrise",
apresentada na Université de Paris VII - Jussieu, Paris, reconhecida como tese
de mestrado pela UFRJ: mimeo.

SADLIER, K. (1999) - “Une introduction au traitement psychothérapique des enfants
victims d'agression sexuelles extrafamiliales” in DAMIANI, C. - (org). (1999) –
Enfants victimes de violences sexuelles: quels devenir?, Revigny sur Ormain:
Hommes et Perspectives.

SARADJIAN, J. & MIGNOT, C. (1999) - "Abus Sexuels commis par les femmes.
Traumatisme dénié et caché dans la vie des enfants", in MANCIAUX, M. &
GIRODET, D. (org) (1999) - Allégations d'abus sexuels: parole d'enfant, parole
d'adultes, Paris: Éditions Fleurus.

SEIXAS, A. H. (1999) – “Abuso sexual na Adolescência” in SCHOR, N. & MOTA,
M.S.F.T. & CASTELO BRANCO, V. (1999) - Cadernos juventude, saúde e
Desenvolvimento, Brasília: Ministério da Saúde, secretaria de Políticas de Saúde,
pp.117-135.

SILVA, A. P. (1969) - Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos, vol. III, São Paulo:
Editora Melhoramentos.

SOARES, B. M. (1999) - Mulheres invisíveis: Violência Conjugal e Novas Políticas
de Segurança, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SOUSA, E. L. A. (2000) - A eloquência da agressividade e o silêncio da violência,
Porto Alegre: mimeo.

SOUSA, S. (2001) - O significado de infância, educação e violência física contra filhos, Goiânia: Ed. da UCG, mimeo.

VAZ, P. (1992) - Um pensamento Infame, Rio de Janeiro: Imago Editora.

VIDERMAN, S. (1990) - A construção do espaço analítico, São Paulo: Escuta.

VILHENA, J. (1991a) – “Viver Juntos nos Mata: Separarmo-nos é Mortal. A ilusão Grupal e a Incapacidade de Ficar Só”. in: VILHENA, J. (org.) Escutando a Família: Uma Abordagem Psicanalítica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp11-27.

_____ (1991b) - "Mito e Fantasia" in VILHENA, J (org.) Escutando a Família, Rio de Janeiro: Relume – Dumará, pp93-98.

_____ (1993) - "Apartheid Clínico: uma visão violenta e autoritária da prática clínica" in Cadernos do SPA: uma prática em debate, Rio de Janeiro: PUC – Rio, v.5.

_____ (1995) - “O imaginário da polícia no Rio de Janeiro. Representações da Violência e da Transgressão” (Relatório Final de Pesquisa), mimeo.

_____ (1998a) - “A Arquitetura da Violência. Reflexões acerca da violência e do poder na cultura”, in Cadernos de Psicanálise, Rio de Janeiro, SPCRJ. Vol.18 N.21, mimeo.

_____ (1998) “A Família Morreu... Viva a família”. In: Interações. Estudos e Pesquisa em Psicologia. São Paulo Unimarco. V.III. n.6, pp 65-78.

_____ (2001) “As raízes do silêncio. Sobre o Estupro feminino”. In: Cadernos do Tempo Psicanalítico. Rio de Janeiro, SPID, n.33, pp 55-69.

- VILHENA, J. & SANTOS, A. (2000) - " 'Quem cala consente!' - A cultura da violência e a ética da psicanálise", in Psychê - Revista de Estudos Psicanalíticos, ano IV - nº5, São Paulo: Universidade de São Marcos, pp.157-182.
- VOVELLE, Michel (1987) - Ideologias e Mentalidades, São Paulo: Ed. Brasiliense.
- THOMAS, M-C. ([1987] 1989) - "As formas do silêncio no esquecimento de Signorelli", in NASIO, J.-D.(org.) - O Silêncio em Psicanálise, Campinas: Papirus Ed.
- TISSERON, S. (1999). Nos secrets de famille: Mode d'Emploi. Paris: Ramsay.
- TOMKIEWICZ, S. (1999) - L'adolescence volée, Paris: Calmann Lévy.
- TOUSIGNANT, M. (2000) - "Écologie sociale de la résilience" in CYRULNIK B. (org.) (2000) - Ces enfants qui tiennent le coup, Revigny sur Ormain: Hommes et Perspectives.
- WALSH, F. (1996) – “El concepto de resiliencia familiar: crisis y desafío.” In Revista Family Process, vol.35, nº3, pp.261-281.
- ZAMORA, M. H. (1999) - Textura áspera: confinamento, sociabilidade e violência em favelas cariocas, Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Psicologia. PUC-RJ
- ZAMORA, M.H.& SILVA, N.C.R. (org.) (2002) – Vozes e experiências dos educadores de uma favela, Rio de Janeiro: EDUSU.